

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM
ENFERMAGEM DO CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA**

Parnaíba (PI), Outubro de 2022



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Governadora do Estado

Maria Regina Sousa

Reitor

Evandro Alberto de Sousa

Vice-Reitor

Jesus Antonio Carvalho

Pró-Reitor de Ensino e Graduação – PREG

Paulo Henrique Costa Pinheiro

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação – PROP

Raurys Alencar de Oliveira

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX

Ivoneide Pereira de Alencar

Pró-Reitora de Administração e Finanças – PRAD

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças – PROPLAN

Lucídio Beserra Primo

CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA

Diretor

Eyder Franco Sousa Rios



Coordenador do Curso de Bacharelado em Enfermagem

Joelson dos Santos Almeida

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Joelson dos Santos Almeida (Presidente)

Cassandra Mirtes de Andrade Rego Barros

Gustavo Wilson de Sousa Mello

Joel Araújo dos Santos

Maria do Socorro Candeira Costa

Maria Solange Leopoldo Feitosa

Senira de Oliveira Rodrigues Lavor

Thatiana Araújo Maranhão

COLABORAÇÃO DOS PROFESSORES

Alessandra Ribeiro Torres

Francisco Arthur Silva e Filho

Izeneide Barros de Araújo

Lourdes Karoline Almeida Silva

Maria do Rosário Costa Miranda

Rodrigo Augusto Rocha Souza Baluz

Professores Efetivos do *Campus Alexandre Alves de Oliveira*

Cassandra Mirtes de Andrade Rego Barros

Cleidiane Maria Sales de Brito

Gerarlene Ponte Guimarães Santos

Gustavo Wilson de Sousa Mello

Joel Araújo dos Santos

Maria do Socorro Candeira Costa

Maria Solange Leopoldo Feitosa

Rayla Maria Pontes Guimarães Costa

Senira de Oliveira Rodrigues Lavor

Thatiana Araújo Maranhão



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO PROJETO	7
CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO	9
1 APRESENTAÇÃO	9
2 CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI	11
3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	13
CAPÍTULO II - DO CURSO	16
1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	16
1.1 Denominação: Bacharelado em Enfermagem	16
1.2 Área: Ciências da Saúde	16
1.3 Situação jurídico-institucional:	16
1.4 Regime Acadêmico	16
2 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO	17
2.1 Contexto educacional	17
3 OBJETIVOS DO CURSO	21
3.1 Geral.....	21
3.2 Específicos.....	21
4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	22
4.1 Competências e Habilidades:	23
4.2 Campo de Atuação Profissional:	26
5 ESTRUTURA CURRICULAR	26
6 CONTEÚDOS CURRICULARES	27
6.1 Requisitos Legais	29
6.1.1 Disciplina de LIBRAS	30
6.1.2 Políticas de Educação Ambiental	30
6.2 Matriz Curricular	31



6.3 Fluxograma – Currículo Nº 5	36
6.4 Ementário e Bibliografia	37
6.5 Equivalência de Cursos	87
7 METODOLOGIA	87
7.1 Estágio Curricular Supervisionado	88
7.1.1 Atividades Práticas do Estágio Curricular.....	89
7.1.2 Supervisão do Estágio Curricular Supervisionado.....	89
7.2 Atividades Acadêmicas Culturais Complementares (AACC).....	90
7.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	92
7.4 Atividades de Curricularização da Extensão (ACE).....	93
8 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	95
8.1 Política de Ensino	95
8.2 Política de Extensão	97
8.3 Política de Pesquisa e Iniciação Científica	101
9 POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE	105
9.1 Programa de Acompanhamento Discente.....	105
9.1 Monitoria de Ensino	106
9.2 Programa de Nivelamento	106
9.3 Regime de Atendimento Domiciliar	107
9.4 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPPS)	108
9.5 Ouvidoria.....	108
9.6 Auxílio Moradia e Alimentação	108
10 CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	109
10.1 Professores: disciplinas, titulação e regime de trabalho	109
10.2 Política de Apoio ao Docente	112
10.2.1 Plano de Carreira Docente	112



10.2.2 Plano de Capacitação Docente	113
10.2.3 Política de Acompanhamento Docente	113
11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	114
11.1 Coordenação do Curso	114
11.2 Colegiado do Curso	114
11.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	115
12 ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO	116
12.1 Infraestrutura Física e de Recursos Materiais	116
12.1.1 Secretaria Acadêmica/ Diretório de Assuntos Acadêmicos (DAA).....	117
12.1.2 Biblioteca	117
13 PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....	119
14 REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	120
15 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTOS DE EGRESSOS	121
16 AVALIAÇÃO	121
16.1 Avaliação de Aprendizagem	121
16.2 Avaliação Institucional	123
16.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	125
16.4 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso	126
16.5 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)	127
16.5.1 Adesão à oferta de carga horária na modalidade de Ensino Á Distância – EAD em Cursos de Graduação presenciais	127



APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O Curso de Bacharelado em Enfermagem do *Campus Alexandre Alves de Oliveira* apresenta à Comunidade Acadêmica da Universidade Estadual do Piauí – UESPI o Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem.

O Curso de Bacharelado em Enfermagem de Parnaíba é reconhecido pelo Decreto Estadual nº 19 713 de 04 de setembro de 2021, Resolução CEEPI nº 249/2015 e parecer CEE/PI nº 242/2015.

A presente proposta é fruto das discussões desenvolvidas inicialmente pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) formado por professores que, preocupados com o acompanhamento e avaliação do curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI, propuseram um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) inovador, com adequações e atualizações à legislação vigente, com unificação e ajustamento curricular de todos os Cursos de Enfermagem, dos quatro campus (Floriano, Parnaíba, Picos e Teresina), da UESPI. O PPC foi ajustado às novas premissas reguladas tendo como referência a Resolução CNE/CES nº 3 de 07/11/2011, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem e a nova Resolução CNE/CES nº 4 de 06/04/2009, que trata da carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Enfermagem.

O curso ora ofertado, está ajustado para formar profissionais generalistas para atuar na assistência na área de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nas áreas pública, filantrópica e privada e nos diversos cenários de atuação do enfermeiro, pautando-se na visão crítica, reflexiva, ética e construtiva da realidade, com visão holística e assistência de qualidade a pessoa/cliente, família, grupo e comunidade. A escolha deste profissional está diretamente relacionada ao perfil do corpo docente.

Com esta proposta de reformulação do Projeto Pedagógico Curricular – PPC e a partir da Resolução CNE/CP N° 1 de 17 de Junho de 2004 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana), Lei N° 11.788 de 25 de Setembro de 2008 (Estágio do Estudante), Resolução CEPEX/UESPI N° 004/2021 (Estágio



Supervisionado Obrigatório para os Curso de Graduação), Resolução CEPEX/UESPI Nº 034/2020 (Atividades de Curricularização da Extensão - ACE), Resolução CEPEX/UESPI Nº 012/2011 (Média de aprovação nas disciplinas), Resolução CEPEX/UESPI Nº 003/2021 (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação), CEPEX/UESPI Nº 005/2020 (Programa de Monitoria), Resolução CEPEX/UESPI Nº 002/2021 (Atividades Acadêmicas Científico-Culturais – AACC), Resolução CEPEX/UESPI Nº 008/2015 (Modelo Institucional do Projeto Pedagógico de Curso – PPC), dentre outras vigentes, espera-se atender a clientela, favorecendo a formação de profissionais habilitados para atuar nas diversas áreas da enfermagem, bem como, oportuniza aos estudantes que se interessarem em prosseguir estudos na pesquisa, ingressar em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado / Doutorado).

Para tanto, o PPC aqui proposto apresenta uma breve contextualização do Campus/centro/curso, bem como a descrição dos aspectos administrativos e pedagógicos que fornecem suporte à implantação do mesmo. São apresentados os princípios e fundamentos curriculares, bem como os objetivos do curso e o perfil do profissional a ser formado, destacando suas competências e habilidades a serem desenvolvidas no processo de formação. Além da estrutura curricular, são apresentadas a metodologia a ser utilizada e as formas de avaliação tanto do educando como do próprio curso.

Este projeto atende às legislações supracitadas vigentes, considerando as transformações da sociedade, em especial a comunidade acadêmica no que tange a forma de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar os saberes.



CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí - UESPI é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí, pessoa jurídica de direito público com CNPJ No. 07.471.758/0001-57. Fundada através da Lei 3.967 de 16/11/84 e credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação pelo Decreto Nº 9.844 de 08/01/1998. Através do Decreto-Lei Nº. 042 de 9 de setembro de 1991, a UESPI foi instituída como uma Instituição Superior Multicampi, criando, portanto, unidades em Parnaíba, Picos, Floriano e Teresina. Posteriormente foram criados novos Campi, distribuindo a UESPI nos 11 Territórios de Desenvolvimento do Piauí (SEPLAN, 2007). Possui Campus sede localizado na Rua João Cabral, 2231, Bairro Pirajá, zona Norte de Teresina – PI, CEP 64002-150.

A IES apresenta uma forte identidade regional, atendendo a uma demanda de formação de profissionais de nível superior com reconhecida competência. A UESPI assume o compromisso com o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural do estado do Piauí, o que é ratificado em suas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente encontra em funcionamento 109 (cento e nove) cursos de Graduação presencial e 07 (sete) na modalidade a distância. Sua Pós-Graduação está estruturada em 6 (seis) cursos Lato sensu, 7 (sete) cursos Stricto sensu, 02 (dois) cursos de Residências multiprofissional e 12 (doze) de Residências médicas.

Para viabilizar seu projeto Institucional, a UESPI pauta-se nos princípios básicos que se constituem nos referenciais para o desenvolvimento de um projeto baseado no fortalecimento das relações de respeito às diferenças e no compromisso Institucional de democratização do saber, elementos fundamentais para a construção da cidadania. A UESPI está integrada à comunidade piauiense para detectar a necessidade de ampliação da oferta de cursos, através da realização de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, que ofereçam oportunidades de desenvolvimento sócio-econômico, artístico, cultural, científico e tecnológico para a



região. Nessa perspectiva, a IES estabelece parcerias com outras Instituições, fortalecendo o compromisso de apoio ao desenvolvimento e socialização do saber. Para tornar sua missão factível, a UESPI investe na formação e contratação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com as demandas sociais regionais. Esses profissionais são capazes de se inserirem na comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população piauiense.

Na definição de seus princípios e objetivos, a UESPI levou em consideração o cenário onde se insere, observando as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento local, bem como as demandas educacionais resultantes desse momento. Para atender às novas exigências de qualificação profissional impostas pelo modelo econômico vigente, a IES definiu como seus objetivos:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimentos, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de socialização do conhecimento;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;



- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa tecnológica geradas na instituição.

2 CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI

A UESPI está sediada no Estado do Piauí e distribuída em 12 (doze) Campi, 1 (um) Núcleo, 26 (vinte e seis) Polos de Educação a Distância – UAB, 120 (cento e vinte) Polos de Educação a Distância – UAPI e 26 Polos de oferta de cursos na modalidade PARFOR. O estado do Piauí está localizado na região Nordeste do Brasil e possui uma população estimada de 3.281.480 habitantes (IBGE, 2020). Limitado pelas margens do rio Parnaíba e pela Serra da Ibiapaba, exerce uma forte influência sobre os municípios dos vizinhos estados do Maranhão e Ceará. A população sobre a área de influência do Piauí oscila em torno de 4.650.000 habitantes, considerando os municípios do Maranhão e Ceará que se localizam a até 100 km das fronteiras do Piauí (IBGE, 2014).

Os dados da educação no Estado são bastante preocupantes. Segundo estimativas do IBGE, em 2015 um total de 132.757 piauienses possuíam curso superior completo, representando apenas 4,14% do contingente populacional do Estado. Mais grave ainda é que, do total estimado da população, apenas 0,18% dos que possuem curso superior completo são negros, evidenciando uma enorme desigualdade nas oportunidades de qualificação profissional no Estado (IBGE, 2015). Considerando-se ainda os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, apenas 9,12% dos piauienses estão matriculados na educação superior. Dados da pós-graduação revelam, igualmente, indicadores desfavoráveis ao desenvolvimento do Estado, já que apenas 1,63% dos piauienses possuem pós-graduação (IBGE, 2015).

O levantamento do último Censo da Educação Superior consolidado (INEP, 2014) mostrou que o Piauí possui 39 Instituições de Ensino Superior - IES. Dessas, apenas três são públicas – duas Federais e uma Estadual. Essas IES ofertam 21.765 vagas anuais e possuem 113.069 alunos matriculados em 426 cursos de graduação. Desses, um total de 52.929 estão matriculados nas IES públicas, sendo 17.313 na UESPI. Nesse cenário, a UESPI teve em 2014 um total de 4.118 vagas para



ingressantes e um total de 2.634 concluintes. Isso significa que a taxa de conclusão na Universidade Estadual está estabilizada em 63% - a maior do Estado do Piauí dentre todas as IES (PDI/UESPI, 2017-2021).

Outro desafio do Piauí, além de ampliar o acesso à educação superior, é combater a evasão escolar nos diferentes níveis. Em 2015, dados do IBGE apontavam para um total de 571.444 piauienses que frequentavam o Ensino Fundamental. Desse total, apenas 162.170 passavam a frequentar o Ensino Médio e 95.244 a Educação Superior. A taxa de evasão na Educação Superior é, também, bastante preocupante. Cerca de 37,8% dos piauienses que se matriculam na Educação Superior abandonam seus cursos antes de dois anos (IBGE, 2015). Vários fatores concorrem para isso, dentre eles: necessidade de contribuir para a renda familiar, incompatibilidade dos horários de estudo com o de trabalho, dificuldade de arcar com os custos da educação superior – IES privadas, falta de perspectivas da profissão escolhida na região de oferta.

Com efeito, a recomendação da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2015) – Emenda Constitucional No. 59/2009 – e do Plano Estadual de Educação (PEE, 2015) – Lei Estadual No. 6.733/2015 – é de prover, até o final da década, a oferta de Educação Superior para, pelo menos, 50% da população na faixa etária de 18 a 24 anos. Essa meta é extremamente desafiadora e faz parte do compromisso do Estado brasileiro em melhorar esse indicador que está longe da realidade de outros países da América Latina (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2011). Esse desafio torna-se ainda maior quando se analisa a realidade dos Estados das Regiões Norte e Nordeste. No caso do Piauí, a taxa líquida de jovens na Educação Superior é de 9,13% e o cenário se mostra favorável à UESPI que está apta a contribuir com a Estratégia 12.1 da Meta 12 do PNE e do PEE. Tal estratégia prevê a consolidação e ampliação de 40% de novas matrículas na Educação Superior até 2024. A UESPI, como já mencionado, possui uma grande capilaridade no Estado e atinge todos os Territórios de Desenvolvimento do Piauí.

Nesse cenário, a UESPI passa a ser um elemento governamental estratégico para que o Piauí cumpra a Meta 12 do PNE e do PEE, criando oportunidade de estudo e qualificação para uma significativa parcela da população piauiense que possui dificuldade de acesso às vagas no Ensino Superior. Isso está alinhado ao PNE 2015



e ao PEE 2015, que preveem como estratégias de ampliação da oferta de vagas para a Educação Superior a otimização da estrutura e dos recursos humanos instalados, expansão e interiorização da rede pública de Educação Superior e ampliação da formação de professores da Educação Básica.

O Campus de Parnaíba obteve autorização de funcionamento a partir da Lei Nº 4.619 de 21 de setembro de 1993, que autorizou a UESPI a funcionar como instituição de ensino superior multicampi. Na ocasião, também foram autorizados a instalação de outros três campi da universidade em Floriano, Picos e Corrente. Em 1993, a UESPI lançou o primeiro edital para vestibular do campus de Parnaíba. Nos primeiros doze anos de funcionamento, o campus do litoral se intitulava somente com o nome da cidade. Acompanhando o processo de nomeação de diversos campi, o prédio de Parnaíba passou a ser chamado de “Professor Alexandre Alves de Oliveira”, por meio do projeto de lei de nº 2075/05, datado do dia 29 de novembro de 2005, de autoria do deputado Moraes Souza Filho.

Dando continuidade à política de interiorização do ensino superior e objetivando contribuir para as mudanças qualitativas que a sociedade piauiense necessita, a UESPI deu os primeiros passos para a criação do Curso Bacharelado em Enfermagem na gestão do Reitor Prof. Jônatas de Barros Nunes. Os cursos no interior surgiram como oportunidade de formação de profissionais necessários à melhoria da qualidade de vida das pessoas que residem e trabalham nas microrregiões piauienses. Assim, o curso Bacharelado em Enfermagem foi implantado inicialmente em 1998 nos municípios de Parnaíba e Floriano, em 2002 na cidade de Picos e em 2008 na capital Teresina.

3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI tem sua origem vinculada ao Centro de Ensino Superior – CESP, que foi criado em 1984 como entidade mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, criada pela Lei Estadual No. 3.967/1984 e pelo Decreto Estadual 6.096/1984. O CESP era o órgão da FADEP com o objetivo de formar Recursos Humanos de nível superior,



impulsionando, apoiando e concretizando as ações acadêmicas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em 1986, o CESP realizou o primeiro vestibular, com a oferta de 240 vagas distribuídas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia/Magistério, Licenciatura em Ciências/Biologia, Licenciatura em Ciências/Matemática, Licenciatura em Letras/Português, Licenciatura em Letras-Inglês e Bacharelado em Administração de Empresas. Do total de vagas ofertadas, apenas os referentes ao curso de Bacharelado em Administração de Empresas eram voltados à população em geral. As demais eram direcionadas a professores da educação básica.

Ao longo dos anos, o Poder Executivo Estadual proporcionou as condições necessárias à instalação e ao regular funcionamento do CESP como UESPI. Em 1993, através do Decreto Federal nº 042/1993, foi autorizado o funcionamento da UESPI em estrutura multicampi, com sede em Teresina – Campus do Pirajá. Foram também instalados, nesse período, os Campi de Corrente, Floriano, Parnaíba e Picos. A partir de então, a UESPI passou por uma fase de ajustamento, com um processo contínuo de interiorização e de ampliação dos cursos ofertados. Em 1º de dezembro de 1995, foi aprovado o novo Estatuto, criando a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI. Nessa mesma ocasião, passou a funcionar o Campus de São Raimundo Nonato.

Os demais Campi permanentes foram criados nos anos seguintes à aprovação do Estatuto: Bom Jesus (Decreto-Estadual nº 10.252, 17/02/2000), Oeiras (Decreto Estadual nº 10.239, 24/01/2000), Piripiri (Lei Estadual nº 5.500/2005, 11/10/2005), Campo Maior (Lei Estadual nº 5.358/2003, 11/12/2003), Uruçuí (Resolução CONDIR no 005/2002) e o Campus da Região Sudeste de Teresina (Decreto nº 10.690, de 13/11/2001) – atualmente Campus “Clóvis Moura”.

O Estatuto da UESPI sofreu diversas alterações que visaram adequá-lo à ampliação determinada pela oferta de novos cursos, bem como à nova estrutura de 04 (quatro) Centros de Ciências no Campus “Poeta Torquato Neto”: Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências Biológicas e Agrárias (CCBA) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e de 02 (duas) Faculdades: Ciências Médicas (FACIME), em Teresina, e Odontologia e Enfermagem (FACOE), em Parnaíba.



Em 2004, ocorreu o processo de discussão dos novos estatutos: da Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, com a participação de representantes de todos os segmentos universitários. Os Estatutos foram aprovados e oficializados mediante os Decretos Estaduais de 29/07/2005: nº 11.830 – FUESPI e nº 11.831 - UESPI, respectivamente.

O Estatuto aprovado pelo CONSUN, em 29/07/2005, confirmou a criação do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Este novo Estatuto permitiu a realização, em novembro de 2005, da primeira eleição para Reitor(a) e Vice-reitor(a) da Instituição. A segunda eleição para Reitor(a) e Vice-reitor(a) foi realizada em 2009, tornando-se essa prática instituída no cotidiano da UESPI, com eleição também de Diretores(as) de Centro e de Campus e Coordenadores(as) de Curso, desde 2005.

De 2006 a 2009 foram efetivados novos ajustes na estrutura da UESPI, com a criação, no Campus “Poeta Torquato Neto”, do Centro de Ciências da Natureza (CCN), do Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes (CCECA), do Centro de Ciências Tecnológicas e Urbanismo (CTU), do Centro de Ciências Agrárias (CCA) em União. A FACIME recebeu a denominação de Centro de Ciências da Saúde (CCS).

Em 2005, a UESPI concorreu ao Edital do Ministério da Educação (MEC) para participar do Programa de Formação Superior Inicial e Continuada – Universidade Aberta do Brasil e passou a ser instituição cadastrada para ofertar Cursos à Distância, através do núcleo do EAD (Ensino a Distância), instituído em 2010. Em 2010, a UESPI concorreu ao Edital do MEC para participar do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), e foi credenciada junto à CAPES para ofertar cursos de Licenciatura em todo o Estado do Piauí. Ao participar deste programa, a UESPI confirma a sua vocação de formadora de educadores(as) nas diversas áreas do conhecimento.

As realizações efetivadas nos últimos anos de existência da UESPI demonstram o compromisso da Instituição em disponibilizar para a sociedade cursos e serviços de qualidade, buscando a excelência, sempre com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do Estado do Piauí. A discussão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma medida que reflete a preocupação em



traçar objetivos para o desenvolvimento desta instituição, no intuito de colaborar para que ela cumpra efetivamente a sua missão.

O Projeto de Lei Complementar, em tramitação no Poder Legislativo Estadual, propõe uma nova organização e gestão administrativa em atendimento às demandas aprovadas, para os territórios de desenvolvimento do Estado, apresentadas pela Lei Complementar N° 87/2007. Esta nova organização é o cerne do PDI apresentado para o quinquênio 2017-2021.

CAPÍTULO II - DO CURSO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Denominação: Bacharelado em Enfermagem

1.2 Área: Ciências da Saúde

1.3 Situação jurídico-institucional:

Autorizado a funcionar pelo Decreto Estadual nº 10.512 de 02 de abril de 2001; Teve sua revalidação normatizada pela Resolução CEE nº 249/2015, pelo parecer CEE nº 242/2015 e pelo Decreto Estadual nº 19.713 de 04 de setembro de 2021.

1.4 Regime Acadêmico

- **Regime de oferta e matrícula:** Regime seriado semestral.
- **Total de vagas:** 25 vagas anuais.
- **Carga horária total para integralização:** 4.300h
- **Tempo para integralização:** mínimo de 10 semestres e máximo de 14 semestres.
- **Turnos de oferecimento:** manhã e tarde.

Quantidade de alunos por turma: 25 alunos por turma

● **Requisitos de Acesso:**

- Conclusão do Ensino Médio;
- Aprovação / classificação no SISU, em conformidade com o Regimento Geral e com os editais da IES;



- Ingresso como portador de diploma de nível superior ou através de transferência facultativa de outra IES e transferência intercampi, de acordo com o Regimento Geral da UESPI.

2 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO

2.1 Contexto educacional

Desde 1998 a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) oferta à comunidade em geral o curso de Bacharelado em Enfermagem, com objetivo de formar enfermeiros que venham a contemplar a especificidade institucional e regional, a fim de propiciar competências e habilidades para um perfil profissional desejado à formação de um enfermeiro crítico, reflexivo, participativo, atuante e com visão política e humanista.

O curso de Bacharelado em Enfermagem existe nas cidades de Floriano, Parnaíba, Picos e Teresina. Foi implantado inicialmente em cidades do interior do Estado do Piauí e posteriormente na capital Teresina. É o primeiro curso bacharelado da área de saúde implantado no interior do Estado e também o segundo criado no contexto Geo-Educacional Estadual, pois em 1998 foram criados os cursos nas cidades de Parnaíba e Floriano, em 2002 na cidade de Picos e em 2008 se dá a primeira entrada de acadêmicos de enfermagem na Faculdade de Ciências Médicas (FACIME), via vestibular realizado pela UESPI, Campus Poeta Torquato Neto em Teresina. Este se deu após a graduação das turmas inseridas nas cidades do interior do Estado e que foram transferidas para capital Teresina, conforme resolução CONSUN Nº 14/2004 datada de 05 de março de 2004 (Dossiê Enfermagem/ROCHA, 2007).

O município de Parnaíba, maior pólo de desenvolvimento do Estado, localizado na Microrregião do Litoral Piauiense, com uma população aproximada de 150.000 habitantes, apresentava à época déficit de atendimento nos diversos setores da prestação de serviços essenciais. Esta realidade se agravava sensivelmente quando se referia aos demais municípios que integravam esta microrregião e que normalmente buscavam assistência à saúde nos consultórios, clínicas e hospitais deste município. A microrregião atendida pelos serviços prestados em Parnaíba é



composta pelos municípios de Bom Princípio do Piauí, Brasileira, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves, Ilha Grande, Luís Correia, Murici dos Portelas, Piripiri, Piracuruca, São José do Divino, e São João da Fronteira. Além dos municípios vizinhos dos Estados do Maranhão e do Ceará.

Em 1998, no campus de Parnaíba, iniciaram-se as atividades do curso de Enfermagem, em nível de Bacharelado, de acordo com os Decretos Estaduais nº. 9.759 de 13 de agosto de 1997 (Conselho Universitário) e nº. 9.743 de 07 de julho de 1997 (Conselho Estadual de Educação). No início, o curso funcionava no prédio sede da UESPI em Parnaíba, porém, no dia 03 de abril de 2000 foi inaugurada a sede da Faculdade de Odontologia e Enfermagem (FACOE), onde também funcionava o curso de Odontologia. Em 2008, após reforma na sede do campus e a pedido dos alunos e da coordenação em função da distância e da dificuldade de acesso aos transportes públicos, à internet e à biblioteca, o curso retornou para o prédio sede, onde permanece até hoje. Este prédio concentra a Clínica Escola de Odontologia (CEO), na qual possui diversos laboratórios, entre eles, de anatomia.

Em maio de 2002 foi realizada no campus de Parnaíba a inspeção das condições de funcionamento do curso pela Comissão Verificadora composta pelas Enfermeiras Doutoradas Lydia Tolstenko Nogueira, Inês Sampaio Nery e Benevina Maria Vilar Teixeira Nunes, cujo parecer foi FAVORÁVEL ao reconhecimento do curso, com algumas ressalvas, entre elas a alteração da grade curricular (tendo em vista que a Resolução CNE/CES nº. 3, datada de 07/11/2001 informa a preconização das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem). O processo foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, que emitiu o PARECER CCE/PI nº. 061/2003 FAVORÁVEL ao reconhecimento do curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Piauí. Nesse mesmo ano (dezembro) a Coordenação Geral de Enfermagem elaborou o Projeto Pedagógico fazendo a unificação e adequação curricular para os Cursos de Enfermagem da Universidade Estadual do Piauí. A partir de então, os alunos que ingressavam no curso, eram inseridos no novo currículo e aqueles que já estavam matriculados continuaram com o currículo anterior.

Em 2012 as coordenações dos cursos de Enfermagem dos campi de Parnaíba, Floriano, Picos e Teresina, além da Coordenação geral dos cursos de Enfermagem



da UESPI sediada na capital, propuseram mudanças no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) (baseadas em discussões prévias com seus colegiados), com vistas à adequação do mesmo aos pressupostos legais (Resolução CNE/CES nº 3, datada de 07/11/2001 – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem e a Resolução CNE/CES nº 4, datada de 06/04/2009), bem como a demanda do mercado de trabalho para os egressos, resultando em um PPC unificado com ajustamento curricular para todos os cursos de Enfermagem da Universidade Estadual do Piauí.

O currículo atual de nº 04 foi implantado em 2014, teve como principal mudança a duração do curso que passou de 4,5 anos (9 semestres) para 5 anos (10 semestres), totalizando uma carga horária de 4.785 horas. Diante do Cenário do Ministério da Educação com implantação da Curricularização das Atividades de Extensão de que trata a resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, em seu texto propõe a inserir a comunidade acadêmica nos espaços comunitário levando conhecimento, saberes e práticas de saúde para população no intuito de trocar experiências no fortalecimento da aprendizagem na sociedade.

Nesse sentido, o novo currículo entrará em vigor em 2022.1, sendo elaborado estrategicamente de acordo com as recomendações do Ministério da Educação de modo a propiciar um processo de formação que aborde as diferentes áreas de conhecimento, com especial preocupação em formar profissionais preparados para o mercado de trabalho no que tange a atenção das necessidades básicas e prioritárias da população.

Assim, o Curso de enfermagem da UESPI em Parnaíba, mantém uma organização curricular coletiva com os demais *campis* com objetivo de promover um ensino que coadune com o contexto geral exigido, mas também com a realidade de cada curso em seus respectivos *campis*.

Foi dentro deste contexto e respeitando os pressupostos legais que tratam os cursos de graduação em Enfermagem e tendo como referência a Resolução CNE/CES nº 3, datada de 07/11/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem e a nova Resolução CNE/CES nº 4, datada



de 06/04/2009, que a Universidade Estadual do Piauí no ano de 2010 propôs um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) único, com adequações e atualizações à legislação vigente, com unificação e ajustamento curricular de todos os Cursos de Enfermagem da UESPI e que foi efetivado através da Coordenação Geral dos Cursos de Enfermagem em conjunto com Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e Coordenações locais dos Cursos de Enfermagem com apoio de seus Colegiados de Cursos.

O Curso de Enfermagem da UESPI, bacharelado presencial, mantém uma organização curricular com objetivo de promover um ensino de acordo com o contexto geral exigido, mas também com a realidade de cada curso em seus quatro *Campi*. O currículo de Enfermagem foi unificado e teve sua implantação a partir de 2011. Procura atender às novas exigências apresentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Enfermagem, bem como das realidades locais, propiciando um processo de formação que aborda as diferentes áreas de conhecimento com uma preocupação em formar um profissional preparado para o mercado de trabalho no que tange a atenção das necessidades básicas e prioritárias da população. Sendo contemplados aprofundamentos teóricos e práticos, utilizando estratégias pedagógicas que articulam o saber, o saber fazer, o saber conviver e o saber ser, além de buscar adequar o currículo a cada realidade vivida.

Dessa forma, resultante de todo um processo de construção coletiva, foi desenvolvido a matriz curricular do curso de Enfermagem, tendo como referências o que preceitua a Resolução nº 3 (07/11/2011 - DCN), Resolução CNE/CES nº 4, datada de 06/04/2009 e o SUS. O curso visa à formação de profissionais generalistas para a assistência na rede de atenção à saúde (pública e privada), pautando-se na visão crítica, reflexiva, ética e construtiva da realidade, com visão holística e assistência integral à pessoa/cliente, família, grupo e comunidade.

A carga horária total do currículo atual de 4.300 h/a, integráveis em 5 (cinco) anos, incluindo atividades teóricas, práticas, pesquisa, extensão e 1 (um) ano de estágio supervisionado nos serviços de saúde que compõem a atenção básica nas unidades básicas de saúde e na rede de atenção hospitalar.



3 OBJETIVOS DO CURSO

Com objetivo de atender aos preceitos da Lei das Diretrizes e Bases da Educação (1996), das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (2018) e da Resolução CNE/CES nº 4 (06/04/2009) o Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI propõe em seu conteúdo curricular disciplinas teóricas, práticas e estágios que contemplam as áreas do saber da enfermagem.

3.1 Geral

Formar um profissional capaz de atuar em diferentes níveis de saúde, nos contextos da administração, gerência, pesquisa, educação e prestação da assistência de enfermagem, com conhecimentos técnicos e científicos, habilidades e atitudes, que poderão influenciar nas decisões políticas e organizacionais na área de saúde, nas mudanças de atitude do cliente, família e comunidade com vistas aos princípios do SUS e tendo o cuidar da pessoa / ser humano como objeto de sua prática.

3.2 Específicos

O Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI se propõe a:

- a) Inserir os discentes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- a) Propiciar fundamentação teórica-prática ao aluno na área da enfermagem.
- b) Subsidiar o processo ensino-aprendizagem, assegurando a integralidade e a humanização da atenção em saúde.
- c) Capacitar os discentes para atuar no mercado de trabalho.



4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI enseja a formação de um profissional enfermeiro(a) generalista, humanista, com visão crítica e reflexiva, capaz de intervir sobre as situações encontradas no processo saúde-doença considerando o perfil epidemiológico do Brasil, em especial aquele pertinente ao Estado do Piauí, tendo como premissa uma visão abrangente voltada para as múltiplas dimensões dos seus determinantes.

Ademais, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem, a formação do enfermeiro deve pautar-se nas necessidades de saúde das pessoas, grupos sociais e populações com vivências e práticas que respeitem a garantia de direitos e a dignidade humana a serem vivenciadas em uma diversidade de cenários/espacos de integração ensino/serviço/participação social, que propiciem educação integral, interprofissional, humanista, ético-cidadã, técnico-científica e presencial.

Ainda de acordo com as DCN, a/o enfermeira (o), profissional presente nos serviços e redes de atenção, com atuação direta na atenção, na educação e desenvolvimento no SUS, na coordenação da equipe de enfermagem e no gerenciamento de serviços e sistemas, bem como nas instâncias de participação e controle social, tem um papel fundamental no cuidado.

Desde a gestão dos cuidados aos atos e na comunicação com pessoas e coletividades, reúne características específicas que lhe conferem possibilidades de atuação no cuidado individual e coletivo, atuando sobre os problemas e necessidades, e na incidência sobre as condições que constituem a produção social da saúde, tanto pela sua formação, como por sua influência e contato com a comunidade. Desse modo, a enfermagem se realiza na conformação de práticas e ações na assistência (cuidado e atenção), ensino (educação), pesquisa e na gerência (gestão).



4.1 Competências e Habilidades

As competências e habilidades pretendidas nesta proposta pedagógica de curso de enfermagem estão devidamente alinhadas às DCN do curso de graduação em enfermagem e resoluções do Conselho Nacional de Educação. Assim, a UESPI propõe adotar uma metodologia, que observará a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão e desenvolverá essas atividades interligadas de modo a atender às necessidades de formação fundamental, técnico-científica e humanística do profissional de Enfermeiro a ser formado e oferecer um curso que prepara o graduado para exercício de competências e habilidades determinadas nas DCN.

A formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional de enfermagem dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades:

Competências Gerais:

- **Atenção à saúde:** os profissionais de saúde, dentro do seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde;
- **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões, avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais apropriadas baseadas em evidências científicas;
- **Comunicação:** os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos, a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e público em geral;
- **Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- **Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a terem iniciativas, fazer o gerenciamento e administração da força de trabalho, dos recursos



físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;

- **Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, estimulando o conhecimento mútuo entre os futuros profissionais e profissionais dos serviços.

Competências Específicas:

- Atuar profissionalmente, com qualidade, compreendendo a natureza humana nas dimensões bio-psico-sociais, tendo em vista as suas expressões e fases evolutivas;
- Incorporar a ciência / arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional, tendo em vista o indivíduo a ser cuidado;
- Desenvolver ações de saúde direcionadas ao indivíduo, família e comunidade primando pelas ações básicas de prevenção, promoção, proteção e reabilitação;
- Reconhecer-se como sujeito no processo de formação de recursos humanos, tendo a preocupação com a educação continuada;
- Reconhecer o perfil epidemiológico da clientela a qual desenvolve o seu trabalho profissional, adequando as suas atividades a realidade encontrada, bem como pensar criticamente para que, em equipe, procure soluções para a melhoria da qualidade de vida da clientela;
- Planejar estrategicamente às ações de acordo com perfil epidemiológico;
- Compreender o trabalho na saúde, tendo em vista a divisão social do trabalho, a divisão técnica do trabalho e o trabalho coletivo;
- Coordenar à equipe de enfermagem e/ou a liderança a que for designada, dentro da profissão, com compromisso e responsabilidade, tendo em vista os princípios éticos da profissão;
- Participar ativamente do grupo profissional, como agente de transformação;
- Desenvolver capacidade de resolutividade frente aos problemas vivenciados;
- Compreender a política de saúde da Brasil;
- Comprometer-se com os investimentos voltados para a solução de problemas sociais;



- Atuar nos diferentes cenários da prática profissional considerando os modelos vigentes;
- Identificar as necessidades individuais e coletivas, seus condicionantes e determinantes, para planejar as ações de saúde;
- Respeitar a premissa da integralidade da assistência;
- Realizar o cuidado com qualidade nos diferentes níveis de assistência, tendo em vista o processo saúde-doença e o Processo de Enfermagem;
- Associar o cuidado prestado ao perfil epidemiológico da clientela;
- Considerar as especificidades dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida para o planejamento e a implementação de programas de educação para a saúde e promoção a saúde;
- Integrar as ações de enfermagem às ações multiprofissionais;
- Gerenciar o trabalho na enfermagem em todos os âmbitos de atuação;
- Participar ativamente dos programas de saúde vigentes e dos programas de educação continuada;
- Atuar com o devido conhecimento do código de ética da enfermagem, dos valores políticos e dos atos normativos da profissão;
- Entender-se como agente de transformação, interferindo na dinâmica do trabalho institucional;
- Utilizar os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de enfermagem e da assistência à saúde;
- Participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;
- Conhecer os movimentos sociais da área de saúde;
- Entender os aspectos relacionados à dimensão política da enfermagem em nosso país;
- Compreender a saúde como um direito de todos os cidadãos;
- Prestar o cuidado com visão holística e humanizada respeitando o ser humano tendo em vista a sua subjetividade.



4.2 Campo de Atuação Profissional

O enfermeiro deve possuir competências técnico-administrativas, éticas-políticas, sócio-educativas desenvolvidas a partir dos saberes aprendidos e trabalhados a partir do ensino (teórico/prático), pesquisa e extensão; e dos saberes acumulados na experiência acadêmica, capacitando o profissional para atuar na área pública e privada, no ensino, assistência e gestão.

O profissional de enfermagem deve estar apto a atuar: na rede de atenção à saúde, seja na esfera pública, filantrópica e privada, a saber, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Estratégia Saúde da Família (ESF), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ambulatórios, consultórios de enfermagem, hospitais gerais e especializados, dentre outros; nos asilos; nos berçários e creches; nos domicílios; nas instituições de ensino; nos órgãos normativos e fiscalizadores da profissão; e nas indústrias e instituições afins, dentre outros.

Sabendo, por essa abordagem epistemológica, que a formação é um processo contínuo, por tanto, não termina no interior das agências formadoras e deve assegurar a integralidade da atenção e a qualidade do cuidado e humanização do atendimento.

5 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI reflete a preocupação da IES com a formação de um egresso com as características definidas em seu PPC. Dessa forma, ela contempla os seguintes aspectos:

- a) **Flexibilidade**: a estrutura curricular do curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI é bastante flexível. Essa flexibilidade é materializada pelas Atividades Complementares, Estágio Supervisionado, Programa de Estágio Extra-Curricular, Programas de Nivelamento, Oferta de Disciplinas Optativas, Monitoria e Atividades de Extensão, todas normatizadas em um Regulamento próprio, totalmente incorporadas à vida acadêmica.
- b) **Interdisciplinaridade**: as ações de interdisciplinaridade, no âmbito do curso, ocorrem através dos Programas de Extensão e Estágio ofertados no curso, disciplinas



integradoras, oportunidades nas quais, os professores supervisores estimulam as discussões em grupos interdisciplinares.

c) **Compatibilidade de carga horária**: A carga horária do curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI é perfeitamente compatível com os dispositivos legais. Atualmente o curso possui 4.300 (quatro mil e trezentas) horas, integralizadas em 10 (dez) semestres. Cada semestre letivo corresponde a 200 (duzentos) dias letivos, em torno de 28 (vinte e outro) semanas.

d) **Articulação da teoria com a prática**: A articulação entre a teoria e a prática no âmbito do curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI se dá de forma precoce e constante. As diversas disciplinas contemplam em seus planos de curso, cronogramas de atividades práticas desenvolvidas em sincronia com as aulas teóricas.

6 CONTEÚDOS CURRICULARES

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem (Parecer CNE/CES 1133/2001), homologados pela Resolução CNE/CES Nº 3 de 7 de novembro de 2001, os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Enfermagem devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem. Os conteúdos devem contemplar:

Ciências biológicas e da saúde: incluem conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos aplicados às situações decorrentes do processo saúde – doença no desenvolvimento da prática assistencial de enfermagem;

Ciências humanas e sociais: incluem conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, no nível individual e coletivo do processo saúde – doença;

Ciências da enfermagem: neste tópico do estudo, incluem-se:



- a) Fundamentos de Enfermagem:** os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo;
- b) Assistência de Enfermagem:** os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso, considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de Enfermagem;
- c) Administração de Enfermagem:** os conteúdos (teóricos e práticos) da administração do processo de trabalho de enfermagem e da assistência de enfermagem;
- d) Ensino de Enfermagem:** os conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro, independente da Licenciatura em Enfermagem.

O Currículo do curso de Enfermagem conta com uma sequência de disciplinas obedecendo à modalidade de matrícula seriada semestral em turno integral (manhã e tarde), considerando o turno da manhã: 8:00h às 12:00h e tarde: 14:00h às 18:00h. Para o estágio supervisionado, considera-se o turno manhã de 7:00h às 13:00h e tarde 13:00h às 19:00h. Além dos conteúdos especificados são realizadas atividades de pesquisa, extensão e estágios supervisionados nos 2 (dois) últimos períodos que são realizadas como atividades de ensino seguindo o fluxo de disciplinas teóricas do curso.

As matrículas das disciplinas obedecerão aos pré-requisitos, explicitados na organização curricular a seguir, de forma a proporcionar um avanço do aluno em determinadas disciplinas nos diversos eixos estruturantes. No entanto, dependendo da complexidade e necessidade de continuidade de conhecimento de alguns conteúdos, os alunos não poderão se matricular em disciplinas nas quais seus pré-requisitos não obtiveram aproveitamento suficiente/aprovação. O currículo aqui apresentado está estruturado em dez semestres com seus respectivos pré-requisitos.



6.1 Requisitos Legais

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004)

A UESPI, em atenção à Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004, implantou nos conteúdos das disciplinas de Antropologia e Sociologia, bem como nas atividades complementares curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais e o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e povos indígenas, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 § 2º.

A materialização da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Indígenas e Africanas, neste PPC, se dá na forma de conteúdos curriculares inseridos no plano de curso das disciplinas de Sociologia da Saúde e Antropologia do Corpo e da Saúde, ofertadas nos Blocos 1 e 2, respectivamente bem como na oferta de atividades complementares (eventos de extensão abordando a temática).

A Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Indígenas e Africanas têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação plenamente democrática.

O currículo do Curso de Bacharelado em Enfermagem foi concebido com o objetivo de proporcionar ao aluno o conhecimento necessário para o gerenciamento adequado das funções de ensino que envolvem um profissional desta natureza. Assim, a abordagem desses conteúdos está inserido nas disciplinas de forma transversal, de modo que o futuro profissional tenha acesso e seja levado a essas discussões.



6.1.1 Disciplina de LIBRAS

Em atendimento ao Decreto 5.626/2005 e viabilizando seus princípios de educação inclusiva a UESPI oferta a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - em caráter opcional ou obrigatório - conforme legislação, proporcionando uma maior democratização e integração entre os componentes da comunidade educacional da UESPI.

A disciplina de Libras propõe uma aproximação entre os falantes (português) e a utilização da linguagem por meio viso-gestual usada pelas comunidades surdas. Com isso, torna-se possível ações de inclusão social, que ofereçam instrumentalização aos profissionais, permitam o acesso e socialização de surdos e possibilitem a quebra de barreiras linguísticas entre surdos e ouvintes.

Neste contexto, respeitando os milhões de brasileiros deficientes auditivos o Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI incluiu em sua matriz curricular a disciplina de libras como optativa, permitindo ao alunado optar pela oportunidade de aprender como lidar com pessoas surdas, favorecendo a inclusão do futuro profissional neste contexto objetivando um cuidado de enfermagem holístico e humanizado.

6.1.2 Políticas de Educação Ambiental

Alinhada à Lei No 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto No 4.281 de 25 de junho de 2002, o Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI integra a Educação Ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente. Para materializar essa ação os conteúdos das disciplinas básicas e profissionais contemplam a temática ambiental, bem como é incentivada a participação em atividades complementares relacionadas ao assunto.

No Curso de Bacharelado em Enfermagem a disciplina de Saúde Ambiental é ofertada como componente curricular obrigatório no Bloco 2, com carga horária de 30 horas.



6.2 Matriz Curricular

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e carga horária com tempo de integralização, a matriz curricular do Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI, está em consonância com a Resolução CNE/CES Nº 02/2007, Resolução CNE Nº 004/2009, Resolução CNE/CP Nº 2/2002 e Resolução CNE/CP N. 001/2006.

Os conteúdos curriculares correspondem a todas as disciplinas técnico-científicas, que contemplam uma carga horária de 4300 horas relacionadas às atividades de ensino-aprendizagem.

O núcleo de formação básica é composto por 11 disciplinas, com carga horária total de 750 horas. O núcleo de formação específica é composto por 33 disciplinas, com carga horária total de 2.945 horas, assim distribuídas: 25 disciplinas que compõem os Componentes Curriculares Obrigatórios, com carga horária total de 1.905h; 03 disciplinas Optativas, com carga horária de 90h; 03 disciplinas de TCC, com carga horária total de 90h; 02 disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório, com carga horária total de 860h, Atividades Acadêmicas Científico-Culturais, totalizando 175h e Atividades de Curricularização da Extensão, totalizando 430 horas (Participação em Programas/Projetos).

PRIMEIRO SEMESTRE					PRÉ-REQUISITOS
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL		
	Teórica	Prática			
01	ANATOMIA HUMANA GERAL	60h	60h	120h	Vestibular
02	HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA PARA A ENFERMAGEM	60h	30h	90h	Vestibular
03	HISTÓRIA DA ENFERMAGEM	30h	--	30h	Vestibular
04	BIOQUÍMICA	45h	15h	60h	Vestibular
05	METODOLOGIA CIENTÍFICA	30h	--	30h	Vestibular
06	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - SUPORTE BÁSICO DE VIDA	30h	--	30h	Vestibular
07	SOCIOLOGIA DA SAÚDE	30h	--	30h	Vestibular
TOTAL DO SEMESTRE			390h		



SEGUNDO SEMESTRE					
DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA		TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
		Teórica	Prática		
08	FISIOLOGIA HUMANA	60h	30h	90h	01; 02
09	MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA	75h	--	75h	02
10	BIOESTATÍSTICA E DEMOGRAFIA	45h	--	45h	--
11	ANTROPOLOGIA DO CORPO E DA SAÚDE	30h	--	30h	06
12	SAÚDE AMBIENTAL	30h	--	30h	--
13	PSICOLOGIA APLICADA À ENFERMAGEM	30h	--	30h	--
TOTAL DO SEMESTRE				300h	

TERCEIRO SEMESTRE					
DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA		TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
		Teórica	Prática		
14	PARASITOLOGIA	45h	15h	60h	--
15	PATOLOGIA GERAL	45h	15h	60h	01; 02; 08
16	FARMACOLOGIA E FARMACOTERAPIA	60h	30h	90h	01;02;04;08
17	NUTRIÇÃO APLICADA À ENFERMAGEM	30h	--	30h	--
18	EPIDEMIOLOGIA	45h	--	45h	10
19	ESTUDOS CIENTÍFICOS: NATUREZA E INTERFACES DA PESQUISA	30h	--	30h	05
20	DISCIPLINA OPTATIVA I	30h	--	30h	--
TOTAL DO SEMESTRE				345h	

QUARTO SEMESTRE					
DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA		TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
		Teórica	Prática		
21	FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM	90h	90h	180h	01; 08; 15; 16
22	SEMILOGIA E SEMIOTÉCNICA	45h	45h	90h	01; 02; 08; 15;16
23	METODOLOGIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	45h	--	45h	03
24	BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO EM ENFERMAGEM	30h	--	30h	03
25	ATIVIDADE DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO – ACE I	--	--	130h	--
TOTAL DO SEMESTRE				475 h	



QUINTO SEMESTRE							
DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA				TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
		Teórica	Prática				
26	SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	90h	30h ESF	30h NEO	30h PE D	180h	16; 21; 22; 23
27	SAÚDE DA MULHER	90h	30h ESF	60h HOS	--	180h	16; 21; 22; 23
28	SAÚDE COLETIVA	45h	--			45h	12;18
29	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICO-CURRICULARES - AACC I	--	--			75h	--
TOTAL DO SEMESTRE						480h	

*ESF: Estratégia Saúde da Família / *NEO: Neonatologia / *PED: Pediatria / *HOS: Hospital

SEXTO SEMESTRE							
DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA			TOTAL	PRÉ-REQUISITOS	
		Teórica	Prática				
30	SAÚDE DO ADULTO E DO IDOSO	105h	45h ESF	75h HOSP		225h	16; 21; 22; 23
31	ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA	45h	45h			90h	16; 21; 22; 23
32	DIDÁTICA APLICADA À ENFERMAGEM	30h	15h			45h	--
33	DISCIPLINA OPTATIVA II	30h	--			30h	--
TOTAL DO SEMESTRE						390h	

*ESF: Estratégia Saúde da Família / *HOSP: Hospital

SÉTIMO SEMESTRE						
DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA		TOTAL	PRÉ-REQUISITOS	
		Teórica	Prática			
34	SAÚDE MENTAL E PSIQUIATRIA	60h	60h	120h	13; 16; 21; 22; 23	
35	ENFERMAGEM EM ESTOMATERAPIA	30h	30h	60h	01; 08; 16; 21; 22; 23	
36	ENFERMAGEM EM EMERGÊNCIA	45h	45h	90h	26; 27; 30	
37	SEMINÁRIO DE PESQUISA	30h	--	30h	05; 19; 24	
38	ATIVIDADE DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO – ACE II	--	--	150h	--	
TOTAL DO SEMESTRE					450h	



OITAVO SEMESTRE					
DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA		TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
		Teórica	Prática		
39	ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM	60h	60h	120h	26; 27; 30
40	ENFERMAGEM EM CUIDADOS INTENSIVOS	30h	30h	60h	26; 27; 30; 35; 36
41	VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	30h	--	30h	30
42	ENFERMAGEM EM DOENÇAS INFECCIOSAS	30h	30h	60h	14;16; 18; 21; 22; 23; 28
43	DISCIPLINA OPTATIVA III	30h	--	30h	--
44	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICO-CURRICULARES - AACC II	--	--	100h	--
TOTAL DO SEMESTRE				400h	

NONO SEMESTRE					
DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA		TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
		Teórica	Prática		
45	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – Enfermagem na Atenção Básica	--	430h	430h	01 ao 43, com exceção do 25; 29 e 38.
46	MONOGRAFIA EM ENFERMAGEM I/TCC	30h	--	30h	5; 19; 37
47	ATIVIDADE DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO – ACÉ III	--	--	150h	--
TOTAL DO SEMESTRE				610h	

DÉCIMO SEMESTRE					
DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA		TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
		Teórica	Prática		
48	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – Enfermagem na Atenção Hospitalar	--	430h	430h	01 ao 47, com exceção do 29; 44
49	MONOGRAFIA EM ENFERMAGEM II – TCC/ARTIGO	30h	--	30h	5; 19; 37; 46
TOTAL DO SEMESTRE				460h	



DISCIPLINAS OPTATIVAS (30h cada)

O aluno deverá cursar pelo menos três disciplinas que deverão ser ofertadas de acordo com disponibilidade das Coordenações de Curso e adequação às realidades dos cursos em seus Campi (Teresina, Picos, Parnaíba e Floriano) e setor de saúde na região, conforme quadro a seguir:

DISCIPLINA OPTATIVA	CARGA HORÁRIA
1. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	30
2. EXAMES COMPLEMENTARES	30
3. ENFERMAGEM EM ONCOLOGIA	30
4. ENFERMAGEM EM NEFROLOGIA	30
5. ENFERMAGEM EM UTI NEONATAL	30
6. ENFERMAGEM GERIÁTRICA	30
7. GENÉTICA	30
8. IMAGINOLOGIA PARA ENFERMAGEM	30
9. HOME CARE	30
10. FARMACOLOGIA APLICADA A ENFERMAGEM	30
11. ENFERMAGEM EM CUIDADOS PALIATIVOS	30
12. INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	30
13. INFORMÁTICA PARA ENFERMAGEM	30
14. INGLÊS PARA PROFISSIONAL DE SAÚDE	30
15. SEGURANÇA DO PACIENTE	30
16. ENFERMAGEM EM ESTÉTICA	30
17. PESQUISA E TECNOLOGIAS EM SAÚDE	30
18. PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE	30
19. SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	30

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

RESUMO	CARGA-HORÁRIA
CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS	2655 H
DISCIPLINAS OPTATIVAS	90 H
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	860 H
ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICO-CURRICULARES	175 H
ATIVIDADES DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	430 H
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	90 H
TOTAL	4.300 H

6.3 Fluxograma – Currículo Nº 5

BLOCO I	BLOCO II	BLOCO III	BLOCO IV	BLOCO V	BLOCO VI	BLOCO VII	BLOCO VIII	BLOCO IX	BLOCO X
ANATOMIA HUMANA GERAL 120h (60hT + 60hP)	FISIOLOGIA HUMANA 90h (60hT + 30hP)	PARASITOLOGIA 60h (45hT + 15hP)	FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM 180h (90T + 90P)	SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 180h (90hT + 90hP)	SAÚDE DO ADULTO E DO IDOSO 225h (105hT + 120hP)	SAÚDE MENTAL E PSIQUIATRIA 120h (60hT + 60h P)	ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM 120h (60hT + 60hP)	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – Enfermagem na Atenção Básica 430h	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – Enfermagem na Atenção Hospitalar 430h
HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA PARA A ENFERMAGEM 90h (60hT + 30hP)	MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA 75h	PATOLOGIA GERAL 60h (45hT + 15hP)	SEMILOGIA E SEMIOTÉCNICA 90h (45hT + 45hP)	SAÚDE DA MULHER 180h (90hT + 90hP)	ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA 90h (45hT + 45hP)	ENFERMAGEM EM ESTOMATERAPIA 60h (30H T + 30H P)	ENFERMAGEM EM CUIDADOS INTENSIVOS 60h (30hT + 30hP)	MONOGRAFIA EM ENFERMAGEM I - TCC 30h	MONOGRAFIA EM ENFERMAGEM II – TCC/ARTIGO 30h
HISTÓRIA DA ENFERMAGEM 30h	BIOESTATÍSTICA E DEMOGRAFIA 45h	FARMACOLOGIA E FARMACOTERAPIA 90h	METODOLOGIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM 45h	SAÚDE COLETIVA 45h	DIDÁTICA APLICADA A ENFERMAGEM 45h (30hT + 15hP)	ENFERMAGEM EM EMERGÊNCIA 90h (45hT + 45hP)	VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR 30h		
BIOQUÍMICA 60h (45hT + 15hP)	ANTROPOLOGIA DO CORPO E DA SAÚDE 30h	NUTRIÇÃO APLICADA A ENFERMAGEM 30h	BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO EM ENFERMAGEM 30h		DISCIPLINA OPTATIVA II 30h	SEMINÁRIO DE PESQUISA 30h	ENFERMAGEM EM DOENÇAS INFECCIOSAS 60h (30hT + 30hP)		
METODOLOGIA CIENTÍFICA 30h	SAÚDE AMBIENTAL 30h	EPIDEMIOLOGIA 45h					DISCIPLINA OPTATIVA III 30h		
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - SUPORTE BÁSICO DE VIDA 30h	PSICOLOGIA APLICADA A ENFERMAGEM 30h	ESTUDOS CIENTÍFICOS: NATUREZA E INTERFACES DA PESQUISA 30h							
SOCIOLOGIA DA SAÚDE 30h		DISCIPLINA OPTATIVA I 30h							
390h	300h	345h	345h	405h	390h	300h	300h	460h	460h
			ACE I 130h	AACC I 75h		ACE II 150h	AACC II 100h	ACE III 150h	
390h	300h	345h	475h	480h	390h	450h	400h	610h	460h

*AACC: Atividades Acadêmicas Científico-Curriculares / *ACE: Atividades de Curricularização da Extensão

6.4 Ementário e Bibliografia

Encontram-se relacionadas e descritas, a seguir, as disciplinas integrantes da matriz curricular do Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI, com as respectivas ementas e bibliografias.

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS DO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

Considerando o desenvolvimento científico e tecnológico, as ementas aqui apresentadas poderão ser atualizadas, pelos professores responsáveis pelas disciplinas, desde que analisadas e aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante e homologadas pelo Colegiado do Curso. As ementas das disciplinas do Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI, bibliografia básica e complementar são apresentadas a seguir.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

DISCIPLINAS DO 1º SEMESTRE			
Disciplina	ANATOMIA HUMANA GERAL		
Carga horária	120h	Teoria: 60h	Prática: 60h
Ementa			
Estudo anatômico dos sistemas orgânicos em geral e das organizações morfofuncionais dos principais segmentos corpóreos. Divisão regional do corpo humano. Anatomia topográfica dos diferentes segmentos do corpo: cabeça, pescoço, tórax, abdome, pelve, períneo, dorso, membro superior e membro inferior.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">- Estudar a anatomia humana dos diversos sistemas do organismo, com ênfase na associação da organização estrutural (morfologia) dos órgãos e sistemas com o papel funcional, fornecendo os fundamentos anatômicos necessários para a compreensão das demais disciplinas do curso de Enfermagem.- Identificar os planos de delimitação e secção do corpo humano.- Identificar os componentes do aparelho locomotor, ossos, articulações e músculos, compreendendo o mecanismo da locomoção.- Identificar os órgãos do sistema nervoso central e periférico e sistema sensorial, compreendendo o seu mecanismo de funcionamento.- Identificar os órgãos dos sistemas: circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital, endócrino e tegumentar, e compreender o seu funcionamento na manutenção da homeostase.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, o laboratório de anatomia e os ambientes virtuais de aprendizagem.			



Bibliografia básica
DÂNGELO, J. G. A anatomia humana sistêmica e segmentar . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. MACHADO, Ângelo B. M. Neuroanatomia funcional . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. SOBOTTA, J.; BECHER, H. Atlas de Anatomia Humana . 24. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. 3v.
Bibliografia complementar
DRAKE, Richard L.; VOGL, Wayne.; MITCHEL, Adam W. M. GRAY'S Anatomia Clínica para Estudantes . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. NETTER, Frank H. Atlas de Anatomia Humana . 6. ed. Porto Alegre: Elsevier, 2015. ROHEN, J. W.; YOKOCHI, C.; LÜTJEN-DRECOLL, E. Anatomia Humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional . 8. ed. São Paulo: Manole, 2016. SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U. Atlas de Anatomia Prometheus . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 3v. WOLF-HEIDEGGER, G. Atlas de Anatomia Humana . 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2006. 2v.

Disciplina	HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA		
Carga horária	90h	Teoria: 60h	Prática: 30h
Ementa	Introdução à histologia e embriologia. Noções de microscopia e técnicas histológicas. Tecido epitelial. Tecido conjuntivo. Tecido adiposo. Tecido cartilaginoso. Tecido ósseo. Tecido muscular, Tecido nervoso. Células do sangue. Sistema reprodutor masculino. Sistema reprodutor feminino. Gametogênese. Fecundação. Período embrionário. Período fetal. Placenta e anexos. Defeitos congênitos. Desenvolvimento embriológico dos principais sistemas de órgãos.		
Competências	- Integrar o conhecimento das características estruturais e morfológicas dos tecidos humanos com o desenvolvimento do indivíduo, desde a formação do zigoto até o feto a termo.		
Cenário de aprendizagem	Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e o laboratório de histologia.		
Bibliografia básica	JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. C. Histologia Básica – Texto e atlas . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. MOORE, K. L.; PERSUAD, T. V. N.; TOCHIA, M. G. Embriologia básica . 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. YOUNG, B. <i>et al.</i> Wheater: Histologia Funcional – texto e atlas em cores . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.		
Bibliografia complementar	CARVALHO, H. F.; RECCO-PIMENTEL, S. M. A Célula . 4. ed. São Paulo: Manole, 2019. GARTNER, L. P. Atlas Colorido de Histologia . 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. MOORE, K. L.; PERSUAD, T. V. N.; TOCHIA, M. G. Embriologia Clínica . 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020. SADLER, T. W. Langman Embriologia Médica . 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. TOLOSA, E. M. C. <i>et al.</i> Manual de Técnicas Para Histologia Normal e Patológica . 1. ed. São Paulo: Manole, 2003.		



Disciplina	HISTÓRIA DA ENFERMAGEM		
Carga horária	30h	Aulas Teóricas: 30h	Aulas Práticas: --
Ementa			
Descrever os aspectos da história e do desenvolvimento das práticas de saúde e cuidado desde as civilizações antigas ao mundo moderno. A enfermagem no Brasil e no Piauí, o reconhecimento, conquistas e lutas de classe. Noções sobre organização profissional e entidades de classe e Lei do Exercício Profissional. Principais áreas atuação do enfermeiro. Apresentação do curso de enfermagem e da instituição.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">- Compreender a evolução histórica da práxis da enfermagem à luz dos acontecimentos socioculturais, políticos, éticos e filosóficos.- Refletir sobre os progressos, dificuldades, mitos e paradigmas da enfermagem.- Entender a função e amplitude da Enfermagem na melhoria da saúde das populações.- Definir as áreas de atuação do profissional enfermeiro.- Conhecer a história do curso de enfermagem da UESPI, contextualizando os avanços da profissão no Brasil e no Estado do Piauí.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, recursos audiovisuais, plataformas digitais e visitas técnicas.			
Bibliografia básica			
BERTOLLI FILHO, C. História da saúde pública no Brasil . São Paulo: Ática, 2012. GEOVANINI, T. <i>et al.</i> História da enfermagem: versões e interpretações . Rio Janeiro: Revinter, reimpressão, 2019. OGUISSO, TAKA; FREITAS, G. F. História da enfermagem: instituições e práticas de ensino e assistência . RJ – Águia Dourada, 2015. PADILHA, Maria Itayra <i>et al.</i> Enfermagem: história de uma profissão . Difusão Editora, 2020.			
Bibliografia complementar			
BORENSTEIN, M. S.; PADILHA, M. I. (orgs.). Enfermagem em Santa Catarina: recortes de uma história (1900-2011) . Florianópolis (SC): Editora Secco, 2011. 272p CARRARO, T. E. Enfermagem e assistência: resgatando Florence Nightingale . 2. ed. Goiânia: AB Editora, 2001. CIANCIARULLO, Tamara. Trajetória histórica da enfermagem . Editora Manole, 2014. NUNES, B. M. V. T.; BAPTISTA, S. S. Os Primórdios do ensino da enfermagem moderna no Piauí: lutas e conquistas na Universidade . Teresina: EDUFPI, 2004. 110p. PAIXÃO, W. História da Enfermagem . Rio de Janeiro: Júlio C. Reis Livraria, 1990. RAMOS, F. F. Memorial do Hospital Getúlio Vargas: contexto histórico-político-econômico-sócio-cultural (1500-2000) . Teresina, PI: Gráfica do Povo, 2003. 524p. RIZZOTTO, M. L. F. História da enfermagem e sua relação com a Saúde pública . Goiânia: AB, 1999. SANTOS JUNIOR, L. A. (org.). História da Medicina no Piauí . Teresina: Academia de Medicina do Piauí, 2003. 356p. SILVA, A. C. B. O ensino de enfermagem no Piauí . Teresina (PI): Academia Piauiense de Letras, 2019. 204p. SILVA, A. C. B. História de vida, formação profissional e identidade de enfermeiras professoras . Teresina (PI): Academia Piauiense de Letras, 2019b. 286p.			

Disciplina	BIOQUÍMICA		
Carga horária	60h	Teoria: 45h	Prática: 15h
Ementa			



Fundamentos dos processos bioquímicos, natureza físico-química e funções das macromoléculas: proteínas, enzimas, carboidratos e lipídios. Vitaminas e aspectos importantes na nutrição. Metabolismos de carboidratos, lipídios e compostos nitrogenados (proteínas, purinas e pirimidinas). Integração metabólica. Aspectos do metabolismo ácido-básico e hidroeletrólítico, Bioquímica do sangue.

Competências

- Mobilizar os conceitos básicos da bioquímica, correlacionando-os com situações práticas da clínica médica.
- Compreender as reações realizadas pelas células vivas envolvidas nos processos metabólicos de proteínas, carboidratos e lipídeos.
- Correlacionar as reações bioquímicas celulares e as respostas fisiológicas.
- Mobilizar atitude interdisciplinar entre os conhecimentos bioquímicos e as disciplinas integrantes do curso de Bacharelado em Enfermagem, favorecendo assim, a sedimentação e aplicabilidade dos conteúdos abordados.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, o laboratório de Bioquímica e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.

Bibliografia básica

BERG, J. M.; TYMOCZKO, J. L.; STRYER, L. **Bioquímica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
COX, M. M; NELSON, D. L. **Princípios de bioquímica de Lehninger**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
DEVLIN, T. M. **Manual de Bioquímica com correlações clínicas**. 7. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2011.
MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. **Bioquímica Básica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

Bibliografia complementar

BAYNES, J.; DOMINICZAK, M. H. **Bioquímica Médica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
CAMPBELL, M. K.; FARRELL, S. O. **Bioquímica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
FERRIER, D. R. **Bioquímica ilustrada**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
VOET, D.; VOET, J. G.; PRATT, C. W. **Fundamentos de Bioquímica**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
RODWELL, V.W. et al. **Bioquímica Ilustrada de Harper**. 31. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021.

Disciplina	METODOLOGIA CIENTÍFICA		
Carga horária	30h	Teoria: 30h	Prática: --
Ementa			
O tripé da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. A importância do processo de produção e divulgação científica. Currículo Lattes. Sistema QUALIS/CAPES. Recursos audiovisuais: apresentação de seminários. Leitura e análise de texto. O processo de elaboração de resumos, resenhas, fichamentos e revisão bibliográfica. Buscas em bibliotecas e bases de dados na internet. Normas da ABNT para formatação de trabalhos acadêmicos. Sites utilizados para detecção de plágio.			
Competências			
- Compreender o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da universidade como práticas indissociáveis. - Reconhecer a importância da produção e divulgação científica por meio de apresentação de trabalhos em eventos e publicações em periódicos, anais e livros como forma de contribuição para o avanço da ciência.			



- Elaborar e atualizar o Currículo Lattes reconhecendo-o como documento imprescindível para o registro da vida acadêmica.
- Subsidiar a elaboração de resumos, resenhas, fichamentos e revisão bibliográfica, oferecendo instrumentos necessários de conhecimentos operacionais e metodológicos.
- Conhecer as normas da ABNT/NBR atuais e sua aplicabilidade em trabalhos científicos.
- Possibilitar o conhecimento e a prática de ferramentas de busca em bibliotecas e bases de dados na internet utilizando-se descritores em ciências da saúde.
- Apreender as bases e recursos fundamentais da apresentação de seminários e demais trabalhos científicos, sejam eles em âmbito remoto ou presencial.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências mencionadas serão utilizadas salas de aula, práticas no laboratório de informática e uso de softwares para elaboração de referências e detecção de plágio.

Bibliografia básica

BRUZZI, D. **Técnicas para apresentações de TCCs e trabalhos monográficos**. Brasília: Ed. Senac-DF, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Bibliografia complementar

DYNIEWITZ, A. M. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 4. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2019.

LEITE, F. T. **Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

Disciplina	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - SUPORTE BÁSICO DE VIDA		
Carga horária	30h	Teoria: 30h	Prática: --
Ementa			
Atendimento pré-hospitalar. Aspectos éticos na abordagem da vítima. Noções da abordagem e transporte do politraumatizado. Atendimento a vítimas de emergências clínicas e acidentes domésticos. Noções de suporte básico de vida.			
Competências			
- Conhecer o Sistema de Emergências Médicas do Brasil. - Identificar a cadeia de sobrevivência nos protocolos internacionais atuais. - Conhecer as medidas de segurança na cena e Equipamentos de Proteção Individual. - Compreender o atendimento nas principais emergências clínicas no ambiente extra-hospitalar e o transporte de vítimas para o hospital. - Saber as condutas básicas em acidentes domésticos.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.			
Bibliografia básica			
AMERICAN HEART ASSOCIATION. Diretrizes 2010 para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovascular de Emergência . 24. ed. São Paulo: Circulation, 2016.			



NAEMT. **Atendimento Pré-Hospitalar ao traumatizado: básico e avançado.** 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
PIRES, M. T. B; STARLING, S. V. **Manual de Urgências em Pronto-Socorro.** 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Bibliografia complementar

AEHLERT, B. **ACLS, Emergência em Cardiologia:** suporte avançado de vida em cardiologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS).** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013
BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1600 de 07 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS).** Ministério da Saúde: Brasília-DF, 2011
BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica.** 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.
PAVELQUEIRES, S. **MAST: Manobras avançadas de suporte ao trauma e emergências cardiovasculares.** 5. ed. Marília: Manual do Curso, 2010.

Disciplina	SOCIOLOGIA DA SAÚDE		
Carga horária	30h	Teoria: 30h	Prática: --
Ementa	Aspectos introdutórios da sociologia como ciência. Análise sociológica dos processos de saúde, doença e envelhecimento. Estado, sociedade, mercado e determinantes sociais da saúde - desigualdades na saúde. Corpo, sexualidade e práticas em saúde.		
Competências	<ul style="list-style-type: none">- Analisar como as categorias saúde, doença, envelhecimento, gênero e sexualidade são produzidas pelas teorias clássicas e contemporâneas enquanto um lugar de discursos, práticas, poderes, saberes sobre sujeitos, instituições, normalidades e anormalidades.- Compreender a relação entre saúde, doença, sociedade, mercado e Estado no âmbito do sistema capitalista.- Estudar o desenvolvimento da saúde pública brasileira e seus desdobramentos com os processos de mercantilização e qualidade de vida.		
Cenário de aprendizagem	Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula.		
Bibliografia básica	GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2005. SILVA, Eunice A. (Org.). Sociologia aplicada à enfermagem. Barueri: Manole, 2012. SOUZA, Alícia Navarro de; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). Saúde, corpo e sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.		
Bibliografia complementar			



ADAM, Philippe. **Sociologia da doença e da medicina**. Bauru: EDUSC, 2001.
ALVES, Fátima (Coord.) **Saúde, medicina e sociedade: uma visão sociológica**. Lisboa: Pactor, 2013.
BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DISCIPLINAS DO 2º SEMESTRE

Disciplina	FISIOLOGIA HUMANA		
Carga horária	90h	Aulas Teóricas: 60h	Aulas Práticas: 30h
Ementa			
Fisiologia celular: homeostase, membrana celular, bioeletrogênese e receptores de membrana, vias de transdução de sinais acoplados à proteína G. Fisiologia da contração muscular: anatomia funcional do músculo e transmissão neuromuscular. Fundamentos da fisiologia dos sistemas: nervoso, cardiovascular, circulatório, respiratório, digestivo, renal e endócrino, enfocando a organização morfofuncional, mecanismos e regulação relacionados aos mesmos, entendendo o organismo humano como elemento integrado.			
Competências			
- Compreender os conhecimentos gerais sobre fisiologia celular e fisiologia do sistema nervoso envolvidos no funcionamento do corpo humano. - Adquirir competências e habilidades sobre os sistemas: cardiovascular, respiratório, digestivo, renal e endócrino envolvidos na fisiologia do corpo humano.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e o laboratório de fisiologia.			
Bibliografia básica			
COSTANZO, Linda S. Fisiologia . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014 GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Guyton & Hall Tratado de Fisiologia Médica . 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia Humana: Uma Abordagem Integrada . 7. ed. Barueri: Artmed Editora, 2017.			
Bibliografia complementar			
AIRES, Margarida M. Fisiologia . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. BERNE, Robert M.; LEVY, Matthew N. Fisiologia . 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. FOX, Stuart I. Fisiologia humana . 7. ed. Barueri: Manole, 2007. GANONG, William F. Fisiologia médica . 24. ed. Rio de Janeiro: McGrawHill, 2014. TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.			

Disciplina	MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA		
Carga horária	75h	Aulas Teóricas:	Aulas Práticas:
Ementa			
Estudo das características morfológicas e fisiológicas da célula bacteriana. Microbiota normal do homem e mecanismos regulatórios Genética bacteriana e suas aplicações. Controle dos microrganismos por agentes físicos e químicos. Agentes antimicrobianos e mecanismos de resistência bacteriana. Fatores de virulência bacteriana. Estudo dos fungos e das principais micoses humanas. Estudo das características gerais dos vírus.			



Estudo da imunologia geral. Sistema Imune Inato e Adaptativo. Antígenos e seus receptores. Imunoglobulinas e respostas imunes mediadas por células. Reações imunológicas e de hipersensibilidade. Infecção e imunidade. Mecanismos naturais e adquiridos de resistência. Imunologia no combate ao câncer.

Competências

- Compreender conceitos teóricos e técnicas básicas em Microbiologia, Micologia e Virologia.
- Compreender os mecanismos de patogenicidade das doenças, assinalando os aspectos clínicos.
- Caracterizar os processos infecciosos bacterianos, virais e fúngicos, abordando transmissão, prevenção e controle.
- Conhecer os princípios básicos da indução e da manifestação das reações imunológicas nos mecanismos de defesa, as alterações nos tecidos e as doenças.
- Compreender os critérios para o diagnóstico imunológico de diferentes patologias e as medidas de prevenção e controle.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.

Bibliografia básica

- ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. **Imunologia Celular e Molecular**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
- MURPHY, K.; TRAVERS, P.; WALPORT, M. **Imunobiologia de Janeway**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BURTON, D. R. *et al.* **Roitt Fundamentos de Imunologia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
- MURRAY, P. R.; ROSENTHAL, K. S.; PFFALER, M. A. **Microbiologia Médica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- TRABULSI, L. R. **Microbiologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2015.
- MARTINKO, M. T.; MADIGAN J. M. DUNLAP, P. V. **Microbiologia de Brock**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- JAWETZ, E; MELNICK, J. L.; ADELBERG, E. A. **Microbiologia Médica**. 20. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- TORTORA, G. J. FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Bibliografia complementar

- CARREIRO, D. M. **Alergia, Hipersensibilidade e Intolerância Alimentar**. 2. ed. São Paulo: Denise Carreiro, 2021.
- COICO, R.; SUNSHINE, G. **Imunologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- COURA, J. R. **Dinâmica das Doenças Infecciosas e Parasitárias**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
- FORTE, W. C. N. **Imunologia do básico ao aplicado**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.
- TAVARES, W.; MARINHO, L. A. C. **Rotinas de Diagnóstico e Tratamentos das Doenças Infecciosas e Parasitárias**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2017.

Disciplina	BIOESTATÍSTICA E DEMOGRAFIA		
Carga horária	45h	Teoria: 45h	Prática: --
Ementa			
Fundamentos básicos das medidas estatísticas. Procedimentos estatísticos, população e amostra, distribuição de frequência, medidas de posição e de dispersão, gráficos e tabelas. Estatística univariada e bivariada. Noções de programas estatísticos.			
Competências			
- Conhecer as noções básicas das medidas estatísticas que subsidiam a interpretação crítica			



da literatura biomédica/enfermagem.

- Capacitar o aluno a criar bancos de dados e realizar análises simples utilizando programas estatísticos.
- Desenvolver no aluno uma visão crítica sobre o uso adequado da bioestatística focada para a área da enfermagem.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.

Bibliografia básica

DANCEY, C. P.; REIDY, J. G.; ROWE, R. **Estatística sem matemática para ciências da saúde**. 1. ed, Porto Alegre: Penso, 2017.

SOBRINHO, J. C. P. **Bioestatística descomplicada**. 1. ed. Esteio: Novas Edições Acadêmicas, 2019.

VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

Bibliografia complementar

GLANTZ, S. A. **Princípios de bioestatística**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PAGANO, M. GAUVREAU, K. **Princípios de bioestatística**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

SIQUEIRA, A. L.; TIBÚRCIO, J. D. **Estatística na área da saúde: conceitos, metodologia, aplicações e prática computacional**. Belo Horizonte, MG: Coopmed Editora Médica, 2011.

SUCHUMACHER, M.; GELLER, M. **Bioestatística passo a passo**. 1. ed. São Paulo: Thieme Revinter, 2019.

VIEIRA, S. **Bioestatística: Tópicos avançados**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

Disciplina	ANTROPOLOGIA DO CORPO E DA SAÚDE		
Carga horária	30h	Teoria: 30h	Prática: --
Ementa			
Aspectos introdutórios da Antropologia como ciência. Metodologia da abordagem antropológica no campo da saúde. Dimensões e significados de corpo, saúde, doença e morte. Contribuições da Antropologia para o conhecimento e a prática da Enfermagem no âmbito das estruturas patriarcal e racista da sociedade brasileira.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer a antropologia como campo de conhecimento científico e analisar teórica e metodologicamente as dimensões socioculturais do homem, bem como enquanto instrumento analítico dos fenômenos que relacionam cultura, corpo, saúde e alteridade.- Compreender a importância dos aspectos culturais através de um olhar antropológico que possibilite um melhor entendimento sobre as noções de corpo, saúde, doença e morte em suas variações nas diferentes culturas.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula.			
Bibliografia básica			



LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 21. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
MATTA, Roberto da. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
NAKAMURA, Eunice; MARTIN, Denise; SANTOS, José Francisco Q. dos (Orgs.). **Antropologia para enfermagem**. Barueri: Manole, 2009.

Bibliografia complementar

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
HELMAN, C. G. **Cultura, saúde e doença**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
LAPLANTINE, François. **Antropologia da doença**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
MELO, Lucas Pereira de; GUALDA, Dulce Maria Rosa; CAMPOS, Edemilson Antunes (orgs.). **Enfermagem, antropologia e saúde**. Barueri: Manole, 2013.
TEIXEIRA, Elizabeth. **Abordagens qualitativas**: trilhas para pesquisadores em saúde e enfermagem. São Paulo: Martinari, 2008.

Disciplina	SAÚDE AMBIENTAL		
Carga horária	30h	Teoria: 30h	Prática: --

Ementa

Aspectos introdutórios da saúde ambiental. Legislação ambiental básica. Interrelação do meio ambiente e determinantes sociais do processo saúde/doença. Saúde urbana e rural. Poluição dos recursos hídricos, do ar e do solo: impacto ambiental e efeitos à saúde, prevenção e controle. Saneamento e saúde: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde. O papel do enfermeiro como educador em relação à preservação do meio ambiente e da vida.

Competências

- Compreender as políticas ambientais e sua relação com a qualidade de vida.
- Reconhecer os determinantes sociais do processo saúde/doença.
- Detectar fatores de risco ambiental e promover estratégias de prevenção da doença e do impacto ambiental.
- Identificar o gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde.
- Conhecer atividades do profissional de saúde relacionadas à preservação do ambiente e da vida.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e visitas técnicas com atividades interdisciplinares.

Bibliografia básica

BRASIL. Fundação Nacional da Saúde. **Manual de saneamento**. 5. ed. Brasília: FUNASA, 2019.
_____. Ministério da Saúde. **Caderno de saúde e educação ambiental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
FREITAS, C. M.; Porto, M. F. **Saúde Ambiental e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FioCruz, 2006.
PHILIPPI JÚNIOR, A. **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 2. ed. Barueri: Manole, 2018.
SILVA, E. **Saúde Ambiental**: o meio ambiente e o homem. 1. ed. ALL PRINT, 2012.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, P. J. **Intoxicação por agrotóxicos**. São Paulo: Andrei, 2002.
BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P.; VIANA, V. J. **Poluição ambiental e saúde pública**. 1. ed. São José dos Campos: Érica, 2013.



BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

_____. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de saúde e ambiente no desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1995.

CAVINATTO, V. M. **Saneamento Básico: fonte de saúde e bem estar**. São Paulo: Moderna, 2012.

RIGOTO, R. M. **Desenvolvimento, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

Disciplina	PSICOLOGIA APLICADA A ENFERMAGEM		
Carga horária	30h	Teoria: 30h	Prática: --
Ementa			
Introdução ao estudo da Psicologia. Teorias psicológicas do desenvolvimento e da personalidade. O social e o biológico na determinação da condição humana. Psicologia Social e Psicologia Hospitalar; Psicossomatização; Relações interpessoais: enfermeiro, paciente e família.			
Competências			
- Reconhecer os processos emocionais do sujeito para atuar na produção da saúde de forma multiprofissional. - Relacionar os aspectos psicológicos e os processos de saúde/doença do paciente, reconhecendo a saúde integral como direito de todos. - Identificar e utilizar tópicos fundamentais da psicologia e para a compreensão do sujeito em suas particularidades. - Estabelecer discussões interdisciplinares entre a psicologia e a enfermagem.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula com o uso de recursos multimídia.			
Bibliografia básica			
BRAGHIROLI, Eliane Maria. Psicologia Geral . Petrópolis: Vozes, 2004. CAMPOS, Eugenio Paes. Quem cuida do cuidador: uma proposta para profissionais da área de saúde . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. FARAH, Olga Guilhermina; SÁ, Ana Cristina. Psicologia Aplicada à Enfermagem . São Paulo: Manole, 2008. SIMONETTI, Alfredo. Manual de Psicologia Hospitalar: o mapa da doença . São Paulo: Artesã, 2018. STRAUB, Richard O. Psicologia da saúde . Porto Alegre: Artmed, 2005.			
Bibliografia complementar			
ALENCAR, Eunice M. L. Psicologia: Introdução aos Princípios Básicos do Comportamento . 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (org.). Atualidades em Psicologia da Saúde . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. BOCK, Ana M. Bahia. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. HALL, C. S.; LINDZEY, G. Teorias da Personalidade . 18. ed. São Paulo: EPU, v. 1., 1984. MINICUCCI, Agostinho. Relações humanas: psicologia das relações interpessoais . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.			

DISCIPLINAS DO 3º SEMESTRE

Disciplina	PARASITOLOGIA		
Carga horária	60h	Teoria: 45h	Prática: 15h



Ementa
Introdução ao estudo da parasitologia. Conhecimentos básicos sobre as principais endemias parasitárias do Brasil. Relação parasito-hospedeiro. Estudo dos principais protozoários e helmintos. Classificação zoológica, biologia, patogenia, quadro clínico, diagnóstico, epidemiologia e profilaxia. Artrópodes transmissores e veiculadores de doenças no homem. Animais peçonhentos. Principais métodos de diagnóstico laboratorial das doenças parasitárias.
Competências
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer as principais endemias parasitárias no Brasil, suas ações patogênicas, sintomatologias, diagnósticos e meios profiláticos.- Distinguir as diversas parasitoses humanas e conhecer as medidas profiláticas para cada uma delas.- Identificar os principais artrópodes transmissores e veiculadores de doenças no homem.- Conhecer as principais técnicas de exames laboratoriais para detecção de parasitoses.
Cenário de aprendizagem
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, o laboratório e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.
Bibliografia básica
FEREIRA, U. Parasitologia Contemporânea . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. NEVES, D. P. Parasitologia Básica . 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2018. SIQUEIRA-BATISTA, R. et al. Parasitologia: Fundamentos e Prática Clínica . 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2020. ZEIBIG, E. Parasitologia Clínica . 1. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2014.
Bibliografia complementar
LINARDI, P. M. Fabulas Parasitológicas . 1. ed. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2008. NEVES NETO, D. P.; BITTENCOURT, J. B. Atlas Didático de Parasitologia . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2019. REY, L. Bases da parasitologia medica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013 ROCHA, A. Parasitologia: para enfermeiros, veterinários, biomédicos, nutricionistas, fisioterapeutas, dentistas, fonoaudiólogos, médicos e demais interessados . São Paulo: Rideel, 2019. SAVERO, L. Microbiologia e Parasitologia: Uma contribuição para Formação de Profissionais de Saúde . 1. ed. Goiânia: Editora AB, 2008.

Disciplina	PATOLOGIA GERAL		
Carga horária	60h	Teoria: 45h	Prática: 15h
Ementa			
Introdução ao estudo da patologia geral. Técnicas laboratoriais de diagnóstico em Patologia. Adaptações celulares ao estresse. Lesões celulares reversíveis e irreversíveis. Pigmentações. Calcificações. Inflamação. Reparo tecidual. Distúrbios circulatórios. Neoplasias.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">- Compreender o estudo da patologia na perspectiva da atuação da enfermagem.- Entender a fisiopatologia dos processos patológicos gerais.- Conhecer as técnicas laboratoriais de diagnóstico em patologia.- Compreender as principais lesões celulares e o processo de reparo tecidual.- Entender o processo de surgimento das neoplasias (maligna e benigna) e suas características histológicas.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, o laboratório e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.			



Bibliografia básica
BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo, patologia geral . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. FRANCO, M. et al. Patologia: processos gerais . 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2015. KUMMAR, V.; ABBAS, A. K.; ASTER, J. C. Robbins, patologia básica . 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
Bibliografia complementar
BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo, patologia . 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. FELIN, I. P. D. FELIN, C. R. Patologia geral em mapas conceituais . 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; ASTER, J. C. Patologia - Bases Patológicas das Doenças . 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; ASTER, J. C. Robbins & Cotran – Patologia: bases patológicas das doenças . 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. ROCHA, A. Patologia: Processos gerais para o estudo das doenças . 2. ed. São Paulo: Rideel, 2011.

Disciplina	FARMACOLOGIA E FARMACOTERAPIA		
Carga horária	90h	Teoria: 90h	Prática: --
Ementa	Introdução ao estudo da farmacologia. Farmacodinâmica e farmacocinética. Interação medicamentosa. Princípios gerais para cálculo de doses medicamentosas. Farmacologia autonômica. Farmacologia da inflamação: histamina e anti-histamínico. Serotonina e prostaglandina. Polipeptídeos vasoativos. Bradicina, calicreína e angiotensina. Analgésicos e antiinflamatórios não esteroidais (AINES). Corticosteróides Anestésicos locais e gerais. Hipnoanalgésicos. Psicotrópicos. Anticoagulantes e hemostáticos. Quimioterapia antimicrobiana e antineoplásica. Farmacologia cardiovascular. Farmacologia do aparelho respiratório. Farmacologia do trato-gastrointestinal.		
Competências	<ul style="list-style-type: none">- Relacionar o mecanismo de ação dos diversos grupos de drogas ao seu efeito clínico, considerando os princípios de eficácia e potência farmacológica.- Identificar os possíveis efeitos adversos resultantes do uso de cada grupo de drogas, considerando a sua farmacodinâmica e o efeito sobre o alvo.- Conhecer os fatores que podem resultar em variabilidade na resposta aos fármacos, considerando as variáveis dependentes do paciente, dependentes do fármaco ou do tratamento.		
Cenário de aprendizagem	Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e os laboratórios.		
Bibliografia básica	BRUNTON, L. L.; LAZO, J. S.; PARKER, K. L. Goodman & Gilman as bases farmacológicas da terapêutica . 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. KATZUNG, B. G. Farmacologia básica e clínica . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. RANG, H. P; DALE, M. M; RITTER, J. M. Farmacologia . 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.		
Bibliografia complementar	FINKEL, R.; CEBEDDU, L. X.; CLARK, M. A. Farmacologia ilustrada . Porto Alegre: Artmed, 2013. FUCHS, F.D. WANNMACHER, L. FERREIRA, M. B. C. Farmacologia clínica: fundamentos		



da terapêutica racional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
KOROLKOVAS, A. FRANÇA, F. F. **Dicionário terapêutico**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
PAGE, C.; CURTIS, M.; SUTTER, M. **Farmacologia integrada**. Barueri: Manole, 2004.
SILVA, P. **Farmacologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

Disciplina	NUTRIÇÃO APLICADA À ENFERMAGEM		
Carga horária	30h	Teoria: 30h	Prática: --
Ementa			
Introdução ao estudo da nutrição aplicada à enfermagem. Estudo dos nutrientes e sua importância para promoção e restabelecimento da saúde. Determinantes sociais, biológicos e políticos do estado nutricional. Hábitos, mitos e tabus alimentares. Pirâmide alimentar. Avaliação Nutricional. Distúrbios Alimentares mais comuns. Necessidades nutricionais do indivíduo sadio nas diversas fases do ciclo vital. Educação nutricional. Dietas hospitalares e suas modificações.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">- Identificar os principais nutrientes presentes nos alimentos e sua importância para promoção e restabelecimento da saúde.- Compreender a influência dos determinantes sociais, biológicos e políticos no estado nutricional do indivíduo bem como as formas de intervenção da enfermagem.- Reconhecer o cuidado nutricional como um importante instrumento para a promoção da saúde e prevenção de doenças, dentro de uma perspectiva interdisciplinar.- Conhecer as dietas hospitalares prescritas para diferentes patologias.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e visitas técnicas.			
Bibliografia básica			
CUPPARI, L. Guia de Nutrição: Nutrição Clínica no Adulto . 4. ed. São Paulo: Manole, 2018. DÂMASO, A. Obesidade . Rio de Janeiro: Medsi, 2010. ISOSAKI, M. & CARDOSO, E. Manual de Dietoterapia e Avaliação Nutricional do Serviço de Nutrição e Dietética do Instituto do Coração (INCOR) . São Paulo: Atheneu, 2012. MAHAN, K. & ESCOTT – STUMP, S. Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia . 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.			
Bibliografia complementar			
BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para crianças menores de dois anos . Brasília: Ministério da Saúde, 2019. _____. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira: Promovendo a alimentação saudável . Brasília: Ministério da Saúde, 2016. _____. Ministério da Saúde. Política Nacional de alimentação e nutrição . Brasília: Ministério da Saúde, 2003. WAITZBERG, D. L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica: volume 1 . São Paulo: Atheneu, 2006. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de orientação: alimentação do lactente, alimentação do pré-escolar, alimentação do escolar, alimentação do adolescente . 3. ed. São Paulo: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2012.			

Disciplina	EPIDEMIOLOGIA		
Carga horária	45h	Teoria: 45h	Prática: --
Ementa			
Introdução à epidemiologia. História Natural e prevenção de doenças. Processos endêmicos			



e epidêmicos. Epidemiologia descritiva. Estudos e análise de dados epidemiológicos. Cálculo de indicadores de saúde. Vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis e não transmissíveis. Doenças Emergentes, reemergentes e negligenciadas. Sistemas de Informação em Saúde utilizados como instrumento de gerência e pesquisa epidemiológica.

Competências

- Compreender conceitos, objetivos e funções da Vigilância Epidemiológica das doenças transmissíveis e não transmissíveis.
- Identificar os tipos de investigação epidemiológica, reconhecendo suas características e aplicabilidades na análise da situação de saúde da população.
- Compreender a distribuição da ocorrência de doenças segundo fatores relativos à pessoa, ao tempo e ao lugar.
- Reconhecer os Sistemas de Informação em Saúde como ferramentas essenciais ao processo de gerência e pesquisa epidemiológica.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, visitas técnicas e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**: volume único. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
 ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia e Saúde**. 8. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2017. Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**: volume único. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
 MEDRONHO, R. A. *et al.* **Epidemiologia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu. 2008.

Bibliografia complementar

ALMEIDA FILHO, N. BARRETO, M. L. **Epidemiologia & Saúde**: Fundamentos, Métodos e Aplicações. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
 BUSATO, I. M. S. **Epidemiologia e processo saúde-doença**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.
 GORDIS, L. **Epidemiologia**. 5. ed. São Paulo: Thieme Revinter, 2017.
 OLIVEIRA FILHO, P. F. **Epidemiologia e Bioestatística**: Fundamentos para a leitura crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rúbio, 2015.

Disciplina	ESTUDOS CIENTÍFICOS: NATUREZA E INTERFACES DA PESQUISA		
Carga horária	30h	Teoria: 30h	Prática: --
Ementa			
Introdução à pesquisa e à prática baseada em evidências. Tipos de estudos de revisão da literatura. Buscas em bases de dados. Classificação e análise das evidências científicas. Pesquisas com abordagem qualitativa e quantitativa. Iniciação ao planejamento de pesquisas científicas. Tópicos introdutórios de redação científica. Ética em pesquisas envolvendo seres humanos e animais.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as principais abordagens de pesquisa e os tipos de revisão da literatura. - Compreender as etapas introdutórias do planejamento e desenvolvimento de uma pesquisa. - Conhecer as principais resoluções e leis relacionadas à ética em pesquisa. - Desenvolver habilidades necessárias à investigação e à iniciação científica, bem como à publicação de artigos. 			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, o			



laboratório de informática e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.
Bibliografia básica
DYNIEWITZ, A. M. Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes. 4. Ed. São Caetano do Sul: Ed. Difusão, 2019. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C, F.; LUCIO, M. D. P. B. Metodologia de Pesquisa . 5. ed, Porto Alegre: Ed. Penso, 2013. MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. POLIT, D. F; BECK, C. T. Fundamentos da pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem . Tradução: Maria da Graça Figueiró da Silva Toledo. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
Bibliografia complementar
MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. TOMASI, C.; MEDEIROS, J. B. Redação de artigos científicos . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021. VOLPATO, L. G. Guia prático para redação científica . 5. ed. Botucatu: Ed. Best Writing, 2015.

DISCIPLINAS DO 4º SEMESTRE

Disciplina	FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM		
Carga horária	180h	Teoria: 90h	Prática: 90h
Ementa	Cuidado integral, seguro, ético e de qualidade às necessidades individuais e coletivas do ser humano. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Biossegurança com enfoque na prevenção do risco biológico. Assistência de enfermagem embasada em evidências científicas às necessidades humanas básicas: oxigenação; nutrição; eliminação; sono e repouso; mobilidade; segurança; higiene; equilíbrio hidroeletrólítico e ácido básico e terapêutica medicamentosa. Integridade corporal, prevenção e avaliação de agravos e lesões. Noções de ergonomia. Assistência de enfermagem na perda, morte e luto. Procedimentos e técnicas inerentes à assistência do enfermeiro.		
Competências	<ul style="list-style-type: none">- Habilitar os discentes para adotar uma postura de respeito ao ser humano em toda a sua dimensão biopsicossocial, frente à pacientes, familiares e equipe de saúde.- Desenvolver as técnicas de enfermagem baseadas em evidências científicas com competência, segurança e ética.- Aplicar, de maneira crítica, a Sistematização da Assistência de Enfermagem com base no reconhecimento das necessidades humanas individuais e coletivas.- Realizar registro adequado, no prontuário, relativo aos cuidados de enfermagem prestados ao paciente.		
Cenário de aprendizagem	Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, laboratório de enfermagem e hospitais.		
Bibliografia básica	HORTA, W. A. Processo de Enfermagem . São Paulo: Guanabara Koogan, 2012.		



NANDA International Inc. **Diagnósticos de Enfermagem da NANDA-I: Definições e Classificação 2018/2020**. 11. ed. Artmed, 2018.
PORTO & PORTO. **Exame Clínico**. 8. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2019.
POTTER, P. A.; PERRY, A. G. **Fundamentos de Enfermagem**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

Bibliografia complementar

BARROS, A. L. B. L. **Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto**. 3 ed. Artmed, 2015.
BUTCHER, H. K. *et al.* **NIC – Classificação das Intervenções de Enfermagem**. 7. ed. Guanabara Koogan, 2020.
MOORHEAD, S. *et al.* **NOC – Classificação dos Resultados de Enfermagem**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.
NETTINA, S. M. **Prática de Enfermagem**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
GOLDENZWAIG, N. R. S. **Administração de medicamentos na enfermagem**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
TAYLOR, C.; LILLIS, C.; LEMORE, P. **Fundamentos de enfermagem**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
TIMBY, B. K. **Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Disciplina	SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA		
Carga horária	90h	Teoria: 45h	Prática: 45h
Ementa			
Avaliação do estado de saúde do indivíduo em seu ciclo vital. Consulta de Enfermagem e Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Conhecimentos e habilidades necessárias à capacidade de cuidar de pessoas, ao considerar o processo saúde-doença, no contexto socioeconômico e cultural. Métodos propedêuticos. Sinais Vitais. Exame físico geral e avaliação clínica. Desenvolvimento prático da consulta de enfermagem.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">- Habilitar o discente para assistir o indivíduo nas diferentes etapas do ciclo vital.- Conhecer o processo de trabalho do enfermeiro na aplicabilidade da Sistematização da Assistência de Enfermagem, sob os aspectos assistenciais, educativos e gerenciais.- Desenvolver habilidades nas semiotécnicas para avaliação clínica e proficiência para o diálogo, anamnese e avaliação clínica.- Identificar problemas e os diagnósticos de enfermagem no exame clínico, reconhecendo-o como etapa importante do Processo de Enfermagem.- Proporcionar habilidades para a redação científica obtida a partir da anamnese.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, laboratório de enfermagem.			
Bibliografia básica			
BARROS, A. L. B. L. Anamnese e Exame Físico - Avaliação Diagnóstica de Enfermagem no Adulto . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021. PORTO, C. C.; PORTO, A. L. Exame clínico . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. TANNURE, M.C.; PINHEIRO, A.M. Semiologia: bases clínicas para o processo de enfermagem . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.			
Bibliografia complementar			
ALMEIDA, M. <i>et al.</i> Processo de Enfermagem na Prática Clínica . Porto Alegre: Artmed, 2011.			



CARPENITO-MOYET, L. J. **Manual de Diagnósticos de enfermagem: aplicação à prática clínica**. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
GROSS, J. **Exame musculoesquelético**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
JARVIS, C. **Exame físico e avaliação de saúde**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
POTTER, P. A.; PERRY, A. G. **Fundamentos de Enfermagem**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2018.

Disciplina	METODOLOGIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM		
Carga horária	45h	Teoria: 45h	Prática: --
Ementa			
Referenciais teóricos e marcos conceituais para Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE. Teorias de Enfermagem. Processo de Enfermagem, etapas e bases legais para sua aplicabilidade. A relação Enfermeiro-Paciente no processo de assistência. Registros da assistência de enfermagem considerando aspectos ético-legais e os princípios de segurança do paciente, família e comunidade. Estudo da Taxonomia: Classificações e Linguagem padronizada para a prática de enfermagem (NANDA, NIC, NOC, CIPE).			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer os fundamentos teóricos e marcos conceituais que subsidiam a Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE.- Compreender os principais sistemas de classificação que possibilitam a aplicação do processo de enfermagem (NANDA, NOC, NIC e CIPE/CIPESC).- Utilizar o raciocínio clínico para aplicar o Processo de Enfermagem/SAE em todas as suas etapas no âmbito hospitalar e atenção primária.- Adquirir uma visão crítica, reflexiva, ética e humanista tendo por diretriz o seu compromisso profissional e uso da SAE.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.			
Bibliografia básica			
ALFARO-LEFEVRE, R. Aplicação do Processo de Enfermagem: Uma Ferramenta para o Pensamento Crítico . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014 BULECHEK, G. et al. Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC) . 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. GARCIA, T. R. (Org.). Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE): versão 2019 . Porto Alegre: Artmed, 2020. GEORGE, J. B. Teorias de Enfermagem . 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. HORTA, W. A. Processo de Enfermagem . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. MOORHEAD, S. et al. Classificação dos Resultados de Enfermagem (NOC) . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION – NANDA Internacional. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA: Definições e Classificação 2018-2020 . 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.			
Bibliografia complementar			
CARPENITO-MOYET, L. J. Diagnósticos de enfermagem: aplicação à prática clínica . 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. JOHNSON, M. et al. Ligações NANDA-NOC-NIC: condições clínicas suporte ao raciocínio e assistência de qualidade . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. NÓBREGA, M. M. L.; SILVA, K. L. Fundamentos do cuidar em Enfermagem . 2. ed. Belo Horizonte: ABEn, 2008/2009.			



SILVA, E. R. R. *et al.* **Diagnósticos de enfermagem com base em sinais e sintomas.** Porto Alegre: Artmed, 2011.
TANNURE, M. C.; PINHEIRO, A. M. **SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

Disciplina	BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO EM ENFERMAGEM		
Carga horária	30h	Teoria: 30h	Prática: --
Ementa			
Introdução à Ética e Bioética. Conceitos e teorias bioéticas. Valor, moral e ética do trabalho em equipe. Ética na pesquisa envolvendo seres humanos. Implicações e dilemas bioéticos no processo de cuidar da enfermagem. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Lei do Exercício Profissional. Entidades de classe. Lei de criação do Sistema COFEN/CORENs. Principais resoluções do COFEN de interesse para a Enfermagem.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">- Refletir sobre os princípios fundamentais da Ética, Bioética e Legislação em Enfermagem.- Desenvolver competências e habilidades necessárias à resolução dos dilemas éticos e legais que surgem no âmbito da assistência de enfermagem.- Compreender os aspectos éticos e legais das pesquisas que envolvem seres humanos.- Conhecer as principais Leis e Resoluções que regulamentam o exercício profissional.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula e visitas técnicas.			
Bibliografia básica			
BRASIL, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução Nº 466 , de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. _____. Lei nº 5905/73, de 12 de julho de 1973, Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil. Brasília, 13 jul. 1973. _____. Decreto nº 94.406 , de 08 de junho de 1987 – Regulamenta a lei nº 7.498, de junho de 1986 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Brasília: 1987. COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN Nº 564 de 6 de novembro de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília: COFEN, 2017.			
Bibliografia complementar			
COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN 370/2010. Brasília: COFEN, 2010. FORTES, P. C. Ética e saúde: questões éticas, deontológicas e legais. São Paulo: EPU, 1998. GIMENES, A. C <i>et al.</i> Dilemas acerca da vida humana: Interfaces entre a Bioética e o Biodireito. São Paulo: Atheneu, 2015. OGUISSO, T; SCHIMIDT, M. J. O exercício da Enfermagem: uma abordagem ético-legal. São Paulo: LTR, 2007. PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. Problemas atuais de bioética. São Paulo: Loyola, 2003.			



DISCIPLINAS DO 5º SEMESTRE

Disciplina	SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
Carga horária	180h	Teoria: 90h	Prática: 90h	ESF: 30h*
				NEO: 30h*
				PED: 30h*
Ementa				
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança. Estatuto da Criança e do Adolescente. Características fisiológicas do recém-nascido. Crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente. Assistência de enfermagem à criança e ao adolescente com ênfase nos programas de saúde do Ministério da Saúde/SUS: puericultura; AIDUPI; imunização e Programa de Saúde na Escola. Triagem neonatal. Cuidados com recém-nascido no alojamento conjunto e na unidade neonatal. Principais patologias clínicas da criança e do adolescente hospitalizado. A Sistematização da Assistência de Enfermagem no atendimento do neonato, criança e adolescente nos serviços de atenção primária, secundária e terciária.				
Competências				
<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver habilidades para realizar ações na promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças e agravos e na reabilitação do neonato, da criança e do adolescente, nos diversos cenários da prática de enfermagem.- Adquirir conhecimento técnico-científico, princípios éticos, legais e humanísticos, solucionando problemas relacionados à saúde do neonato, da criança e do adolescente.- Implementar a Sistematização da assistência de Enfermagem na atenção à saúde do neonato, da criança e do adolescente.				
Cenário de aprendizagem				
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula, práticas no laboratório de enfermagem e nos serviços de atenção primária, secundária e terciária.				
Bibliografia básica				
BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8 069 de 13 de julho de 1990. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.				
_____. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde, fundo das Nações Unidas para a Infância. Manual de quadros de procedimentos - AIDPI Criança: 2 meses a 5 anos . Brasília: Ministério da Saúde, 2017.				
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação . Brasília: Ministério da Saúde, 2014.				
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento . Brasília: Ministério da Saúde, 2012.				
HALEY & WONG. Enfermagem Pediátrica . 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2018.				
OLIVEIRA, R.G. Blackbook Pediatria . 5. ed. Belo Horizonte: Editora Black Book, 2018.				
SOUZA, A. P. G. (org.) Enfermagem neonatal: cuidado integral ao recém-nascido . São Paulo: Martinari, 2011.				
TAMEZ, R. N. Enfermagem na UTI Neonatal: assistência ao recém-nascido de alto risco . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.				
Bibliografia complementar				
BRASIL. Ministério da Saúde. O cuidado às crianças em desenvolvimento: orientações para as famílias e cuidadores . Brasília: Ministério da Saúde, 2017.				
_____. Ministério da Saúde. Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de				



Imunizações. 5^o ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
_____. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Suplementação de Ferro:** manual de condutas gerais. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
_____. Ministério da Saúde. **Atenção à saúde do recém-nascido:** guia para os profissionais de saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2011.
_____. Ministério da Saúde. **Atenção Humanizada ao recém-nascido de baixo peso:** método mãe canguru. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
BRÊTAS, J. R. S. **Manual do exame físico para prática de enfermagem em pediatria.** 2. ed. São Paulo: Ítátria, 2009.
HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D. **Wong Fundamentos de Enfermagem Pediátrica.** 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
KYLE, T. **Enfermagem pediátrica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
LOPEZ, F. A.; CAMPOS JÚNIOR, D. **Tratado de Pediatria.** 4. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2017.
SCHMITZ, M. E. *et al.* **A Enfermagem em Pediatria e Puericultura.** São Paulo: Atheneu, 2005.

*ESF: Estratégia Saúde da Família / *NEO: Neonatologia / *PED: Pediatria

Disciplina	SAÚDE DA MULHER		
Carga horária	180h	Teoria: 90h	Prática: 90h
			ESF: 30h* HOS: 60h*
Ementa			
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Anatomia e fisiologia do sistema reprodutor feminino. Atenção à saúde da Mulher com ênfase nos Programas do Ministério da Saúde: planejamento familiar; prevenção do câncer do colo do útero e de mama; infecções sexualmente transmissíveis; climatério e pré-natal de baixo risco. Principais patologias ginecológicas e intercorrências na gravidez, parto e puerpério. Assistência à mulher hospitalizada com doenças ginecológicas e complicações obstétricas. Sistematização da Assistência de Enfermagem para às mulheres atendidas nos serviços de atenção primária, secundária e terciária.			
Competências			
- Desenvolver habilidades para realizar ações de promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças e agravos e na reabilitação da mulher, nos diversos cenários da prática de enfermagem. - Adquirir conhecimento técnico-científico, princípios éticos, legais e humanísticos, solucionando problemas ginecológicos e obstétricos das mulheres. - Implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem na atenção à saúde da mulher.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula, práticas no laboratório de enfermagem e nos serviços de atenção primária, secundária e terciária.			
Bibliografia básica			
BRASIL. Instituto Nacional do Câncer. Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero. Rio de Janeiro: INCA, 2018. _____. Ministério da Saúde. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. _____. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. _____. Ministério da Saúde. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos.			



Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal**: versão resumida [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

FERNANDES, C. E.; SÁ, M. F. S. **Tratado de Ginecologia Febrasgo**. São Paulo: Elsevier, 2018.

MONTENEGRO, C. A. B.; REZENDE FILHO, J. **Obstetrícia fundamental, Rezende**. 14.ed. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica**. 2. ed. Brasília: Ministério da saúde, 2011

_____. Ministério da Saúde. **Gestação de alto risco: manual técnico**. Ministério da Saúde .5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MONTENEGRO, C. A. B. *et al.* **Emergências em Obstetrícia e Ginecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

ZUGAIB, M.; FRANCISCO, R. P. V. **Zugaib Obstetrícia**. 4 ed. São Paulo: Manole, 2019.

*ESF: Estratégia Saúde da Família/ *HOS: Hospital

Disciplina	SAÚDE COLETIVA		
Carga horária	45h	Teoria: 45h	Prática: --
Ementa			
A evolução e o campo da saúde coletiva na organização da atenção à saúde sob enfoque cultural, socioeconômico e político. História das Políticas de Saúde no Brasil e os Modelos Assistenciais. Redes de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Implementação e a execução de ações coletivas no âmbito do cuidado coletivo e da gestão do Sistema Único de Saúde. Planejamento estratégico, organizacional e normativo. Estratégias de promoção, proteção da saúde, prevenção e tratamento/reabilitação de doenças.			
Competências			
- Reconhecer a saúde como direito de todos e dever do estado de forma a garantir acesso às ações e serviços de saúde. - Desenvolver competências e habilidades necessárias para analisar situações de saúde e subsidiar a formulação e execução de políticas públicas. - Atuar no planejamento, gestão, avaliação e nas práticas de Vigilância, promoção e educação da saúde, considerando os pressupostos da abordagem em saúde coletiva. - Adquirir capacitação técnica e senso-crítico em relação à realidade de saúde e dos serviços de saúde com vistas à participação efetiva na organização da assistência de enfermagem.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula e serão realizadas visitas técnicas.			
Bibliografia básica			
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2436 de 21 de setembro de 2017. Política Nacional de Atenção Básica . Brasília: Ministério da Saúde, 2017.			
_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Gestão do SUS . Brasília: CONASS, 2015. 133 p.			
_____. Lei nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 2011.			
_____. Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a			



promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990.

_____. Lei no 8.142, de 28 de setembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

CAMPOS, G. W. S. *et al.* (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

CARVALHO, G. A inconstitucional administração pós-constitucional do SUS através de Normas Operacionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2, 2001.

PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. (Orgs.). **Saúde coletiva: teoria e prática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2014.

ROCHA, J. S. Y. **Manual de Saúde Pública e Saúde Coletiva no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

Bibliografia complementar

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Guia de acesso a informações para a Gestão do SUS**. (online), 2015.

CUBAS, M. R.; SANTOS, A. S. **Saúde Coletiva: linhas de Cuidado e Consulta de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LEVCOVITZ, E. *et al.* Política de Saúde nos Anos 90: relações intergovernamentais e o papel das Normas Operacionais Básicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2, 2001.

MENDES, E. V. **Redes de Atenção à Saúde**. Brasília: CONASS, 2011.

SOUZA, M. C. M. R.; HORTA, N. C. **Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

DISCIPLINAS DO 6º SEMESTRE

Disciplina	SAÚDE DO ADULTO E DO IDOSO		
Carga horária	225h	Teoria: 105h	Prática: 120h
			ESF: 45h* HOS: 75h*
Ementa			
Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e Estatuto do idoso. Política Nacional de Atenção integral à saúde do Homem. Processo de envelhecimento. Assistência de enfermagem ao adulto e idoso com ênfase nos programas de saúde do Ministério da Saúde/SUS. Principais patologias clínicas do adulto e idoso hospitalizado. Cuidados de enfermagem no contexto individual, familiar e social, no âmbito da atenção primária à saúde, ambulatorial e hospitalar. Práticas de educação em saúde. A Sistematização da Assistência de Enfermagem - SAE no atendimento ao adulto e idoso hospitalizado e na atenção básica.			
Competências			
- Desenvolver habilidades para realizar ações de atenção à saúde na promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças e agravos e na reabilitação do adulto e idoso, nos diversos cenários da prática de enfermagem. - Adquirir conhecimento técnico-científico, princípios éticos, legais e humanísticos, solucionando problemas relacionados à saúde da população adulta e idosa. - Implementar a Sistematização da assistência de Enfermagem na atenção ao adulto e idoso.			
Cenário de aprendizagem			



Aulas expositivas e dialogadas, discussão de casos clínicos, leitura e discussão de textos e seminários.

Aulas práticas nos diversos cenários, incluindo, hospitais, ambulatórios, clínicas especializadas e Unidades Básicas de Saúde.

Bibliografia básica

BARROSO, W. K. S. et al (Coord.). Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020.

Arq. Bras. Cardiol., v. 116, n. 3, p. 516-658, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRUNNER, S.; SUDDARTH, D. S. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

SBD - Sociedade Brasileira de Diabetes. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020**. São Paulo: Clannad Editora, 2019.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

_____. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**: seção 1, 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Guia prático sobre a hanseníase**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**: hipertensão arterial sistêmica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Portaria nº. 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. **Diário Oficial da União**: seção 1, n. 202, 2006.

_____. Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, 2003.

_____. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso. **Diário Oficial da União**: seção 1, 1994.

*ESF: Estratégia Saúde da Família/ *HOS: Hospital

Disciplina	ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA		
Carga horária	90h	Teoria: 45h	Prática: 45h
Ementa			
Visão estrutural, organizacional, gerencial e operacional das Unidades de Centro Cirúrgico, Sala de Recuperação Pós-anestésica, Central de Material Esterilizado e Clínica Cirúrgica. Instrumentais cirúrgicos. Fisiopatologia das principais afecções cirúrgicas. Sistematização da Assistência de Enfermagem ao paciente cirúrgico no perioperatório			
Competências			
- Conhecer o trabalho do enfermeiro na Unidade de Clínica Cirúrgica (UCC), Centro Cirúrgico (CC) e Sala de Recuperação Pós Anestésica (SRPA), sob os aspectos assistenciais, educativos, gerenciais e de pesquisa.			
- Estabelecer as prioridades de atendimento ao cliente cirúrgico nos diferentes momentos e ambientes de sua internação hospitalar, quais sejam: pré, trans e pós-operatório.			
- Conhecer as principais afecções cirúrgicas e os cuidados de enfermagem específicos a cada uma delas.			
- Implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem ao cliente cirúrgico.			
- Desenvolver postura crítica e reflexiva acerca dos cuidados de enfermagem ao cliente cirúrgico, a partir de conhecimento técnico-científico e baseado nos princípios e diretrizes			



do Sistema Único de Saúde.
Cenário de aprendizagem
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, laboratório e hospital.
Bibliografia básica
BRUNNER, S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica . 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. CARVALHO, R.; BIANCHI, E. R. F. (Orgs.). Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação . Barueri: Manole, 2016. SOBECC. Diretrizes de práticas em enfermagem cirúrgica e processamento de produtos para a Saúde . 7. ed. São Paulo: SOBECC, 2017.
Bibliografia complementar
CARVALHO, R. Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação anestésica . 1. ed. Barueri: Manole, 2015. CARVALHO, R. Enfermagem em centro de material, biossegurança e bioética . Barueri: Manole, 2015. GRAZIANO, K. U.; SILVA, A.; PSALTIKIDIS, E. M. Enfermagem em centro de material e esterilização . Barueri: Manole, 2011. PELLICO, L. H. Enfermagem Médico-Cirúrgica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. RIBEIRO JÚNIOR, M. A. F. Fundamentos em Cirurgia do Trauma . 1. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2016.

Disciplina	DIDÁTICA APLICADA A ENFERMAGEM		
Carga horária	45h	Teoria: 30h	Prática: 15h
Ementa	Considerações sobre educação e os processos relacionados com o ensino-aprendizagem na perspectiva histórica. Entender como se aprende para entender como se ensina nas dimensões: técnica, política, humana e ética. Andragogia e Heutagogia. Recursos tecnológicos a favor da didática. Educação em saúde: prática educativa do Enfermeiro. Planejamento didático: como elaborar objetivos, conteúdos, metodologia, recursos didáticos e avaliação. Programa Saúde na Escola (PSE).		
Competências	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer a trajetória da Educação, entendendo o contexto histórico e seus marcos teóricos.- Reconhecer a importância dos recursos didáticos como ferramenta que o enfermeiro dispõe para atuar junto à comunidade no planejamento de suas ações.- Compreender a função educativa do enfermeiro no ambiente hospitalar, ambulatorial ou domiciliar.- Elaborar planos de ação para atender às demandas do PSE.- Desenvolver visão crítica, reflexiva, ética e humanista tendo por diretriz o seu compromisso profissional e atuação do enfermeiro junto à escola.		
Cenário de aprendizagem	Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e práticas nas escolas .		
Bibliografia básica			



ALVES, Rubem. **O desejo de ensinar e a arte de aprender**. Campinas: Fundação EDUCAR DPaschoal, 2004.
BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Instrutivo PSE**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
_____. Ministério da Saúde. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

Bibliografia complementar

BACICH, Lilian. MORAN, José (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.
FERREIRA, V. F.; LOPES, M. M. B. Educação em saúde: desafios para uma prática inovadora. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, v. 7, n. esp, p. 5834-5836, 2013.
PEREIRA, Francisco Gilberto Fernandes *et al.* Características de práticas de educação em saúde realizadas por estudantes de enfermagem. **Cogitare Enferm.**, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 01-07, 2016.
PEREIRA, Francisco Gilberto Fernandes *et al.* Práticas educativas em saúde na formação de acadêmicos de Enfermagem. **Cogitare Enferm.**, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 332-337, 2015.
SILVA, G. B.; FELICETTI, V. L. Habilidades e competências na prática docente: perspectivas a partir de situações-problema. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 17-29, 2014.

DISCIPLINAS DO 7º SEMESTRE

Disciplina	SAÚDE MENTAL E PSIQUIATRIA		
Carga horária	120h	Teoria: 60h	Prática: 60h
Ementa	Políticas de atenção à saúde mental. Rede de Atenção Psicossocial no Brasil (RAPS). Promoção da saúde e prevenção de transtornos mentais. Psicopatologia e psicofarmacologia, englobando os transtornos mentais mais prevalentes na clínica psiquiátrica. Conhecimento dos diferentes papéis do enfermeiro (administrativos e assistenciais) e intervenções específicas de enfermagem na saúde mental. Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) em saúde mental. Atividades práticas em serviços de referência de atenção à saúde mental.		
Competências	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer as políticas de saúde mental, aspectos relacionados à saúde e doença mental, os instrumentos básicos de enfermagem e suas aplicações.- Identificar as alterações psíquicas/comportamentais (semiologia psiquiátrica), reconhecimento de transtornos psiquiátricos e terapêuticas utilizadas.- Desenvolver estratégias do processo de cuidar em enfermagem, bem como elaborar e implementar a SAE em psiquiatria.- Praticar habilidades interpessoais e técnicas para assistência de enfermagem à saúde mental, nos serviços da RAPS.		
Cenário de aprendizagem	Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e os serviços da RAPS.		
Bibliografia básica	AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011 . Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com		



necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, I. A. **Compêndio de Psiquiatria**. 11. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016.

MARCOLAN, J. F.; CASTRO, R. C. B. R. **Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiátrica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Bibliografia complementar

AMARANTE, Paulo (Ed.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica nº 34**. Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde Mental em Dados - 12**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

STEFANELLI, M. C.; FUKUDA, I. M. K.; ARANTES, E. C. (Orgs). **Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2017.

TOWSEND, M. C. **Enfermagem Psiquiátrica - Conceitos de Cuidados na Prática Baseada em Evidências**. 7. ed. Guanabara Koogan, 2014.

Disciplina	ENFERMAGEM EM ESTOMATERAPIA		
Carga horária	60h	Teoria: 30h	Prática: 30h
Ementa			
Anatomia e fisiologia do aparelho tegumentar. Conceito, classificação e avaliação de feridas agudas e crônicas. Prevenção e tratamento de feridas, principais produtos e coberturas. Feridas complexas. Pé diabético: prevenção e tratamento. Queimaduras. Estomas: causas da confecção, aspectos epidemiológicos conceituais e tipos. Equipamentos utilizados em estomias: traqueostomia, gastrostomias, estomias de eliminação urinária e intestinal. Incontinência urinária (diário vesical, exercícios) e anal (escala de Bristol). Cateterismo intermitente limpo e cateterismo vesical de demora. Reabilitação e qualidade de vida.			
Competências			
- Conhecer a anatomia e a fisiologia do aparelho tegumentar, bem como o conceito, classificação, medidas preventivas, avaliação e tratamento de feridas agudas e crônicas; - Atuar nos diferentes cenários na perspectiva da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde; - Conhecer os diferentes tipos de estomas e incontinências para possibilitar a reabilitação e a melhoria da qualidade de vida.			
Cenário de aprendizagem			
Aulas expositivas e dialogadas, discussão de casos clínicos, leitura e discussão de textos e seminários. Aulas práticas em laboratório de enfermagem, hospitais, ambulatórios de feridas, clínicas especializadas e Unidades Básicas de Saúde.			
Bibliografia básica			
BEZERRA, S. M. G.; ROCHA, D. M.; NOGUEIRA, L. T. Manual de prevenção e tratamento de lesão de pele . Teresina: EDUESPI, 2016.			
GAMBA, M. A., PETRI, V.; COSTA, M. T. F. Feridas, prevenção, causas e tratamento . São Paulo: Santos Editora, 2016.			
SANTOS, V. L. C. G; CESARETTI, I. U. R. Assistência em estomaterapia: cuidando de pessoas com estomias . São Paulo: Atheneu, 2015.			
Bibliografia complementar			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTOMATERAPIA (SOBEST). Site da SOBEST . Disponível em: https://sobest.com.br/			



BORGES, E. L. et al. Feridas: como tratar. 2.ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2010.
D'ANCONA, C. A. L. **Avaliação urodinâmica e suas aplicações clínicas**. São Paulo: Atheneu, 2015.
DOMANSKI, R. C.; BORGES, E. **Prevenção de lesões de pele: recomendações baseadas em evidências**. São Paulo: Rubio, 2014.
MALAGUTTI, W. KAKIHARA, C. T. **Curativos, estomias e dermatologia – uma abordagem multiprofissional**. São Paulo: Martinari, 2010.

Disciplina	ENFERMAGEM EM EMERGÊNCIA		
Carga horária	90h	Teoria: 45h	Prática: 45h
Ementa			
Política Nacional de Atenção às urgências. Estrutura e funcionamento de unidades destinadas ao tratamento de urgência/emergência. Aspectos éticos, legais e relações interpessoais na abordagem da vítima em ambientes hospitalares e não hospitalares. Atendimento pré-hospitalar e transporte do politraumatizado. Assistência de enfermagem no ciclo vital, utilizando as diretrizes internacionais em situações de urgências e emergências traumáticas, clínicas e cirúrgicas. Suporte básico e avançado de vida.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer a estrutura e funcionamento de uma unidade de urgência e emergência.- Conhecer as medidas de segurança na cena em atendimentos a vítimas em ambientes extra hospitalares.- Compreender sobre o transporte de vítimas para o hospital.- Implementar as intervenções, conforme os protocolos internacionais para o atendimento básico e avançado das urgências e emergências traumáticas, clínicas e cirúrgicas.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, laboratório de enfermagem e serviços de saúde de urgência e emergência.			
Bibliografia básica			
AEHLERT, B. ACLS, Emergência em Cardiologia: suporte avançado de vida em cardiologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. AMERICAN HEART ASSOCIATION. Diretrizes 2010 para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovascular de Emergência . 24. ed. São Paulo: Circulation, 2018. NAEMT. Atendimento Pré-Hospitalar ao traumatizado: básico e avançado . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.			
Bibliografia complementar			
BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de enfermagem Médico-Cirúrgica . 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS) . Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1600 de 07 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS) . – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2011. PAVELQUEIRES, S. MAST: Manobras avançadas de suporte ao trauma e emergências cardiovasculares . 5. ed. Marília: Manual do Curso, 2010. PIRES, M. T. B; STARLING, S. V. Manual de Urgências em Pronto-Socorro . 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.			

Disciplina	SEMINÁRIO DE PESQUISA
------------	-----------------------



Carga horária	30h	Aulas Teóricas: 30h	Aulas Práticas: --
Ementa			
Elaboração do projeto de pesquisa pautado em fundamentos teóricos-metodológicos para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na área da enfermagem, com orientação docente, seguindo as normas da ABNT, bem como as normas aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso. Etapas do projeto de pesquisa: tema, objeto, problema, objetivos, justificativa/relevância, fundamentação teórica, métodos, cronograma, orçamento e referências. Orientar o registro da Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e/ou CONEP via Plataforma Brasil ou Comissão de Ética na utilização de animais (CEUA), caso necessário.			
Competências			
- Demonstrar domínio teórico sobre a ciência, método e técnicas científicas. - Conhecer os diferentes tipos de pesquisa e normas da ABNT/NBR. - Elaborar um projeto de pesquisa (TCC), como uma proposta de investigação científica, aplicando elementos teóricos e metodológicos.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.			
Bibliografia básica			
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. POLIT, D. F. BECK, C. T. Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem : avaliação de evidências para a prática de enfermagem. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. VOLPATO, L. G. Guia prático para redação científica . 5. ed. Botucatu: Ed. Best Writing, 2015. 268 p. NORMAS DA ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS			
Bibliografia complementar			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018. MINAYO, M. C. S. Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. DYNIEWITZ, A. M. Metodologia de Pesquisa em saúde para iniciantes . 4. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2019. BARDIN, L. Análise de conteúdo . 1. ed. Coimbra: Edições 70, 2015. RUDIO, F. V. Introdução a projeto de pesquisa científica . 43. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.			

DISCIPLINAS DO 8º SEMESTRE

Disciplina	ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM		
Carga horária	120h	Teoria: 60h	Prática: 60h
Ementa			
Teorias da administração. Funções administrativas e gerenciais desenvolvidas pelo enfermeiro. Estruturas administrativas dos serviços de enfermagem. Trabalho em equipe. Dimensionamento dos recursos humanos em enfermagem. Legislação e responsabilidade técnica de enfermagem. Comunicação e relacionamento interpessoal com equipe de enfermagem e multiprofissional. Liderança e tomada de decisão. Auditoria em enfermagem. Gerenciamento do cuidado e Sistematização da Assistência de Enfermagem.			
Competências			
- Conhecer as teorias da administração, as funções administrativas e gerenciais desenvolvidas pelo enfermeiro. - Compreender o dimensionamento dos recursos humanos.			



- Articular o processo de comunicação e relações interpessoais com a equipe de saúde.
- Compreender a importância da liderança e tomada de decisão como um instrumento de orientação da equipe de saúde para uma prática de qualidade.
- Desenvolver ações de auditoria em enfermagem.
- Gerenciar o cuidado e a sistematização da assistência de enfermagem.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e as práticas nos serviços de saúde.

Bibliografia básica

CHIAVENATO, I. **Introdução a teoria geral da administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KURCGANT, P. **Administração em enfermagem**. São Paulo: EPU, 2001.

KURCGANT, P. (Coord.). **Gerenciamento em Enfermagem**. 3. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2016.

MARQUIS, B. L.; HUSTON, C. J. (Colab.). **Administração e liderança em enfermagem: teoria e aplicação**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

QUINN, R. E. *et al.* **Competências Gerenciais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia complementar

BALSANELLI, A. P. *et al.* **Competências gerenciais: desafio para o enfermeiro**. São Paulo: Martinari, 2008.

BURMESTER, H.; MORAIS, M. V. **Auditoria em saúde**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MALAGON-LONDONO, G. **Administração hospitalar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

SARTORI, M. R. A.; PETRELINI, F. L. FONSECA, A. S. **Gestão Hospitalar**. São Paulo: Martinari, 2017.

SALU, E. J. **Administração Hospitalar no Brasil**. Barueri: Manole, 2013.

Disciplina	ENFERMAGEM EM CUIDADOS INTENSIVOS		
Carga horária	60h	Teoria: 30h	Prática: 30h
Ementa	Princípios gerais de cuidados intensivos. Estrutura, organização, tecnologia e gestão do cuidado em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Ética e humanização do cuidado de enfermagem em UTI. A qualidade e segurança no cuidado ao paciente em UTI. Assistência de enfermagem ao paciente crítico com enfermidades agudas e graves. Infecções relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS). Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) à pacientes em UTI.		
Competências	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer os conceitos essenciais, princípios, evolução histórica de uma UTI e fundamentos legais.- Compreender a estrutura física, o funcionamento e as atividades administrativas inerentes a uma UTI.- Elaborar estratégias de promoção da segurança do paciente e prevenção das Infecções relacionadas à Assistência à Saúde.- Implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem ao paciente crítico.		
Cenário de aprendizagem	Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula, práticas no laboratório de enfermagem e em Unidades de Terapia Intensiva.		
Bibliografia básica	MORTON, P. G; FONTAIME, D. K. Cuidados Críticos em Enfermagem – uma abordagem Holística . 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.		



PADILHA, K. G. *et al.* **Enfermagem em UTI: Cuidando do paciente crítico**. 2. ed. Barueri: Manole, 2016.
VIANA, R. P. P.; TORRE, M. **Enfermagem em Terapia Intensiva: práticas integrativas**. 1. ed. Barueri: Manole, 2016.
VIANA, R. P. P.; WHITAKER, I. **Enfermagem em Terapia Intensiva: práticas e vivências**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

Bibliografia complementar

BRUNNER, S.; SUDDARTH, D. S. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.
CHERAGATTI, A. L. **Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva**. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2015.
JARVIS, Carolyn. **Exame físico e avaliação de saúde para enfermagem**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
KNOBEL, Elias. **Terapia intensiva: enfermagem**. São Paulo. Editora Atheneu, 2010.
TANNURE, M. C. **Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2013.

Disciplina	VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR		
Carga horária	30h	Teoria: 30h	Prática: --
Ementa			
Introdução à saúde do trabalhador. Legislação em saúde do trabalhador. Saúde e doenças ocupacionais. Segurança, higiene e acidentes de trabalho. Riscos profissionais. CIPA. Vigilância das doenças relacionadas ao trabalho. Sistematização da Assistência de Enfermagem em saúde do trabalhador.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver habilidades para promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.- Identificar riscos ocupacionais e doenças relacionadas ao trabalho.- Promover ações em vigilância em saúde do trabalhador.- Implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem em saúde do trabalhador.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e visitas técnicas.			
Bibliografia básica			
BRASIL. Portaria nº 485 de 11 de novembro de 2005 (DOU de 16/11/05/ seção 1). MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. Dispõe sobre a aprovação da Norma Regulamentadora NR 32 (Segurança e saúde no trabalho em Estabelecimentos de Saúde). MENDES, R. Patologia do Trabalho . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2012. MORAES, M. V. G. Doenças Ocupacionais – agentes: físico, químico, biológico, ergonômico . São Paulo: Iátria, 2010. RIBEIRO, M. C. S. Enfermagem e Trabalho: fundamentos para a atenção à saúde dos trabalhadores . 2. ed. São Paulo: Martinari, 2012.			
Bibliografia complementar			
BRASIL. Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 . Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis de Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Manuais de Legislação Atlas: Segurança e Medicina do Trabalho. 57 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2005 b. BRASIL. Ministério da Saúde. Norma Operacional em Saúde do Trabalhador do SUS . Portaria nº. 3.908, de 30 de outubro de 1998. Brasília, 1998. _____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Seguro de Acidente do Trabalho no Brasil . Brasília: MPAS, 1997.			



_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho**. Brasília: MTE, SSST, 1999.
MORAES, M. V. G. **Sistematização da Assistência de Enfermagem em Saúde do Trabalhador**. São Paulo: Érica. 2008.

Disciplina	ENFERMAGEM EM DOENÇAS INFECCIOSAS		
Carga horária	60h	Teóricas: 30h	Práticas: 30h
Ementa			
Conceitos de doenças infecciosas e sua ocorrência no contexto socioeconômico e sanitário brasileiro. Aspectos clínicos e epidemiológicos das doenças infecciosas de origem virótica, bacteriana, micótica e por protozoários. Medidas de prevenção e controle das doenças infecciosas de importância para a saúde pública. Sistematização da assistência de enfermagem em doenças infecciosas.			
Competências			
- Compreender os aspectos clínicos e epidemiológicos das doenças infecciosas. - Operacionalizar medidas de prevenção e controle das doenças infecciosas. - Implementar a Sistematização da assistência de enfermagem ao paciente com moléstias infecciosas.			
Cenário de aprendizagem			
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula, visitas técnicas e práticas nos serviços de saúde.			
Bibliografia básica			
BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde : volume único. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. _____. Ministério da Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias : guia de bolso. 8. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. CARVALHO, I. <i>et al.</i> Constituição de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas Para Doenças Negligenciadas no Brasil. Value in Health , v. 20, n. 9, p. A910-A911, 2017. COLOMBRINI, M. R. C. <i>et al.</i> Enfermagem em Infectologia : cuidados com o paciente internado. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009. PHILIPPI, M. L. S.; ARONE, E. M. A. Enfermagem em Doenças transmissíveis . 12. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.			
Bibliografia complementar			
AGUIAR, Z. N.; RIBEIRO, M. C. S. Vigilância e Controle das Doenças Transmissíveis . São Paulo: Martinari, 2004. SCHECHTER, M.; MARANGONI, D. V. Doenças Infecciosas : Conduta diagnóstica e terapêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. SOUSA, Márcia. Assistência de Enfermagem em Infectologia . São Paulo: Atheneu, 2006. VERONESI, R. Doenças infecciosas e parasitárias. Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo . v. 33, p. 286-286, 1991. VERONESI, R. F. Tratado de Infectologia . 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.			

DISCIPLINAS DO 9º SEMESTRE

Disciplina	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – Enfermagem na Atenção Básica		
Carga horária	430h	Teoria: --	Prática: 430h
Ementa			



Atenção integral às necessidades individuais e coletivas na atenção básica. Gestão administrativa e do cuidado em saúde e de enfermagem nos serviços da rede de atenção primária. Sistematização da Assistência de Enfermagem aos na Atenção Primária em Saúde.

Competências

- Identificar as necessidades de saúde (individual e coletiva) na atenção básica.
- Adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para a gestão do cuidado em saúde e de enfermagem no nível de atenção primária.
- Executar ações de planejamento, gestão e avaliação dos serviços de enfermagem e de saúde.
- Implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem aos pacientes da atenção primária.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão realizadas práticas nos serviços de atenção básica da rede de atenção primária.

Bibliografia básica

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
- _____. Ministério da Saúde. **Guia prático sobre a hanseníase**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- _____. Ministério da Saúde. **Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações**. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- _____. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde, fundo das Nações Unidas para a Infância. **Manual de quadros de procedimentos AIDPI Criança: 2 meses a 5 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- _____. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- _____. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica nº 34. Saúde Mental**. Ministério da Saúde: Brasília: 2013.
- _____. Ministério da Saúde. **Controle dos cânceres do colo do útero e da mama**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- _____. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- _____. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- _____. Ministério da Saúde. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

Bibliografia complementar

- BRASIL. Diário Oficial da União. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017: Aprova a Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Diário Oficial da União, 2017.
- _____. Ministério da Saúde. **Álcool e outras Drogas: Saúde Mental em Dados**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- MENDES, E. V. **Redes de Atenção à Saúde**. Brasília: CONASS, 2011.
- ROCHA, J. S. Y. **Manual de Saúde Pública e Saúde Coletiva no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.
- SOUZA, M. C. M. R. HORTA, N. C. **Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

Disciplina	MONOGRAFIA EM ENFERMAGEM I - TCC		
Carga horária	30h	Aulas Teóricas: 30h	Aulas Práticas: --



Ementa
Desenvolvimento do projeto de pesquisa elaborado na disciplina Seminário de Pesquisa, sob orientação docente. Elaboração do relatório final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) mediante observância dos elementos e normas de redação do trabalho científico, fundamentado em evidências científicas atualizadas e pertinentes à área de estudo.
Competências
- Desenvolver o projeto de pesquisa seguindo as normas da ABNT/NBR. - Conhecer as diferentes estratégias para coleta e análise dos dados do TCC. - Desenvolver habilidades para a finalização das etapas e apresentação do TCC.
Cenário de aprendizagem
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.
Bibliografia básica
MARCONI, A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2021. VOLPATO, G. L. Guia prático para redação científica . 5. ed. Botucatu: Ed. Best Writing, 2015. NORMAS DA ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.
Bibliografia complementar
BARDIN, L. Análise de conteúdo . 1. ed. Coimbra: Edições 70, 2015. FIELD, A.; VIALI, L. Descobrimo a estatística usando o SPSS . 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2008. FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa . Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009. MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde . 1. ed. São Paulo: Hucitec editora, 2014.

DISCIPLINAS DO 10º SEMESTRE

Disciplina	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – Enfermagem na Atenção Hospitalar		
Carga horária	430h	Teoria: --	Prática: 430h
Ementa	Atenção integral às necessidades individuais e coletivas nos setores hospitalares. Gestão administrativa e do cuidado em saúde e de enfermagem nos serviços da rede de atenção secundária e terciária. Sistematização da Assistência de Enfermagem aos pacientes hospitalizados.		
Competências	- Identificar as necessidades de saúde (individual e coletiva) nos setores hospitalares. - Adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para a gestão do cuidado em saúde e de enfermagem nos níveis de atenção secundária e terciária. - Executar ações de planejamento, gestão e avaliação dos serviços de enfermagem e de saúde. - Implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem aos pacientes hospitalizados.		
Cenário de aprendizagem	Para o desenvolvimento das competências desejadas serão realizadas práticas nos serviços hospitalares da rede de atenção secundária e terciária.		
Bibliografia básica	BRUNNER, S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica . 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.		



JARVIS, C. **Exame físico e avaliação de saúde para enfermagem**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
POTTER, P. A.; PERRY, A. G. **Fundamentos de Enfermagem**. 9 ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2018.

Bibliografia complementar

BARROS, A. L. B. L. **Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto**. 3 ed. Artmed. 2015.
HORTA, W. A. **Processo de Enfermagem**. São Paulo. Guanabara Koogan. 2012.
KURCGANT, P. **Administração em enfermagem**. São Paulo: EPU, 2001.
PORTO, C. C.; PORTO, A. L. **Exame clínico**. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
KURCGANT, P. (Coord.). **Gerenciamento em Enfermagem**. 3. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2016.

Disciplina	MONOGRAFIA EM ENFERMAGEM II - TCC/Artigo		
Carga horária	30h	Aulas Teóricas: 30h	Aulas Práticas: --
Ementa	Apresentação e entrega do TCC. Desenvolvimento de um artigo científico sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e entrega do comprovante de submissão do artigo em periódico indexado cujo Qualis seja no mínimo B3 para as áreas das ciências da saúde.		
Competências	<ul style="list-style-type: none">- Apresentar o TCC para banca examinadora.- Conhecer as normas de Vancouver e sua aplicabilidade.- Elaborar um artigo científico sobre o TCC, adequando-o as normas do periódico de Qualis que seja no mínimo B3 para as áreas das ciências da saúde escolhido para submissão.		
Cenário de aprendizagem	Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.		
Bibliografia básica	CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas . 23ª ed. Campinas - SP: Papyrus, 2010. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. PEREIRA, M. G. Artigos científicos: Como redigir, publicar e avaliar . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. VOLPATO, G. L. Bases teóricas para a redação científica . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. VOLPATO, G. L. Guia prático para redação científica . 5. ed. Botucatu: Ed. Best Writing, 2015.		
Bibliografia complementar	BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 19ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. NORMAS DA ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS . UNOESTE. Manual de normas: estilo Vancouver . Presidente Prudente: Unoeste, 2020. VOLPATO, G. L. Pérolas da redação científica . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. VOLPATO, G. L. Dicas para a redação científica . Botucatu: Ed. Best Writing, 2016.		



DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
Carga horária	30h
Ementa	
Aspectos históricos, conceituais, éticos e legais da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Brasil e no mundo. O surdo e sua inclusão na sociedade. Prevenção e níveis de surdez. Estrutura linguística da LIBRAS. Comunicação gestual. Importância da LIBRAS para os profissionais de saúde. Sinais relacionados à Saúde.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer as mudanças ocorridas na inclusão dos surdos por meio da história e legislação.- Compreender o uso da LIBRAS legitimando-a como a língua natural e oficial da comunidade surda.- Desenvolver conhecimentos e habilidades para o atendimento à população surda em sua própria língua (LIBRAS).	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula e visitas técnicas.	
Bibliografia básica	
FELIPE, T. A. Libras em Contexto : Curso Básico : Livro do Estudante / Tanya A. Felipe. 8ª. edição- Rio de Janeiro : WalPrint Gráfica e Editora,2007. HONORA, M. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais : desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. IGUMA, A & PEREIRA, B. C. Saúde em LIBRAS : vocabulário ilustrado. Apoio para atendimento ao paciente surdo. São Paulo: Editora Áurea, 2010.	
Bibliografia complementar	
BRASIL. Legislação de Libras . Lei nº 10.436., de 24 de abril de 2002. _____. Legislação de Libras . Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. _____. Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais . Brasília: Ed SEESP,1997. CAPOVILLA, F. C. , RAPHAEL, W.D. Dicionário Ilustrado Trilíngue : língua brasileira de sinais (LIBRAS). Vol. 2 São Paulo: Edusp, 2001. GESSER, A. LIBRAS?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo : Parábola Editorial, 2009	

Disciplina	EXAMES COMPLEMENTARES
Carga horária	30h
Ementa	
Aspectos éticos e legais para Enfermagem. Solicitação de exames laboratoriais e de rotina por Enfermeiros, nos Programas do Ministério da Saúde/Atenção Básica. A Finalidade, o procedimento e a interpretação dos principais exames laboratoriais relacionados com a hematologia, parasitologia, culturas, sorologia, dosagens eletrolíticas, provas das funções renal e hepática. Correlação clínica.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Compreender os aspectos éticos e legais referentes a solicitação de exames por enfermeiros.- Interpretar os principais exames que irão subsidiar o diagnóstico e o planejamento do cuidado de enfermagem.	



- Associar as interpretações dos exames laboratoriais solicitados na atenção básica com as avaliações clínicas de enfermagem.

Cenário de aprendizagem

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.

Bibliografia básica

CUNHA, C. L. F. **Interpretação de Exames Laboratoriais na Prática do Enfermeiro**. Ed. Rúbio, 2014.

LIPPINCOTT WILLIAMS & WILKINS. Brunner & Suddarth: **Exames complementares**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

RIZZUTI, A.; FEIDEN, L. **Interpretando exames laboratoriais: Além dos Valores de Referência**. Ed. do autor, 2020.

WILLIAMSOM, M. A.; SNYDER, L. M. Wallach - **Interpretação de Exames Laboratoriais**. 10^o ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

Bibliografia complementar

LOPES, J. L.; SILVA, R. C. G. **Interpretação de Exames Laboratoriais: Guia Prático Para Enfermeiros e Estudantes de Enfermagem**. Ed. Água Dourada, 2015.

SACHER, R.; McPHERSON, R. **Interpretação clínica dos exames laboratoriais**. 1.ed. São Paulo: Manole, 2001.

LIMA, A. O. **Métodos de Laboratório Aplicados à Clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

SALES, O. **Leitura e Interpretação de Exames em Enfermagem**. Editora: Ab Editora, 2008.

WILLIAMSON, M. A.; SNYDER, L. M. **Interpretação de Exames Laboratoriais**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

Disciplina	ENFERMAGEM EM ONCOLOGIA
Carga horária	30h
Ementa	
Políticas públicas em oncologia. Introdução às neoplasias: conceito, fisiopatologia, oncogênese e tipos de tumor. Epidemiologia do câncer. Questões bioéticas e humanização em oncologia. Tratamento com drogas antineoplásicas, radioterapia, imunoterapia e cirurgia. Procedimentos específicos em oncologia. Sistematização da Assistência de Enfermagem ao paciente oncológico.	
Competências	
- Compreender os princípios básicos da fisiopatologia do câncer e oncogênese. - Conhecer a epidemiologia do câncer no Brasil e as políticas públicas voltadas ao controle e assistência. - Compreender os procedimentos específicos do enfermeiro e os tratamentos em oncologia. - Implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem ao paciente oncológico.	
Cenário de aprendizagem	
Para o alcance das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula e visitas técnicas.	
Bibliografia básica	
BONASSA, E. M. A; RODRIGUES, M.I. Terapêutica oncológica para enfermeiros e farmacêuticos . 4 ^a ed., Atheneu, 2012.	
CHABNER, B. A.; LONGO, D. L. Manual de Oncologia de Harrison . 2 ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.	
FONSECA, Selma M.; PEREIRA, Sonia R. Enfermagem em Oncologia . 1.ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2013.	
HOFF, P. M. G. Manual Multiprofissional em Oncologia: Enfermagem . São Paulo: Atheneu, 2018.	



Bibliografia complementar
ALMEIDA, M.; LUCENA, F.; FRANZEN, E.; LAURENT, M. C. Processo de Enfermagem na Prática Clínica . Porto Alegre: Artmed, 2011. BIFULCO, V.A. FERNANDES J.R., H.J.; BARBOZA, A.B. Câncer: uma visão multiprofissional . Barueri, SP: Minha Editora, 2010. BONASSA, E. M. A; SANTANA, T.R. Enfermagem em terapêutica oncológica . 3ªed, Rio de Janeiro, Atheneu, 2009. CAPONERO, R.; BIFULCO, V. A. Cuidados paliativos: um olhar sobre as práticas e necessidades atuais . Barueri SP: Manole, 2018. SANTOS, L. et al. Direito da saúde no brasil . São Paulo: Editora Saberes, 2010.

Disciplina	ENFERMAGEM EM NEFROLOGIA
Carga horária	30h
Ementa	
Aspectos conceituais e legais em nefrologia. Anatomia e fisiologia renal. Definições de procedimentos e técnicas em nefrologia. Patologias renais. Emergências renais. Diálise, hemodiálise e transplantes renais. A Sistematização da Assistência de Enfermagem na atenção em nefrologia.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer a anatomia e fisiologia renal.- Compreender as patologias e emergências renais.- Conhecer as modalidades de tratamentos em diálise/hemodiálise e transplantes renais.- Implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem ao paciente nefrológico.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e visitas técnicas em serviços de nefrologia.	
Bibliografia básica	
MALLAGUTI E NOGUEIRA FERRAZ. Nefrologia uma abordagem multidisciplinar . Editora Rubio.RJ 2011. PHILIPPE, L.S. Enfermagem médico e cirúrgica aplicada ao sistema renal e urinário . Editora Senac: São Paulo, 2005. RIELLA, M. C. Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidreletrolíticos . 6º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.	
Bibliografia complementar	
SEGURO, A. C. MALNIC, G. RATZ, R. Bases fisiológicas da nefrologia . 1º ed. São Paulo: Atheneu, 2012. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMAGEM EM NEFROLOGIA . Disponível em:< www.soben.org.br >. SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA . Disponível em:< www.sbn.org.br >. SCHOR, N. SROUGI, M. Nefrologia e urologia clínica . São Paulo: Sarvier, 1998. VERONESE, F. V.; MANFRO, R. C. FERNANDO S. T. Nefrologia na Prática Clínica . 1º ed. Ed. Balieiro, 2019.	

Disciplina	ENFERMAGEM EM UTI NEONATAL
Carga horária	30h
Ementa	
Recém-nascido de alto risco: classificação, necessidades e assistência. Principais patologias do período neonatal, organização da assistência ao neonato de alto risco, necessidades nutricionais do recém-nascido de alto risco: aleitamento materno, método canguru, banco de leite humano. Unidade neonatal e cuidado humanizado à família do recém-nascido de alto risco. Segurança do Paciente. Sistematização da Assistência de Enfermagem.	



Competências
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer os princípios que norteiam a assistência de saúde ao neonato e sua família, nos diferentes níveis de atenção.- Entender a atuação do enfermeiro frente às necessidades específicas de cada estágio do desenvolvimento deste público.- Delinear as intervenções de enfermagem para o neonato e sua família em situação de doença e hospitalização, considerando a prática baseada em evidências científicas.- Compreender a atuação do enfermeiro no atendimento do neonato e sua família na unidade de terapia intensiva.- Analisar criticamente a atuação do enfermeiro na gestão de unidades neonatais nos diferentes contextos da assistência à saúde.
Cenário de aprendizagem
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, o laboratório de enfermagem e visitas técnicas.
Bibliografia básica
BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção Humanizada ao recém-nascido: Método canguru: diretrizes do cuidado. Brasília: 2019. MACDONALD, M.G; SESHIA, M.M.K. Avery neonatologia: Neonatologia, Fisiopatologia e Tratamento do Recém-Nascido. 7ª ed. Guanabara Koogan. Rio Janeiro, 2018. SOUZA, A.B.G. Unidade de terapia intensiva neonatal - cuidados ao recém-nascido de médio e alto risco. 1ª ed. Editora Atheneu, 2015. TAMEZ R. Enfermagem na uti neonatal-assistência ao recém-nascido de alto risco. 6ª ed. Guanabara Koogan. Rio Janeiro, 2017.
Bibliografia complementar
BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção Humanizada ao recém-nascido: Manual Técnico. Brasília: 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. 2. ed. atual. Brasília: 2014. CLOHERTY, J. P; STARK, A. R. et al. Manual de Neonatologia. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. PAVANI, S.A.L. Enfermagem Pediátrica e Neonatal: Assistência de Alta Complexidade. Editora Manole; 1ª edição, 2019. SOUZA, A.B.G. Manual prático de enfermagem neonatal: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – EEUSP; Editora Atheneu; 1ª edição, 2017.

Disciplina	ENFERMAGEM GERIÁTRICA
Carga horária	30h
Ementa	
Aspectos conceituais e legais em geriatria e gerontologia. Teorias e biologia do envelhecimento. Principais síndromes e emergências geriátricas. Avaliação geriátrica abrangente (Avaliação Multidimensional do Idoso/ Mini Exame do Estado Mental alterado 1 e 2). Modalidades de atenção ao idoso. Cuidado ao idoso institucionalizado. Atenção à família e cuidadores. A Sistematização da Assistência de Enfermagem na atenção em geriatria.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer a biologia do envelhecimento e as principais síndromes e emergências geriátricas.- Aplicar instrumentos de avaliação multidimensional do idoso.- Prestar cuidados de enfermagem ao idoso, família e cuidadores.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e visitas técnicas.	



Bibliografia básica
BRUNNER & SUDDARTH. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica . Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2018. ELIOPOULOS, C. Enfermagem Gerontológica . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. FREITAS, E. V. et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia . 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, p. 88-105, 2016. NEBIA, M. Gerontologia: atuação da enfermagem no processo de envelhecimento . Yends, 2ª ed., 2012.

Bibliografia complementar
BRASIL. LEI Nº. 10.741/2003 - Lei Especial - Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, 2003. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022 . Brasília: Ministério da Saúde, 2011. FREITAS, E. V.; PY, L. Tratado de geriatria e gerontologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. PAPALÉO NETTO, M. Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada . São Paulo: Atheneu, 1996. SALGADO, Y. C. S. [et al.]. Cuidados paliativos: procedimentos para melhores práticas/Organizadora . Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

Disciplina	GENÉTICA
Carga horária	30h
Ementa	
Estudo na natureza química do material genético, das suas propriedades e aplicações na biotecnologia voltada ao diagnóstico, triagem e tratamento das doenças genéticas. Estudo das doenças genéticas monogênicas, cromossômicas e multifatoriais, bem como as doenças comuns. Genética e câncer. Frequência alélica e aplicações da genética na saúde pública.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Aplicar a genética no cotidiano das ciências da saúde, envolvendo a biotecnologia do DNA recombinante.- Conhecer a molécula do DNA no que diz respeito sua estrutura, ligações, componentes e propriedades de replicação e transcrição.- Discutir o processo de síntese de proteínas e as mutações gênicas.- Classificar e diferenciar as formas de perturbações genéticas que podem afetar o homem.- Analisar genealogias atuando no aconselhamento genético.- Compreender os mecanismos gênicos e/ou cromossômicos que levam aos descontrolado celular e formação do câncer.- Avaliar a frequência dos genes com base nos dados de triagem neonatal e observar os fatores que promovem o desequilíbrio gênico populacional e modificações nas frequências fenotípicas e genotípicas.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizado a sala de aula	
Bibliografia básica	
BORGES-OSÓRIO, M. R.; ROBINSON, W. M. Genética Humana . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. LYNN B. J. et al.; John C. Genética médica . 5 ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2017. OTTO, P. A. NETTO, R. C.M.; OTTO, P. G. Genética Médica . Rio de Janeiro, ROCA, 2013.	
Bibliografia complementar	



GRIFFITHS, A. J. F. et al. **Introdução a genética**. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

KLUG, W. et al. **Conceitos de genética**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NUSSBAUM, R. L. et al. **Genética médica**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

STRACHAN, T.; READ, A. P. **Genética Molecular Humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

SNUSTAD, D. P.; SIMMONS, M. J. **Fundamentos de Genética**. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Disciplina	IMAGINOLOGIA PARA ENFERMAGEM
Carga horária	30h
Ementa	
Aspectos éticos e legais para Enfermagem. Infraestrutura e tecnologias para exames de imagem. Tipos de imagens radiográficas. Técnicas básicas de avaliação de exames de imagem. Atuação do enfermeiro e cuidados de enfermagem em gestão de exames de imagem. Avanços em diagnóstico por imagem.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer a infraestrutura e tecnologias em clínicas de imagens nos cenários de práticas.- Compreender princípios básicos de imagens e interpretar os principais exames que irão subsidiar o diagnóstico e o planejamento do cuidado de enfermagem.- Associar as interpretações das imagens com as avaliações clínicas de enfermagem.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.	
Bibliografia básica	
BARROS, A. L. B. L. Anamnese e Exame físico: Avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto . 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.	
LIMA, M.E.S. A Clínica Através da Imagem . 1ª ed. Sanar, 2020.	
PAGANA, K. D. Guia de Exames Laboratoriais e de Imagem para Enfermagem . 11ª ed. Porto Alegre: Elsevier, 2013.	
Bibliografia complementar	
BONTRAGER, K. L.; LAMPIGNANO, J. P. Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada . 7ª ed. Rio e Janeiro: Elsevier, 2010.	
FRESCA, A.; MORAES, C.; LOURENCO, L.H. Enfermagem Endoscopia . Editora: Thieme revinter, 2020.	
LIPPINCOTT WILLIAMS & WILKINS. Brunner & Suddarth: exames complementares . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.	
NISCHIMURA, L.Y. Enfermagem em Diagnóstico por Imagem . Editora: Yendis, 2013.	
SACHER, R.; McPHERSON, R. Interpretação clínica dos exames laboratoriais . 1.ed. São Paulo: Manole, 2001.	
SALES, O. Leitura e Interpretação de Exames em Enfermagem . Editora: Ab Editora, 2008.	
SACHER, R.; McPHERSON, R. Interpretação clínica dos exames laboratoriais . 1.ed. São Paulo: Manole, 2001.	



Disciplina	HOME CARE
Carga horária	30h
Ementa	
Aspectos históricos, conceituais e legais da assistência domiciliar. Funcionamento de serviços de atenção domiciliar nas modalidades de assistência e de internação. Comunicação, avaliação e intervenção das necessidades biopsicossociais no atendimento domiciliar. Gerenciamento do serviço em Home Care. Atuação da equipe multiprofissional. Sistematização da Assistência de Enfermagem para o cuidado em domicílio. Alta do Atendimento Domiciliar.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Gerenciar e organizar o serviço em Home Care.- Prestar assistência de enfermagem em domicílio de forma integrada com a equipe multiprofissional.- Implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem para o cuidado em domicílio.- Planejar a alta do cuidado de enfermagem com enfoque para o autocuidado.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizado a sala de aula e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.	
Bibliografia básica	
ALMEIDA, M.; LUCENA, F.; FRANZEN, E.; LAURENT, M. C. Processo de Enfermagem na Prática Clínica . Porto Alegre: Artmed, 2011. BARBOSA, E. A. Profissionais da Saúde & Home Care . 1. ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2016. BRASIL. Caderno de atenção domiciliar : volume 2. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. BUENO, P. D. R. (Org.). Home care: o que o profissional de enfermagem precisa saber sobre assistência domiciliar . 1. ed. São Paulo: Rideel, 2016. SANTOS, N. C. M. Atendimento domiciliar : Estrutura física, aspectos legais e operacionalização do serviço. 1. ed. São José dos Campos: Érica, 2014.	
Bibliografia complementar	
BRASIL. Caderno de atenção domiciliar : volume 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. DUARTE, Y. A. O.; DIOGO, M. J. D. Atendimento Domiciliar: um enfoque gerontológico . São Paulo: Editora: Atheneu, 2005. MALAGUTTI, W.; Assistência Domiciliar: atualidades da assistência de enfermagem . Rio de Janeiro: Editora: Rubio, 2012. SANTOS, N. C. M. Home Care- A enfermagem no desafio do Atendimento domiciliar . 1. ed. São Paul: Iatria 2005. YAMAGUCHI, A. M. et. al. Assistência domiciliar : Uma proposta interdisciplinar. 1. ed. Barueri: Manole, 2009.	

Disciplina	FARMACOLOGIA APLICADA A ENFERMAGEM
Carga horária	30h
Ementa	
Aspectos conceituais e legais em farmacologia. Tipos e vias de administração de medicamentos. Interação de drogas. Principais fármacos utilizados na Estratégia Saúde da Família, em urgências/emergências, unidade de terapia intensiva e demais serviços hospitalares. Cuidados de enfermagem na administração de fármacos.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Compreender os tipos, vias de administração de medicamentos e a interação de drogas.- Conhecer os principais fármacos utilizados nos serviços de saúde.- Implementar o cuidado de enfermagem na administração de fármacos.	
Cenário de aprendizagem	



Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizado a sala de aula.
Bibliografia básica
CLAYTON, B.D.; STOCK, Y.N. Farmacologia na Prática de Enfermagem . 13 ed. Rio de Janeiro, 2006. BRUNTON, L.L.; HILAL-DANDAN, R.; KNOLLMANN B.C. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodnam & Gilman . 13. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. RANG, H.P.; RITTER, J.M.; FLOWER, R.J.; HANDERSON, G. Rang & Dale – Farmacologia . 8. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. GOLAN, D. E. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
Bibliografia complementar
GOLAN, D.E.; TASHJIAN JR, A.H.; ARMSTRONG, E.J.; ARMSTRONG, A.W. Princípios de farmacologia: a base fisiopatológica da farmacologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2018. KATZUNG, B.G.; TREVOR, A.J. Farmacologia Básica & Clínica . 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. SILVA, Penildon. Farmacologia . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. TOY, E. C. et. al. Casos clínicos em farmacologia . 3. ed. Porto Alegre : AMGH, 2015. WHALEN, K. Farmacologia Ilustrada . São Paulo: Artmed, 2016.

Disciplina	ENFERMAGEM EM CUIDADOS PALIATIVOS
Carga horária	30h
Ementa	
Reflexão sobre terminalidade e morte. Aspectos históricos, sociais, culturais, filosóficos, éticos e bioéticos da palição e morte. Empatia, espiritualidade e humanização do cuidado às pessoas em estado paliativo. Comunicação com paciente, acompanhantes/familiares. Atuação do enfermeiro no controle da dor, na implementação de procedimentos e terapêuticas em cuidados paliativos, por meio da Sistematização da Assistência de Enfermagem.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver conhecimentos e habilidades necessárias para assistir o indivíduo na terminalidade do ciclo vital.- Compreender os aspectos socioculturais e bioéticos envolvidos nos processos de palição, morte e luto.- Articular o processo de comunicação de forma humanizada com pacientes, famílias e equipe multidisciplinar.- Implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem ao paciente em estado paliativo.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizado a sala de aula.	
Bibliografia básica	
CAPONERO, R.; BIFULCO, V. A. Cuidados paliativos: um olhar sobre as práticas e necessidades atuais . Barueri SP: Manole, 2018. CARVALHO, R.T.; PARSONS, H.A. Manual de Cuidados Paliativo ANCP . 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012. KOVÁCS, M. J. Educação para a morte: Quebrando paradigmas . Porto Alegre: Sinopsys, 2021.	
Bibliografia complementar	
ALMEIDA, M.; LUCENA, F.; FRANZEN, E.; LAURENT, M. C. Processo de Enfermagem na Prática Clínica . Porto Alegre: Artmed, 2011.	



CHABNER, B. A.; LONGO, D. L. **Manual de Oncologia de Harrison**. 2 ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.
FUKUMITSU, K. O. **Vida, morte e luto: Atualidades brasileiras**. São Paulo: Summus, 2018.
LEVINAS, E. **Humanismo do outro homem**. 4a ed. Petrópolis: Vozes; 2012.
MONTEIRO, M. C. **A morte e o morrer em UTI: família e equipe médica em cena**. Curitiba: Appris, 2017.
PIMENTA, C. A. M.; MOTA, D. D.C.F.; CRUZ, D. A. L. M. **Dor e cuidados paliativos: enfermagem, medicina e psicologia**. Barueri: Manole; 2006.

Disciplina	INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO
Carga horária	30h
Ementa	
Aspectos conceituais, éticos e legais. Inovação em saúde e enfermagem. Empreendedorismo, intraempreendedorismo e empreendedorismo social. Comportamento empreendedor: atitudes, capacidades e habilidades empreendedoras. A gestão empreendedora e suas implicações para as organizações de saúde. Responsabilidade Social nas organizações. Gestão de pessoas. Modelagem de negócios, marketing e finanças. Formalização e aspectos jurídicos.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Identificar problemas e oportunidades para criar soluções inovadoras, sustentáveis e de alto impacto na área da saúde e enfermagem.- Desenvolver capacidades, habilidades e atitudes inovadoras e empreendedoras em saúde e enfermagem.- Conhecer princípios básicos de modelagens de negócios, marketing e finanças.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.	
Bibliografia básica	
DORNELAS, J.C.A. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. PORTO, G.S. (org). Gestão da inovação e empreendedorismo . Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. RÚDIO, L. M. N. D. Marketing e Empreendedorismo para enfermeiros . Timburi-SP: Cia do Ebook, 2019.	
Bibliografia complementar	
BACKS D.S. COLOMÉ J.S.; ILHA, S. Evidências Empreendedoras na Enfermagem: ensino, pesquisa e extensão . Editora: UFN, 2019. BARON, R.A. SHANE, S.A. Empreendedorismo: uma visão do processo . São Paulo: Thomson Learning, 2007. DRUCKER, P.F. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios . São Paulo: Pioneira, 1986. PEREIRA, M.C.A., REBEHY, P.C.P.W., FALEIROS, F.; GALVAO, M.C.B. Social Innovation to Achieve Global Health. In: Handbook of Research on Entrepreneurship and Marketing for Global Reach in the Digital Economy . IGI Global, 2019. RÚDIO, L.M.N.D. Marketing e Empreendedorismo para Enfermeiros . Editora : Cia do Ebook; 1ª ed., 2019.	

Disciplina	INFORMÁTICA PARA ENFERMAGEM
-------------------	------------------------------------



Carga horária	30h
Ementa	
Conhecimento de informática básica. Aplicativo Excel: tabelas e gráficos. Prontuário eletrônico do Paciente. Fontes de informação eletrônica de dados em saúde. Telemedicina e telessaúde. Tecnologias da informação e comunicação como implementação das ações e serviços de saúde. Novas tecnologias em saúde.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Compreender os conceitos de informática básica.- Conhecer os sistemas de informação em saúde e suas formas de aplicação.- Elaborar tabelas e gráficos a partir de dados gerados em sistemas de informação para avaliação e planejamento em saúde.- Conhecer os princípios e aplicações de telemedicina, telessaúde e tecnologias da informação e comunicação em saúde.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e o laboratório de informática.	
Bibliografia básica	
HANNAH, K. J.; BALL, M. J.; EDWARDS, M. J. A. Introdução à informática em enfermagem . Porto Alegre: Artmed, 2009. LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPES, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica . São Paulo: Makron Books, 2004. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos . Rio de Janeiro: Campus, 2004.	
Bibliografia complementar	
ALMEIDA, D. M.; TOBASE, L.; VAZ, D. R. A ética nas redes sociais. Disponível em: < https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/selection%20%282%29.pdf >. BOGHI, C. Sistemas de Informação: um enfoque dinâmico . São Paulo: Érica, 2001. BRASIL. Ministério da Saúde. Estruturação e à operacionalização do Sistema de informação epidemiológica informatizada SINAN , definidas pela Portaria GM /MS n.º 1.399. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. _____. Ministério da Saúde. Instrução Normativa SVS/MS nº 2 . Brasília: Ministério da Saúde, 2005. _____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 95 . Brasília: Ministério da Saúde, 2001. FERREIRA, A. M. D. et al . Percepções dos profissionais de enfermagem acerca do uso da informatização para segurança do paciente. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre , v. 40, n. spe, e20180140, 2019. JULIANI, C. M. C. M.; SILVA, M. C.; BUENO, G. H. Avanços da informática em enfermagem no Brasil: revisão integrativa. J Health Inform, 2014. RIBEIRO J. C.; RUOFF, A. B.; BAPTISTA, C. L. B. M. Informatização da sistematização da assistência de enfermagem: avanços na gestão do cuidado. J Health Inform, 2014. MEIRELLES, Fernando de Souza. Informática: novas aplicações com microcomputadores . São Paulo: Makron Books, 1994.	
Disciplina	INGLÊS PARA PROFISSIONAL DE SAÚDE
Carga horária	30h



Ementa
Expressões comuns da língua inglesa na área da saúde e enfermagem. Inglês instrumental: estratégias e técnicas de leitura. Principais tempos verbais e suas utilizações nos documentos técnicos e artigos científicos. Tradução de textos originais com temas na área da saúde e enfermagem.
Competências
<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver e aprimorar a habilidade de leitura e compreensão de textos da área de enfermagem, utilizando-se de técnicas de Inglês Instrumental.- Compreender a coerência verbal na língua inglesa para a produção de documentos técnicos e artigos científicos.- Desenvolver a habilidade de tradução de textos.
Cenário de aprendizagem
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizado a sala de aula.
Bibliografia básica
FERREIRA, T. S. F. Inglês Instrumental . Campina Grande: EDUEPB, 2010. LAPKOSKI, G. A. O. Do texto ao sentido: teoria e prática de leitura em língua inglesa . Curitiba: IBPEX, 2011. LINS, L. M. A. Inglês instrumental: estratégias de leitura e compreensão textual . Olinda: Livro Rápido, 2010. SOUZA, A. G. F. <i>et. al.</i> Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental . 2. ed. São Paulo: DISAL, 2010.
Bibliografia complementar
SOLÉ, I. Estratégias de leitura . Porto Alegre: Artmed, 1988. GADELHA, I. M. B. Inglês instrumental: leitura, conscientização e prática . Teresina: EdUFPI, 2000. MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura . São Paulo: Texto Novo, 2000. TORRES, Milton L. Inglês instrumental para profissionais da saúde . São Paulo: Allprint, 2007. TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado . 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Disciplina	SEGURANÇA DO PACIENTE
Carga horária	30h
Ementa	
Aliança mundial para a segurança do paciente. Programa Nacional de Segurança do Paciente. Segurança do paciente como dimensão essencial para a qualidade da assistência em saúde. Gerenciamento de riscos. Indicadores de qualidade da assistência e segurança. Cuidado seguro em enfermagem.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Identificar os aspectos fundamentais da Qualidade, da Segurança do Paciente, da cultura de segurança e do Programa Nacional de Segurança do Paciente.- Conhecer a história, o panorama atual e as metas de Segurança do paciente no Brasil e no mundo.- Compreender a relevância do papel do enfermeiro e da equipe frente à segurança do paciente no cenário atual.- Analisar situações de risco para ocorrência de erros e reconhecer estratégias para minimizá-los.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizado a sala de aula.	



Bibliografia básica
BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013.** Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Diário Oficial da União, 2013.
_____, Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde;**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
MARRA, V. N.; SETTE, M. L. **Guia curricular de segurança do paciente da Organização Mundial da Saúde:** edição multiprofissional. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

Bibliografia complementar
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Pacientes pela segurança do paciente em serviços de saúde:** Como posso contribuir para aumentar a segurança do paciente? Orientações aos pacientes, familiares e acompanhantes/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017.
_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Gestão de Riscos e Investigação de Eventos Adversos Relacionados à Assistência à Saúde.** Brasília: Anvisa, 2017.
_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1377 de 09 de Julho de 2013.** Aprova os Protocolos de Segurança do Paciente: Cirurgia Segura, Prática de Higiene das mãos e Ulcera por Pressão. Diário Oficial da União, Brasília: MS, 2013.
_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2095 de 24 de Setembro de 2013.** Aprova os Protocolos de Segurança do Paciente: Prevenção de Quedas; o Protocolo de Identificação do Paciente e o Protocolo de Segurança na Prescrição e de Uso e Administração de Medicamentos. Diário Oficial da União, Brasília: MS, 2013.
SOUSA, P.; MENDES, W. **Segurança do paciente:** criando organizações de saúde seguras. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2014.

Disciplina	ENFERMAGEM EM ESTÉTICA
Carga horária	30h
Ementa	
Aspectos conceituais e legais da enfermagem em estética. Diagnósticos das alterações faciais e corporais. Tratamentos estéticos faciais: aspectos gerais da limpeza de pele, técnicas de massagem estética facial e protocolos de hidratação, nutrição, despigmentação, “peeling” superficial e “lifting”. Tratamentos estéticos corporais: tratamento de cicatrizes, drenagem linfática, massagem modeladora, microagulhamento, ultrassom estético, micropigmentação e procedimentos estéticos em microvasos.	
Competências	
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes na enfermagem em estética. - Identificar as principais alterações faciais e corporais. - Elaborar protocolos de tratamento de acordo com a avaliação de enfermagem.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula e os recursos necessários para viabilizar a aprendizagem.	
Bibliografia básica	
AGNES, J. E. Eletrotermofototerapia. 2. ed. Rio Grande do Sul: Santa Maria: 2013. AZULAY, R. D. Dermatologia. 6. ed: Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2013. BERTOLLI, L. Estética. São Paulo: Martinari, 2015. DAL GOBBO, P. Estética facial essencial: orientação para o profissional de estética. São Paulo: Atheneu, 2010. GUIRRO, E.; GUIRRO, R. Fisioterapia dermatofuncional: fundamentos, recursos, patologias. 3 ed. São Paulo: Manole, 2010.	



KEDE, M. P. V.; SABATOVICH, O. **Dermatologia Estética**. 3ª. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

Bibliografia complementar

AZULAY, R. D.; AZULAY, D. R.; AZULAY-ABULAFIA, L. **Dermatologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BORGES, F. **Dermato Funcional**: Modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas. 2. ed, Phorte, 2010.

FRITZ, S. **Fundamentos da massagem terapêutica**. 2. ed. Barueri: Manole, 2002.

LEDUC, A.; LEDUC, O. **Drenagem Linfática Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: 13 Manole, 2007.

MAUAD, R. **Estética e Cirurgia Plástica**: tratamento no pré e pós-operatório. 3. ed. São Paulo: Senac. 2009.

Disciplina	PESQUISA E TECNOLOGIA EM SAÚDE
Carga horária	30h
Ementa	
Aspectos conceituais das tecnologias em saúde. Tecnologias assistenciais, educacionais e gerenciais. Inovação para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e cuidado em saúde e enfermagem. Ambientes e tecnologias emergentes de inovação e mecanismos de geração de empreendimentos e seu papel no desenvolvimento econômico e social.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Identificar a utilização das tecnologias e suas implicações na prática da saúde e da enfermagem.- Utilizar a tecnologia gerencial e o pensamento empreendedor na área da saúde.- Reconhecer as inovações para desenvolvimento no ensino, pesquisa e cuidado.- Identificar os problemas e as lacunas científicas e desenvolver pesquisas com abordagem em tecnologia em saúde e- Conhecer os conceitos relacionados à área de ambientes de inovação e seu papel no desenvolvimento econômico e social e geração de startups e spin off acadêmicos.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, o laboratório de informática e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.	
Bibliografia básica	
ANSHAU, F. Avaliação de tecnologias de saúde & políticas informadas por evidências . Organizadores Tereza Setsuko Toma [et al. ...]. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.	
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia. Diretriz metodológica : síntese de evidências para políticas. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.	
MALONE, M. S. et al. Organizações exponenciais : Por que elas são 10 vezes melhores, mais rápidas e mais baratas que a sua (e o que fazer a respeito). Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.	
Bibliografia complementar	
ALBUQUERQUE E.; CASSIOLATO J. E. As especificidades do sistema de inovação do setor saúde : uma resenha da literatura como introdução a uma discussão sobre o caso brasileiro. FESBE: São Paulo, 2000.	
FERREIRA, G. C. OSTERWALDER, A. Business model generation : inovação em modelos de negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books. 2011.	



HENRIQSON, É. OSTERWALDER, A. **Business Model Generation** - Inovação em Modelos de Negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.
MARRONE P. V. **Saúde 4.0 - Propostas para impulsionar o ciclo das inovações em dispositivos médicos (DMAS) no Brasil**. São Paulo: ABIS; 2015.
RIES, E. **The Lean Startup**. New York: Crown Business, 2014.

Disciplina	PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE
Carga horária	30h
Ementa	
Bases conceituais das Práticas Integrativas e Complementares (PICS). Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Medicina Tradicional Chinesa / Acupuntura. Homeopatia. Plantas Medicinais e Fitoterapia. Termalismo/Crenoterapia. Medicina Antroposófica. Terapia Floral, Toque Terapêutico, Reiki, Musicoterapia, Aromaterapia, Cromoterapia e Auriculoterapia. Utilização das PICS pelas comunidades. Atuação do enfermeiro e interprofissionalidade frente às PICS.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer as Práticas integrativas e complementares em Saúde como recurso terapêutico.- Compreender a interface entre as PICS e a Enfermagem.- Identificar a aplicação das PICS pelas comunidades.- Implementar as PICS no âmbito da Atenção Primária.	
Cenário de aprendizagem	
Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula e os recursos necessários para viabilizar o aprendizado.	
Bibliografia básica	
BRASIL. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS : atitude de ampliação de acesso. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS . Brasília: Ministério da Saúde, 2018. BRASIL. Práticas integrativas e complementares : plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica/Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.	
Bibliografia complementar	
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 849 , de 27 de março de 2017. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Diário Oficial da União. 28 Mar 2017. _____. Ministério da Saúde. Portaria nº 702 , de 21 de março de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC. Diário Oficial da União. 22 Mar 2018. KUREBAYASHI L. F. S. et. al. Auriculoterapia para reducción de ansiedad y dolor en profesionales de enfermería : ensayo clínico aleatorizado. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2017. MASCARENHAS, M. A. Práticas integrativas e complementares em saúde : o resgate do bem estar. 1. ed. Porto Alegre: IPA, 2018. SALLES, L. F.; SILVA, M. J. P. (Orgs.). Enfermagem e as práticas complementares em saúde . São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2011.	



Disciplina	SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE		
Carga horária	30h	Aulas Teóricas: 30h	Aulas Práticas: --
Ementa			
<p>Conceitos de informação em saúde. Sistema de informação em saúde no Brasil, definição, contexto histórico e social, características, aplicações, finalidades e tipos. Noções básicas sobre os instrumentos formadores e as estruturas do Sistema de Informação em Saúde (SIS) da Atenção Primária de Saúde (SISAB; SIPNI e outros) e Atenção Hospitalar. A informação como fator essencial na tomada de decisão. Os SIS na geração de indicadores e conhecimentos sobre o perfil epidemiológico, de estrutura, gestão, planejamento, organização e avaliação de ações e serviços de saúde. Os SIS na abordagem de problemas individuais, coletivos e no controle social na Atenção Primária de Saúde (APS). Os SIS na formulação e gestão de políticas públicas de saúde na APS. O e-Gestor e o eSUS APS como ferramenta de gestão e processo de trabalho.</p>			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">- Compreender a utilização e importância dos Sistemas de Informação em Saúde, assim como seus principais conceitos.- Analisar os conceitos sobre os Sistemas de Informação em Saúde e suas utilizações no planejamento das ações e serviços de saúde da APS.- Conhecer os sistemas de informação em saúde mais utilizados no campo da saúde pública (e-Gestor, eSUS AB, eSUS VE).- Avaliar os modelos de gestão, as políticas públicas de saúde, os indicadores epidemiológicos relacionados com os sistemas de informação em saúde.			
Cenário de aprendizagem			
<p>Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, os recursos necessários para viabilizar o aprendizado e os espaços de gestão do município que utilizam os SIS na APS.</p>			
Bibliografia básica			
<p>LEANDRO, Bianca Borges da Silva; REZENDE, Flavio Astolpho Vieira Souto; PINTO, José Mauro da Conceição. Informações e registros em saúde e seus usos no SUS. Editora Fiocruz, 2020.</p> <p>STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistema de informação. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 590 p. ISBN 978-85-221-0797-1.</p> <p>TURBAN, Efrain. Tecnologia da informação para gestão. 8. ed. Porto Alegre:</p>			



Bookman, 2013. 480 p. ISBN 978- 85-8260-014-3.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação Hospitalar**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle/Coordenação Geral de Sistemas de Informação – 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **e-SUS atenção básica: Sistema com Coleta de Dados Simplificada:CDS**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 79 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual técnico operacional do sistema de informações hospitalares**: orientações técnicas. Brasília: Departamento de Regulação, Avaliação e Controle – DRAC, 2011.

GUEDES, Andreia Arantes Batista. **A informação na atenção primária em saúde como ferramenta para o trabalho do enfermeiro**. 2007. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. doi:10.11606/D.22.2007.tde-05102007-124202.

KIUTI, Leandro T.; JÚNIOR, Paulo Marcondes Carvalho; CARVALHO, V. C. L. **Sistemas de Informação em Saúde para o SUS: Uma Análise Quantitativa dos Trabalhos Publicados na Base LILACS. Informe Epidemiológico do SUS**, v. 5, n. 4, p. 7-46, 2011.

SALES DA SILVA, M.V.; FRANCO MOREIRA, F.J.; PAIVA DE ABREU, L.D. Sistema de Informação em Saúde em Tempos de COVID-19: HEALTH INFORMATION SYSTEM IN TIMES OF COVID-19. **Cadernos ESP - Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 86–90, 2020. Disponível em: [//cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/419](http://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/419). Acesso em: 6 ago. 2021.

6.5 Equivalência de Cursos

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Bacharelado em Enfermagem de todos os *campus* ofertados na UESPI, possuem 100% de equivalência de suas estruturas curriculares.



7 METODOLOGIA

A proposta adotada pelo curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI engloba métodos de ensino diversos, além de técnicas, recursos, tecnologias educacionais e estratégias de ensino, que subsidiam o processo ensino-aprendizagem dos discentes nas disciplinas teóricas, práticas e nos estágios.

Segundo Araújo (2015), a metodologia pode ser compreendida como uma combinação sobre o caminho que busca um objetivo de ensino, ou seja, é o estudo do método que conduzirá o processo ensino-aprendizagem. No ensino superior pode ser adotada a metodologia tradicional, construtivista, sociointeracionista e a metodologia ativa (CARDOSO *et al.*, 2018).

A proposta metodológica de ensino está centrada nos princípios pedagógicos do fazer e aprender, determinando a utilização de estratégias, atividades e tecnologias da informação que permitam ao aluno mobilizar, articular e colocar em ação os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz das atividades requeridas pela natureza do trabalho.

Para operacionalizar a proposta metodológica são adotadas diferentes estratégias de ensino, como, exposições dialogadas, aprendizagem baseada em problemas, estudos de caso, grupos reflexivos e grupos interdisciplinares, grupos de tutoria, exercícios em grupo, seminários, relato crítico de experiência, mesas redondas, exposições dialogadas, debates temáticos, oficinas, filmes, portfólio, avaliação oral, utilização de plataformas digitais, demonstração e simulação de práticas, dentre outros.

Ademais, vale ressaltar que o Curso de Enfermagem por contemplar disciplinas práticas e estágios supervisionados têm como cenário de aprendizagem os laboratórios e os serviços da rede de atenção à saúde. Desse modo, são adotadas estratégias de ensino que subsidiem a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para prestar assistência de enfermagem, sob a supervisão do docente e/ou enfermeiro responsável pelo serviço. Com a utilização das estratégias supracitadas é possível atingir os seguintes parâmetros:

- Promoção da articulação entre a teoria e a prática;



- Aproximação entre o conhecimento, o aluno, a realidade e o mundo do trabalho onde ele se insere;
- Apropriação de competências duráveis sob a forma de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes gerais e específicas alinhadas ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso;
- Transposição do conhecimento para as variáveis situações da vida e da prática profissional.

Levando em consideração estes pressupostos, as atividades acadêmicas do curso de Bacharelado em Enfermagem são desenvolvidas com enfoque que se articula com os contextos profissional e social e privilegia a interdisciplinaridade.

7.1 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado Obrigatório é regulamentado e institucionalizado pela Resolução CEPEX N° 004/2021 (que obedece a Lei Federal N° 11788/2008), como ato educativo escolar e profissional supervisionado, intencionalmente assumido pelas escolas, empresas e organizações parceiras, que visa à preparação para o trabalho produtivo de discentes que estejam regularmente matriculados nos Cursos de Graduação da UESPI.

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades do trabalho acadêmico. Constitui-se no mecanismo de interação do aluno com o exercício profissional de enfermagem nos diversos serviços de saúde, oferecendo ao futuro graduado em Enfermagem um conhecimento científico nas diversas áreas de atuação do enfermeiro.

Como definido na Resolução nº 573, de 31 de janeiro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Enfermagem e dispõe no “Art. 23 - Os conteúdos curriculares a serem desenvolvidos na formação da/o enfermeira/o devem ser exercidos, por meio de atividades teóricas, teórico-práticas, práticas, estágios e Estágio Curricular Supervisionado (ECS), devendo conferir ao futuro enfermeiro a capacidade profissional para atender às demandas e necessidades prevalentes e prioritárias da população, conforme realidade epidemiológica da região e do país, em consonância com as políticas públicas.”



São objetivos dos Estágios:

- Viabilizar experiências profissionais diversificadas na(s) área(s) de abrangência do curso, por meio de atividades planejadas, orientadas e avaliadas, compreendidas como meios de aprimoramento da formação acadêmica e profissional.
- Construir ambiente propício de articulação teórico-prática na efetivação da formação de profissionais críticos, criativos, com postura ética e compromisso social.

Desse modo, os estágios curriculares supervisionados I e II serão ofertados nos dois últimos blocos do Curso nos serviços de atenção primária, secundária e terciária, da rede pública, filantrópica e privada, perfazendo um total de 860h (equivalente a 20 % da carga horária total do Curso).

Para realização dos estágios nos serviços de saúde serão celebrados convênios entre a UESPI e a instituição concedente/empresa. E quanto ao seguro, é competência da UESPI, providenciar a contratação de seguro de vida contra acidentes pessoais para os estagiários, quando se tratar de estágio obrigatório.

7.1.1 Atividades Práticas do Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio curricular obrigatório realizado nos dois últimos semestres do Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI refere-se à prática definida no Projeto Político do Curso para integralização curricular, sendo composta das seguintes atividades:

- O Estágio Supervisionado I (ES I) será desenvolvido na atenção básica, totalizando 430 horas.
- O Estágio Supervisionado II (ES II) será desenvolvido na atenção hospitalar, totalizando 430 horas.

7.1.2 Supervisão do Estágio Curricular Obrigatório

Quanto à supervisão dos discentes no Estágio Curricular Obrigatório, a Lei 11788/2008 dispõe no § 1^a do inciso III e Art. 3^o "O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos



relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final”.

Ainda conforme a Lei 11788/2008, o professor orientador da instituição é responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário e a parte concedente deve indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente.

O acompanhamento pelo professor orientador da instituição de ensino poderá ocorrer por meio de supervisão indireta, desde que o mesmo comprove através de fichas de atividades (plano e relatório de estágio, avaliação e ficha de frequência, dentre outros) sua efetiva supervisão na instituição de saúde.

7.2 Atividades Acadêmicas Culturais Complementares (AACC)

As Atividades Acadêmicas Culturais Complementares – AACC são regulamentadas e institucionalizadas na UESPI pela Resolução CEPEX N° 002/2021. Serão desenvolvidas pelos estudantes, a partir de seu ingresso no Curso de Graduação e objetivam:

- 1 - Promover a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessários à sua formação;
- 2 - Estimular o desenvolvimento do espírito científico e o pensamento reflexivo do estudante.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Obrigatórias o projeto pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem deverá contemplar atividades complementares e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida



fora do ambiente acadêmico. Estas devem incluir a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. A realização de atividades complementares não se confunde com o Estágio Supervisionado ou com o Trabalho de Conclusão de Curso.

A organização curricular do curso cria as condições para a efetiva realização, conclusão e integralização curricular destas atividades, que devem ser realizadas ao longo do curso, seguindo a resolução da IES pertinente.

Em obediência a Resolução CEPEX N° 002/2021 e a Resolução CNE/CES 02/2019, as AACC no Curso de Bacharelado em Enfermagem apresentam carga horária de 175 horas e devem ser integralizadas no decorrer do curso, da seguinte maneira: 75h no 5º bloco e 100h no 8º bloco.

Esta integralização ocorrerá mediante entrega pelo discente das certificações, de acordo com o Anexo A da Resolução CEPEX N° 002/2021, à coordenação do curso. Esta se responsabilizará por preencher a ficha de entrega das AACC (Anexo B), contabilizar os pontos e lançar a Atividade Concluída (AC) ou Atividade Não Concluída (ANC) no sistema acadêmico.

Por fim, poderão ser integralizadas as seguintes atividades, tais como:

- Estágios não obrigatórios desenvolvidos com base em convênios firmados pela UESPI através da Pró-reitoria de Extensão;
- Monitorias em disciplinas do curso;
- Trabalhos voluntários em projetos de extensão, de dimensão social, que seja desenvolvido no contexto e em benefício de um grupo da sociedade e que seja promovidos pela UESPI;
- Cursos de extensão promovidos pela UESPI;
- Participação em congressos, seminários, jornadas, simpósios, workshop, conferências promovidos pela UESPI ou outras IES;
- Participação em programas de iniciação científica PIBIC ou PIBEU voluntário da UESPI;
- Participação em grupo de pesquisas e/ou projetos de pesquisa desenvolvidos pelos professores dos cursos de graduação da UESPI e que sejam registra na UESPI;



- Publicação de trabalhos em revistas, livros e jornais científicos em conjunto com professores do curso de Enfermagem da UESPI;
- Atividades de representação discente junto aos órgãos da UESPI, Colegiados, Comissões e Conselhos;
- Cursos realizados em áreas afins a graduação.

7.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Conforme Resolução CEPEX 003/2021 de 10 de fevereiro de 2021 que aprova o regulamento geral do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação da Universidade Estadual do Piauí, para a conclusão do Curso de Enfermagem o discente deverá desenvolver de forma individual um trabalho acadêmico e científico apresentado na forma de Monografia e artigo científico sobre o TCC. Serão oferecidas disciplinas visando desde a produção do projeto de pesquisa até a elaboração do artigo, nos blocos VII, IX e X, respectivamente, com estímulo à inserção dos alunos em Núcleos de Pesquisa de acordo com temáticas desenvolvidas pelos professores orientadores da instituição, bem como produção do TCC com rigor metodológico e científico e cujos resultados apresentem contribuição para a ciência e sociedade. Poderão ser desenvolvidas pesquisas de campo ou de revisão bibliográfica com aprofundamento teórico/técnico nas diferentes áreas do conhecimento da enfermagem.

Os temas poderão versar sobre objetos de estudo relacionados à Ciência da Enfermagem e que tenham sido trabalhados durante o curso e estágios, ou temas que sejam de comum acordo entre os estudantes e professores orientadores. Os orientadores do TCC serão professores do Curso de Enfermagem da UESPI, preferencialmente do quadro efetivo e com titulação mínima de especialista. Cada orientador deverá no máximo orientar cinco trabalhos simultaneamente (considerando os blocos VII, IX e X), que deverão ser produzidos seguindo os critérios estabelecidos pelo Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UESPI, disponibilizado pela Biblioteca Central, e pelas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



Em termos práticos, o TCC se organizará da seguinte forma: ao final do primeiro semestre de orientação (7º Bloco), o aluno deverá concluir seu projeto de pesquisa, sendo acompanhado e orientado por um professor orientador. No caso da pesquisa de campo, envolvendo seres humanos direta ou indiretamente o projeto de pesquisa deverá ser submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do CCS/UESPI, via Plataforma Brasil. Caso o projeto envolva animais direta ou indiretamente o mesmo deverá ser apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa no Uso de Animais (CEUA).

O segundo semestre de orientação (9º bloco) será destinado à execução do projeto, abrangendo a coleta e análise de dados, aprofundamento da literatura, resultados e discussões e elaboração do relatório final de TCC.

No terceiro semestre de orientação de TCC (10º bloco), o discente deverá no início do semestre apresentar seu TCC em sessão pública diante de uma banca examinadora constituída pelo (a) professor(a) orientador(a) presidente da mesma e outros dois professores na seguinte composição: 2 membros da UESPI ou 1 membro da UESPI e 1 externo à IES, desde que o membro externo tenha reconhecida expertise na área do tema estudado pelo aluno.

Após a apresentação, o aluno providenciará as correções exigidas pela banca examinadora e entregará na coordenação de curso, no prazo estabelecido, com ficha catalográfica, um exemplar da monografia no formato digital e impresso, encadernado em capa dura. A coordenação do curso será responsável por encaminhar as versões finais dos TCCs à Biblioteca da IES.

No decurso desse semestre, o aluno deverá ainda elaborar um artigo científico sobre o TCC sob a orientação do professor orientador e submetê-lo em periódico indexado Qualis seja no mínimo B3 para as áreas das ciências da saúde e apresentar comprovante de submissão ao professor(a) titular da disciplina de Monografia em Enfermagem II.

7.4 Atividades de Curricularização da Extensão (ACE)



As Atividades de Curricularização da Extensão – ACE são regulamentadas e institucionalizadas pela Resolução CEPEX N° 034/2020 (que obedece a Resolução CNE/CES N° 7, de 18 de dezembro de 2018), que normatiza, no âmbito da UESPI, a inclusão das Atividades de Extensão como Componente Curricular obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação – PPC.

As ACE se vinculam à formação do corpo discente, conforme previsto nos Planos de Desenvolvimento Institucional - PDI e no Projeto Pedagógico Institucional - PPI da UESPI, e de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e nos demais documentos normativos desta IES.

De acordo com a Resolução CEPEX N° 034/2020, as ACE devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico escolar do aluno, sendo condição para integralização da carga horária prevista no seu PPC. A realização das ACE é obrigatória para todos os discentes dos cursos de graduação da UESPI.

A oferta das ACE deverá ser definida e aprovada em reunião de Colegiado de Curso, bem como ser, preferencialmente, oferecida a cada semestre, obedecendo ao calendário acadêmico da UESPI, e aos regramentos da PREX para este fim, após liberação dos encargos docentes no sistema. Para a oferta das ACE, deverá ser criada, uma Comissão de Curricularização da Extensão – CCEX, formada pelo total de componentes do Núcleo Docente Estruturante – NDE, ou no mínimo por 3 (três) integrantes desse Núcleo, eleitos por seus membros, para fins de coordenação e supervisão dessas atividades.

O proponente da ação extensionista atuará como Coordenador da Atividade de Extensão e poderá ser feita por qualquer docente do curso, em que o mesmo será o responsável por elaborar, coordenar, orientar e acompanhar as ações de extensão, bem como deverá realizar o cadastro junto a PREX.

O Curso de Bacharelado em Enfermagem contempla 430 horas de ACE, distribuídas no seguinte formato:

- Unidade Curricular Específica - UCE, constituída de ações em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e/ou prestação de serviços, organizados dentro ou fora do



curso. Para efeito prático, recomenda-se que estas sejam desenvolvidas e comprovadas, preferencialmente, até os blocos IV (130h), VII (150h) e IX (150h).

- A comprovação das atividades ocorrerá mediante a apresentação de certificados registrados pelas IES.

Ressalta-se que os projeto(s) e/ou Programa(s) de Extensão devem ser cadastrado(s) e aprovado(s) na Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX, se na UESPI, ou por órgão correspondente de outra IES, desde que seja comprovada parceria entre as Instituições.

8 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares a estrutura do Curso de Graduação em Enfermagem deverá assegurar uma integração entre assistência, ensino, pesquisa e extensão propiciando aprendizagem significativa que leve à construção do perfil da/o enfermeira/o, estimulando a produção/divulgação do conhecimento, considerando a evolução epistemológica dos modelos do processo saúde-doença.

As DCN/ENF têm como fundamentos um projeto pedagógico construído, coletivamente a partir dos seguintes eixos norteadores: conteúdos essenciais para a formação, assim como a garantia da flexibilização curricular necessária, formação humana integral, interdisciplinar, centrado na relação aluno-professor, sendo o professor facilitador e mediador do processo de ensino-aprendizagem, predominância da formação sobre a informação, articulação entre teoria e prática, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão/assistência, diversificação dos cenários de aprendizagem em ambientes simulados e reais, metodologias ativas de ensino-aprendizagem, incorporação de atividades complementares que contemplem as necessidades e expectativas individuais de formação dos estudantes e que considerem o desenvolvimento do setor de saúde na região.

Considerados os pilares da formação do ensino superior, o ensino, pesquisa e extensão visam promover a ampla publicização do conhecimento com enfoque social, cultural, solidário a comunidade com vistas a formarem profissionais qualificados.



8.1 Política de Ensino no âmbito do curso

Tomando por referência a política de ensino constante no PDI da UESPI e a política educacional brasileira, o curso de Bacharelado em Enfermagem elege como prioridade a formação profissional decorrente das demandas sociais, regionais e das necessidades do mercado de trabalho.

A articulação entre as dimensões social, ética, cultural, tecnológica e profissional propicia o desenvolvimento do ensino no âmbito do curso, privilegiando o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural que imprime um significado às competências desenvolvidas, pressupondo:

- a) a análise dos impactos sociais, políticos e culturais na conformação e continuidade das diferentes espécies de vida em função das condições em que se dá a ocupação dos espaços físicos, levando à compreensão da complexa relação homem-meio ambiente;
- b) a aplicação das inovações tecnológicas, entendendo-as no contexto dos processos de produção e de desenvolvimento da vida social e do conhecimento;
- c) a atenção para os interesses sociais, sobretudo no que diz respeito à constituição da vida cidadã, através do acompanhamento das contínuas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, regionais e globais.

Desses pressupostos resultam a estruturação e o desenvolvimento do ensino no curso, elegendo como eixo curricular a consolidação da formação técnico-profissional. Assim, o ensino volta-se para:

- a) o desenvolvimento de competências - valores, conhecimentos, habilidades e atitudes - essenciais à melhoria da qualidade de vida da população;
- b) a integração e flexibilização de tarefas e funções, a capacidade de solucionar problemas, a autonomia, a iniciativa e a criatividade como requisitos fundamentais no novo contexto social e de produção;
- c) a constituição do ser pessoa, cidadão e profissional.

Sob a ótica da organização didática do curso Bacharelado de Enfermagem, prioriza-se:

- a) a articulação teoria/prática ao longo do curso, constituindo a possibilidade do fazer e aprender;



- b) a interdisciplinaridade e interprofissionalismo, promovendo um constante diálogo entre as várias áreas do conhecimento e permitindo estabelecer relações, identificar contradições e compreender a realidade na perspectiva de uma nova divisão social e técnica do trabalho, promovendo uma prática colaborativa para um cuidado integral e com segurança e qualidade;
- c) a diversificação e flexibilidade do currículo, das atividades acadêmicas e da oferta, articuladas à autonomia e mediadas por um processo de avaliação e de atendimento às diferenças;
- d) a formação integrada à realidade, trazendo para o aluno a educação continuada como expressão da permanente atitude de curiosidade diante dos fatos e fenômenos.

Um dos principais meios de envolver e colocar o aluno como protagonista das atividades de ensino é através do exercício da monitoria. Esta atividade, regida pela Resolução CEPEX nº 005/2020, consiste na execução de um projeto que envolve atividades de caráter pedagógico a serem elaboradas pelo professor responsável e desenvolvidas pelo monitor com estudantes de determinada disciplina. A monitoria visa a valorização da participação do aluno em atividades teórico-práticas, ao desenvolvimento de habilidades relacionadas às atividades docentes, bem como à superação de dificuldades de aprendizado.

8.2 Política de Extensão no âmbito do curso

As atividades de extensão do curso de enfermagem da UESPI são regidas pela Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, e pela Resolução CEPEX nº 034/2020, que dispõe sobre a inserção das atividades de extensão na Matriz Curricular dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação da UESPI. A política de extensão tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas para a sociedade, compreendendo um número diversificado de atividades que possibilitem ao aluno ampliar o processo educativo para ações que vão além dos muros da Universidade, estimulando o estudante a ser agente na produção do conhecimento.



Segundo a Resolução CEPEX nº 034/2020, as atividades de extensão se vinculam à formação do corpo discente, conforme previsto nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UESPI, e de acordo com o perfil do egresso que é estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos demais documentos normativos da UESPI. Desse modo, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) fazem parte da matriz do curso de enfermagem desta IES e do histórico escolar do aluno, correspondendo a 10% da carga horária total do curso, sendo esta de 430 horas.

A UESPI mantém atividades de extensão indissociadas do ensino e iniciação à pesquisa conforme preconiza o artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Assim, as atividades de extensão desenvolvidas como Unidade Curricular Específica (UCE) serão cadastradas na matriz curricular nas modalidades:

I - Ações de Extensão I – Programas: Conjunto articulado de projetos e outras Ações de Extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino.

II - Ações de Extensão II – Projetos: Ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser vinculado ou não a programa envolvendo a participação dos discentes;

III - Ações de Extensão III – Cursos e/ou Oficinas: Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação previamente definidos, e Oficinas – Ação que constitui um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de confronto e troca de experiências;

IV - Ações de Extensão IV – Eventos: Ação que implica a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com comunidade específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela UESPI;

V - Ações de Extensão V – Prestação de Serviços: Conjunto de ações tais como consultorias, laudos técnicos e assessorias, vinculadas às áreas de atuação da UESPI, contratados por terceiros (comunidade, empresa, órgão público etc.) que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho,



priorizando iniciativas voltadas para diminuição das desigualdades sociais e que não resultem na posse de um bem.

Na elaboração dos encargos docentes do semestre seguinte, uma ACE é oferecida a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão desta IES. Para a oferta das ACEs, o curso de Bacharelado em Enfermagem formará a Comissão de Curricularização da Extensão (CCEX), a qual é formada por no mínimo 3 até o total de componentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), para fins de coordenação e supervisão dessas atividades.

Segundo a Resolução CEPEX nº 039/2020, a CCEX possui as seguintes atribuições:

I - Supervisionar o encaminhamento à Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários (PREX), o cadastro das propostas de ACE e dos seus respectivos relatórios (semestrais e/ou finais), conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UESPI;

II - Acompanhar e orientar a inscrição dos discentes do curso nas ACE, conforme calendário acadêmico e oferta na plataforma SIGPREX;

III - Fazer levantamento semestral das demandas dos discentes para participação nas ACE e propor, junto com os docentes do curso, alternativas de atendimento às referidas demandas;

IV - Acompanhar o cumprimento e registro das ACE no histórico do discente, lançado em sistema próprio (SIGPREX) pelo Coordenador da Atividade de Extensão em forma de Atividade Coursada (AC) e Atividade Não Coursada (ANC).

V - Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo estudante em concordância com o PPC;

VI - Promover reuniões com coordenadores das atividades de extensão e com docentes que ministram componentes com carga horária de extensão.

VII - Aprovar previamente no Colegiado do Curso as ACE que serão ofertadas a cada semestre, em período hábil para a PREX implementá-las no sistema.

As ACEs deverão ser cumpridas, preferencialmente, até o penúltimo semestre (9º bloco) do curso, sendo que o registro no histórico escolar da carga horária da atividade de extensão poderá ocorrer durante o transcorrer do curso. Ressalta-se que as



atividades de extensão são oferecidas aos discentes em turno integral, uma vez que o curso funciona nesta modalidade, em qualquer dia da semana.

As atividades de extensão a serem integralizadas no currículo do curso deverão ser registradas na plataforma SIGPREX da Pró-reitoria de Extensão e lançadas no histórico do aluno com as seguintes informações: nome e carga horária da atividade de extensão em que o aluno atuou e a integralização das horas das atividades exigidas neste PPC.

Assim, as Atividades Curriculares de Extensão para fins de integralização curricular do curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI deverão seguir as seguintes etapas:

- I - Elaboração das ACE pelo Coordenador da Atividade de Extensão;
 - II - Cadastramento das ACE, pelo Coordenador da Atividade de Extensão, na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – PREX;
 - III - Oferta, pela PREX das ACE cadastradas via módulo de extensão no SIGPREX;
 - IV - Inscrição dos discentes nas ACE, via módulo de extensão no SIGPREX;
 - V - Seleção dos discentes pelo Coordenador da Atividade de Extensão;
 - VI - Cadastro da equipe pelo Coordenador da Atividade de Extensão;
 - VII - Execução da ACE;
 - VIII - Envio do relatório (semestral e/ou final) à PREX contendo a lista de alunos que cumpriram a ACE, via módulo de extensão no SIGPREX, pelo Coordenador da Atividade de Extensão;
 - IX - Homologação do relatório pela PREX;
 - X - Registro no sistema SIGPREX, pelo Coordenador da Atividade de Extensão, do resultado obtido pelo discente na ACE realizada;
 - XI – Lançamento, pela PREG, da carga horária da ACE no histórico dos discentes.
- Além da mudança mais atual dos currículos dos cursos de graduação para incluir a curricularização da extensão, a UESPI lança anualmente edital para o Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU). O PIBEU tem como objetivo viabilizar a participação de discentes, regularmente matriculados nos cursos de graduação, do regime regular, por meio de bolsas; dos docentes e técnicos administrativos efetivos por meio da seleção de propostas de ações extensionistas e



membros da comunidade externa para uma relação transformadora entre universidade e sociedade.

O edital lançado em 2020 contemplou projetos de extensão com 70 bolsas no valor de R\$400,00, às quais são equitativamente distribuídas por áreas do conhecimento. Para tanto, os coordenadores e bolsistas das propostas selecionadas devem apresentar memoriais parcial e final de ações extensionistas, bem como os resultados obtidos em seminário próprio do PIBEU organizado pela UESPI.

8.3 Política de Pesquisa e Iniciação Científica

A UESPI compreende que o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão deva se realizar de forma articulada, a fim de produzir e divulgar o conhecimento através da produção científico-acadêmica nos campos técnico, científico e artístico-cultural, posicionando-se também como orientação e suporte às atividades de ensino e de extensão.

A UESPI elegeu como princípio para a implementação da pesquisa o estreitamento das relações da comunidade acadêmica com os processos da investigação científica, objetivando buscar respostas aos problemas da realidade na perspectiva da transformação social. Essa compreensão é necessária para a construção do conhecimento no âmbito dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UESPI.

A construção do conhecimento valorizado pelas pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduação da IES é garantida pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos da UESPI, tendo como diretriz a iniciação científica o mais precocemente possível. Para tanto, serão ofertadas as seguintes disciplinas: metodologia científica (Bloco I), estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa (Bloco III), seminário de pesquisa (Bloco VII), Trabalho de Conclusão de Curso I (Bloco IX) e Trabalho de Conclusão de Curso II (Bloco X). Assim, os alunos iniciarão a aproximação com os conhecimentos sobre a pesquisa, culminando com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que, preferencialmente, devem ser vinculados às linhas de pesquisa institucionais.



Os alunos da UESPI são formados para pensar além das suas vidas cotidianas, considerando que o conhecimento científico proporciona um embasamento para refletir sobre as bases sociais, políticas e econômicas da sociedade, influenciando em suas decisões e auxiliando na construção de sua identidade profissional.

As ações de pesquisa são divulgadas através do Edital anual, o qual regulamenta as etapas da concorrência, tais como inscrição e análise de projetos. O acompanhamento das ações realizadas ao longo dos projetos é feito por meio de relatórios parciais e finais entregues à Pró-reitoria de Pesquisa (PROP). O Comitê Interno de Pesquisa, formado por docentes do quadro efetivo, mestres e doutores de diversas áreas, é responsável pela seleção de projetos e bolsistas, feita de acordo com as normas publicadas em edital.

Os projetos de pesquisa propostos pelos professores da UESPI devem inicialmente, serem apreciados pelo Colegiado do Curso e Conselho de Campus/Centro, antes da submissão na Plataforma SIGPROP, seja para concorrência em Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) ou na modalidade fluxo contínuo. A apreciação por essas instâncias se faz necessária para análise da viabilidade e da relevância do tema, oportunidade em que é levada em consideração a integração com as linhas de pesquisa definidas pela Instituição como prioritárias, denominadas Linhas de Pesquisa Institucionais.

Neste contexto, a Coordenação de Pesquisa da UESPI objetiva coordenar, supervisionar, desenvolver e consubstanciar ações constantes no plano de atividades de pesquisa da UESPI e do Estado do Piauí, com vistas a melhorar sua operacionalização, propiciar a docentes e discentes condições para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, oferecendo subsídios técnicos e orientação na elaboração de projetos; articulação com órgãos nacionais e estrangeiros de pesquisa e fomento, objetivando o intercâmbio de recursos humanos e materiais para implantação de programas e projetos; manter cadastro de instituições científicas financiadoras e divulgar as pesquisas desenvolvidas por docentes, técnicos e discentes da UESPI.

A UESPI, através de sua Coordenação de Pesquisa, visa ainda:

- I. Estimular a produção do conhecimento científico, cultural e a inovação tecnológica;
- II. Fortalecer os grupos de pesquisa e estimular a formação de novos grupos;



- III. Contribuir com o desenvolvimento regional, nacional e internacional, estimulando ainda a pesquisa básica;
- IV. Ampliar a captação de recursos buscando o financiamento e subsídio para pesquisa;
- V. Fortalecer a relação entre a UESPI e as agências de fomento para ampliar o desenvolvimento da pesquisa;
- VI. Estimular a formação de parcerias público-privadas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa;

Para tanto, destacam-se as ações:

- 1) Estimular a capacitação de docentes pesquisadores.
- 2) Promover condições para o desenvolvimento de pesquisas acadêmico-científicas nas diferentes áreas do conhecimento humano.
- 3) Aprimorar e desenvolver os Programas de Iniciação Científica, buscando fomento interno e externo para pagamento de bolsas.
- 4) Estimular grupos de pesquisa emergentes.
- 5) Incentivar a formação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT).
- 6) Estimular a interação entre pesquisadores de áreas de conhecimento afins para que desenvolvam programa e iniciativas de pesquisas multidisciplinares.
- 7) Criar, estruturar e manter laboratórios multiusuários, permitindo a interação entre pesquisadores de áreas afins.
- 8) Estimular a participação dos docentes em intercâmbios de outras universidades e em Programa de pós-doutoramento.
- 9) Estimular e aprimorar mecanismos de apoio à pesquisa científica.
- 10) Estimular a publicação de pesquisas em periódicos nacionais e estrangeiros.
- 11) Incentivar a coordenação e participação em projetos temáticos e multidisciplinares.
- 12) Incentivar a participação de pesquisadores em projetos que visem a captação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI.
- 13) Construção de apoio direto através de editais de fomento à pesquisa.

Para fomentar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI, são desenvolvidas as seguintes ações:

- a) Submissão de projetos de pesquisa à plataforma SIGPROP em sistema de fluxo contínuo.



- b) Negociações para ampliação dos Programas de capacitação científica e tecnológica, que atualmente remonta aos Programas vinculados ao CNPq sendo eles:
- O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) tem como objetivo geral o apoio às atividades de pesquisa científicas realizadas por docentes e discentes da Universidade. A estrutura básica do programa tem como referência o PIBIC do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No edital 2021-2022 foram ofertadas 65 bolsas PIBIC-CNPq, 10 bolsas PIBIC-CNPq-AF, 37 bolsas PIBIC-UESPI-AF e 88 bolsas PIBIC-UESPI, todas no valor de R\$400,00. Os alunos não contemplados com bolsas ainda possuem a oportunidade de desenvolver projetos de pesquisa por meio do PIBIC Voluntário.
 - O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. No edital 2021-2022 foram ofertadas 4 bolsas PIBITI-CNPq e 5 bolsas PIBITI-UESPI.
 - Realização anual do Simpósio de Produção Científica da UESPI e Seminário de Iniciação Científica: evento registrado no calendário acadêmico da instituição e que conta com a participação de todas as áreas de pesquisa da Instituição e permite que ocorra intensa divulgação das pesquisas que são realizadas pelos docentes e discentes. Os trabalhos apresentados no Simpósio resultam em uma publicação digital na forma de livro de resumos (Anais). No último Simpósio ocorrido em dezembro de 2020 três alunos do curso de enfermagem de Parnaíba, sob orientação da Profa. Dra. Thatiana Maranhão, foram finalistas ao estarem entre os cinco melhores trabalhos da área de Ciências da Saúde e, destes, dois foram contemplados com premiações de 1º e 2º lugares.
 - Oferta de incentivos aos professores como: Concessão de afastamentos para cursar programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES com o salário integral; Concessão de bolsas de estudo para docentes matriculados em programas de doutorado e mestrado mediante edital específico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI); auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos científicos, educacionais e culturais;



cursos de treinamento e atualização profissional; e divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente;

c) Articulação de parcerias de cooperação interinstitucional, considerando a necessidade de pesquisa e publicação, a qualificação de pessoal e o intercâmbio científico-cultural, através: do intercâmbio de pesquisadores e de professores; da organização de cursos, conferências, seminários e outras atividades de caráter acadêmico e científico; do intercâmbio de informação e de publicações pertinentes para os objetivos estabelecidos;

d) Implementação e execução do Plano de Capacitação Docente, na busca de promover a qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão da UESPI, por meio de cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional, oportunizando aos seus professores e pessoal técnico-administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A gestão e organização das pesquisas desenvolvidas são realizadas a partir: do planejamento institucional anual de trabalho; dos editais de pesquisa e de iniciação científica; de critérios e rotinas para os trâmites relacionados à formação, cadastro e certificação dos grupos de pesquisa; e dos seminários mobilizadores e organizadores de todo o processo.

9 POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE

9.1 Programa de Acompanhamento Discente

A Universidade Estadual do Piauí através de seus departamentos, juntamente com o Colegiado e o Corpo Docente do curso de Bacharelado em Enfermagem, promove uma série de ações, por meios de programas institucionais que visam o acompanhamento dos discentes assegurando uma aprendizagem de qualidade e permanência no curso. Para isso há políticas de assistência estudantil como: Bolsa Trabalho, Auxílios Moradia, Transporte e Alimentação. Além disso, são fornecidas bolsas em Programas de Iniciação Científica (PIBIC), Iniciação em Desenvolvimento



Tecnológico e Inovação (PIBITI), Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU) e Programa de monitoria, onde os professores são encarregados de divulgar, acompanhar e orientar os discentes quanto aos programas em vigência.

Os discentes também são acompanhados durante o desenvolvimento das disciplinas por professores capacitados que fornecem o conteúdo técnico-científico, de forma contextualizada, estabelecendo relação da teoria com a prática, estimulando o senso crítico do aluno e mostrando o potencial do mercado de trabalho para absorver os discentes. Isso ameniza as dificuldades e estimula o interesse do aluno.

9.2 Monitoria de Ensino

A Monitoria na execução de um projeto elaborado pelo professor responsável, envolvendo atividades de caráter pedagógico a serem desenvolvidas pelo monitor com estudantes de determinada disciplina, visando à valorização da participação do aluno em atividades teórico-práticas, ao desenvolvimento de habilidades relacionadas às atividades docentes, bem como à superação de dificuldades de aprendizado.

Dessa forma, a monitoria, que regulamentada pela RESOLUÇÃO CEPEX nº 005/2020, é um programa que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação da UESPI tem como finalidade estimular a produção intelectual e científica, contribuindo para o despertar do interesse do aluno na atividade docente, através do aproveitamento do conteúdo obtido em sua formação acadêmica.

A monitoria não implica vínculo empregatício e será exercida sob a orientação de um professor, podendo ser remunerada ou de caráter voluntário, conforme disponibilidade de vagas. Os monitores devem iniciar suas atividades no início do período letivo e cumprir uma carga horária de 8 a 12 horas semanais, durante quatro meses que correspondem ao semestre letivo.

São considerados objetivos da monitoria:

- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino;



- Promover a cooperação entre professores e alunos;
- Dinamizar as ações didaticopedagógicas, envolvendo os alunos na operacionalização das ações cotidianas relacionadas ao ensino aprendizagem da UESPI;
- Estimular à iniciação à docência.

9.3 Programa de Nivelamento

A UESPI implantou um Programa de Nivelamento apoiado nas ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação pelo Núcleo de Educação a Distância TICs fomentadas NEAD.

A UESPI entende que um programa de nivelamento deve ser compromissado com a realidade social, deve compreender as relações entre o nivelamento dos conceitos básicos para que o discente possa ter um bom desempenho acadêmico e deve levar em consideração o atual processo de ensino-aprendizagem vislumbrado em nosso país, além da educação superior de qualidade. Assim, consideramos fundamental uma revisão dos esquemas tradicionais implementados ao ensino, em detrimento da formação de profissionais com competência técnica e politicamente comprometida com os problemas sociais. Essa reorientação metodológica também se faz necessária diante do atual contexto histórico social, econômico e cultural brasileiro.

A partir dessa postura reflexiva, buscaram-se oportunidades para que o ensino se redirecione, desvinculando-se da perspectiva tradicional e orientando-se para uma prática interdisciplinar na formação de uma comunidade engajada na solução de suas dificuldades de aprendizagem. Salientamos que não basta agregar o nivelamento às ações de ensino dos cursos de graduação da UESPI: é necessária a sedimentação do processo de nivelamento como articulador entre o ensino, a extensão e a comunidade acadêmica.

O programa de nivelamento será ofertado como um projeto de extensão dependendo da necessidade do aprofundamento nos conteúdos ministrados. Vale ressaltar, que os alunos são incentivados a participarem em razão da importância da atividade para sua formação. Como motivação, a Instituição, oferecerá um certificado



de participação, cujas horas poderão ser contabilizadas como Atividades Complementares.

9.4 Regime de Atendimento Domiciliar

De acordo com o Regimento Geral da UESPI, o Regime de Atendimento Domiciliar poderá ser concedido ao aluno, regularmente matriculado, sendo caracterizado pela execução, pelo discente, em seu domicílio, de atividades prescritas e orientadas. A partir da consolidação do Núcleo de Educação a Distância da UESPI, esse atendimento deverá ocorrer preferencialmente como atividades online via plataforma da IES.

Deve ser solicitado via protocolo SEI com as devidas justificativas, se necessário cópia de atestado, relatórios ou documentos comprobatórios para que o pedido possa ser aceito pela coordenação do curso e encaminhado ao professor da disciplina para as devidas providências.

9.5 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPPS)

Para mediação de situações conflitantes entre alunos e professores, alunos e alunos, a UESPI mantém o NAPPS articulado com as coordenações de curso e com as Direções de Campi da IES. O NAPPS é constituído por uma secretária, uma Psicóloga e uma Psicopedagoga e deve ser estruturado nos Campi da UESPI para atendimento presencial ou online das demandas que surgirem.

9.6 Ouvidoria

A UESPI mantém em funcionamento permanente a Ouvidoria online. O aluno possui a funcionalidade de acessar a ouvidoria pelo aluno online e sugerir, criticar, elogiar, enfim opinar sobre as questões pertinentes possuindo, assim, mais uma forma de apoio dentro da IES.



9.7 Auxílio Moradia e Alimentação

A Política de Assistência Estudantil na UESPI, contribui para redução da evasão e incentivo à permanência de alunos nos cursos de graduação, disponibilizando auxílio financeiro por meio de programas específicos, atendendo em especial os nossos estudantes mais carentes.

Os principais programas implantados na UESPI são:

- Bolsa-Trabalho: oferece aos discentes, a oportunidade de complementação de recursos financeiros para permanência na UESPI, possibilita experiência profissional e contribui para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e ética no serviço público.
- Auxílio-Moradia: complementação financeira para suprir despesas com moradia aos discentes que residem em município diferente daqueles em que estão matriculados
- Auxílio-transporte: possibilita aos discentes selecionados que residem em outro município ou localidade (zona rural), aquisição de complementação financeira para custear despesas com deslocamento diário até a cidade em que estão regularmente matriculados.
- Auxílio-alimentação : tem como objetivo prover uma refeição diária durante todo o Período Letivo ao discente que comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, a UESPI mantém convênios com diversas instituições e empresas públicas e privadas, possibilitando a realização de estágios extracurriculares, como forma de melhorar a formação acadêmica de nossos estudantes e contribuir com sua inserção no mercado de trabalho

10 CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

10.1 Professores: disciplinas, titulação e regime de trabalho

Relaciona-se no Quadro a seguir, em ordem alfabética, o corpo docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI, com as respectivas titulações, responsabilidades por disciplinas, regime de trabalho.



Quadro 01: Corpo docente lotado no curso de Bacharelado em Enfermagem do Campus Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba, Piauí, Brasil.

Nome do Docente/CPF	Formação	Titulação	Reg de Trabalho	Disciplinas
Profa. Ma. Cassandra Mirtes de Andrade Rêgo Barros CPF: 41230671315	Enfermagem	Mestre	40 hs	- Trabalho em campo I “a comunidade local”; - Trabalho em campo II “a comunidade local”; - Trabalho em campo VI “saúde do adulto e idoso”. - Saúde ambiental; - Saúde do adulto e do idoso II;
Profa. Ma. Cleidiane Maria Sales de Brito CPF: 84085533304	Enfermagem	Doutora	DE	- Saúde do adulto e idoso I; - Trabalho em campo VI “saúde do adulto e idoso”. - Trabalho em campo IX “saúde do Adulto e do Idoso – hospitalizado”. - Estágio curricular I. - Estágio curricular II;
Profa. Ma. Gerarlene Pontes Guimarães Santos CPF: 78557917368	Enfermagem	Mestre	40 hs	- Enfermagem em moléstias infecciosas; - Trabalho em campo XIII “enfermagem em doenças infecciosas”; - Saúde da criança e do adolescente II; - Epidemiologia. - Estágio curricular I. - Estágio curricular II;
Prof. Dr. Gustavo Wilson de Sousa Mello CPF: 88027996368	Médico Veterinário	Doutor	DE	- Histologia e Embriologia; - Fisiologia Humana - Patologia e processo gerais; - Parasitologia;
Prof. Me. Joel Araújo dos Santos CPF: 67164234353	Enfermagem	Mestre	40 hs	- Saúde da Mulher I; - Saúde da mulher II; - Semiologia e semiotécnica; - Trabalho em Campo VII - “saúde da mulher”; - Trabalho em Campo XIII - saúde da mulher “Gineco-Obstetrícia” - Estágio curricular II;



Prof. Me. Joelson dos Santos Almeida CPF:043.205.383-23	Enfermagem	Mestre	40 hs	<ul style="list-style-type: none">- Saúde Coletiva;- Saúde Ambiental;- Saúde Mental e Psiquiatria;- Trabalho em Campo XI “saúde mental e psiquiatria”;- Trabalho em Campo X “enfermagem perioperatória”;- Estágio curricular I;
Profa. Ma. Maria do Socorro Candeira Costa CPF: 27501442304	Enfermagem	Mestre	40hs	<ul style="list-style-type: none">- Saúde do trabalhador;- Administração de Enfermagem na rede Hospitalar,- Trabalho em campo XIV: Administração da Assistência de Enfermagem na rede hospitalar;- Estágio curricular I;
Profa. Ma. Maria Solange Leopoldo Feitosa CPF: 41229053387	Enfermagem	Mestre	40 hs	<ul style="list-style-type: none">- Fundamentos de enfermagem;- História da enfermagem;- Didática aplicada à Enfermagem;- Nutrição e Dietoterapia;- Enfermagem Perioperatória;- Enfermagem em Estomaterapia;- Cuidados paliativos;- Emergência em Enfermagem.- Trabalho em campo XV “enfermagem em emergência”;
Prof. Ma. Senira de Oliveira Rodrigues Lavor CPF: 89730151334	Enfermagem	Mestre	40 hs	<ul style="list-style-type: none">- Enfermagem em cuidados intensivos;- Trabalho em campo XVI “enfermagem em UTI”;- Estágio curricular I;- Estágio curricular II;



Profa. Ma. Rayla Maria Pontes Guimarães Costa CPF: 74908553300	Enfermagem	Mestre	40 hs	<ul style="list-style-type: none">- Saúde da criança e do adolescente I;- Trabalho em campo V "a criança e o adolescente na família, na escola e comunidade";- Trabalho em campo VIII "a criança e o adolescente hospitalizada";- Trabalho em campo III - "didática aplicada a enfermagem-escolar"
Profa. Dra. Thatiana Araújo Maranhão CPF: 02295548306	Enfermagem	Doutora	DE	<ul style="list-style-type: none">- Bioestatística- Seminário de Pesquisa.- Bioética e legislação em enfermagem;- Monografia em Enfermagem I;- Monografia em Enfermagem II;- Metodologia da Pesquisa.

10.2 Política de Apoio ao Docente

10.2.1 Plano de Carreira Docente

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério UESPI, aprovado pela Lei Complementar Nº Superior da 124/2009, disciplina o ingresso, a progressão funcional, a política de qualificação e remuneração da carreira docente, os direitos, deveres e obrigações dos docentes, estando devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do dia 01 de Julho de 2009.

A contratação do pessoal docente é feita mediante Concurso Público a partir da comprovação de necessidade pela UESPI e autorizada pelo Governo do Estado do Piauí, respeitada a legislação vigente, sendo seu enquadramento funcional realizado conforme previsto na referida Lei.

De acordo com a Resolução CEPEX Nº 039/2017, o pessoal docente da UESPI está sujeito à prestação de serviços semanais, dentro dos seguintes regimes:



- I. TP 20 Tempo Parcial 20H: docentes contratados com vinte horas semanais de trabalho, na UESPI, nelas reservado o tempo de 10 horas semanais destinadas a regência de sala de aula, sendo as demais 10h destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos;
- II. TI 40 Tempo Integral 40H: docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho na UESPI, nelas reservado o tempo de 12 horas semanais destinadas a regência de sala de aula e mais 12 horas destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos. As demais 16 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.
- III. DE Regime de Dedicção Exclusiva 40H: docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho exclusivo na UESPI, nelas reservado o tempo de 16 horas semanais destinadas a regência de sala de aula e mais 16 horas destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos. As demais 8 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.

10.2.2 Plano de Capacitação Docente

O Plano de Capacitação Docente da UESPI busca promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão dos cursos da IES, por meio de:

- cursos de pósgraduação, de treinamento e de atualização profissional;
- oficinas de capacitação docente;
- cursos de extensão.

São oferecidos aos professores, dentre outros, incentivos como:

- afastamento para cursar pós-graduação;
- auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais;
- cursos de treinamento e atualização profissional;
- divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente.



10.2.3 Política de Acompanhamento Docente

O Núcleo Docente Estruturante - NDE de cada curso acompanha os docentes na operacionalização do PPC do curso. Neste sentido, o Coordenador do curso (Presidente do NDE) articula-se com todos os professores, incentivando-os e apoiando-os em todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, promove a criação de um ambiente acadêmico favorável à consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e do PPC e incentivando a utilização de práticas pedagógicas inovadoras.

11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

11.1 Coordenação do Curso

- Nome da Coordenador local: Prof. Me. Joelson dos Santos Almeida.
- Titulação: Mestre.
- Tempo de experiência profissional no ensino superior: quatro anos.
- Tempo de experiência de coordenador do curso no magistério superior: 1 ano.
- Tempo de experiência profissional relevante na área profissional do curso: quatro anos.

11.2 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso, órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso de graduação, é constituído dos seguintes membros:

I - Coordenador de Curso;

II - Professores efetivos lotados no Curso; e

III - Um (1) representante do corpo discente do curso, escolhido pelos alunos do curso, com mandato de um (1) ano, admitida uma recondução por igual período e cumpridas as exigências do Regimento do Campus.



O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - pronunciar-se sobre o projeto pedagógico do curso, programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, articulados com os objetivos da UESPI e com as presentes normas regimentais;

II - pronunciar-se quanto à organização pedagógica-didática dos planos de ensino de disciplinas, elaboração e ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e de avaliação e bibliografia;

III - apreciar programação acadêmica que estimule a concepção e prática interdisciplinar entre disciplinas e atividades de distintos cursos;

IV - analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em disciplinas com vistas a pronunciamentos pedagógico-didático e acadêmico e administrativo;

V - inteirar-se da concepção de processos e resultados de Avaliação Institucional, Padrões de Qualidade para Avaliação de Cursos, Avaliação de Cursos (ENADE) e Avaliação de Desempenho e Rendimento Acadêmico dos Alunos no Curso com vistas aos procedimentos acadêmicos; e

VI - analisar e propor normas para o estágio supervisionado, elaboração e apresentação de monografia e de trabalho de conclusão de curso a serem encaminhados ao CONSEP.

11.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é órgão consultivo da coordenação de curso que tem por responsabilidade conduzir a concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico de Curso no intuito de propagar conhecimentos e integração dos saberes e práticas no campo do ensino, pesquisa e extensão.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), em atenção à Resolução CONAES Nº 001/2010, e obedece a Resolução CEPEX 036/2014 é composto por:



Quadro 02: Núcleo Docente Estruturante do Curso Bacharelado de Enfermagem do *Campus Alexandre Alves de Oliveira*.

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Profa. Ma. Cassandra Mirtes de Andrade Rego Barros	Mestra	40h
Prof. Dr. Gustavo Wilson de Sousa Mello	Doutor	DE
Prof. Me. Joel Araújo dos Santos	Mestre	40h
Prof. Me. Joelson dos Santos Almeida	Mestre	40h
Profa. Ma. Maria do Socorro Candeira Costa	Mestra	40h
Profa. Ma. Maria Solange Leopoldo Feitosa	Mestra	40h
Profa. Ma. Senira de Oliveira Rodrigues Lavor	Mestra	40h
Profa. Dra. Thatiana Araújo Maranhão	Doutora	DE

12 ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO

12.1 Infraestrutura Física e de Recursos Materiais

O *Campus Alexandre Alves de Oliveira* encontra-se na Avenida Nossa Senhora de Fátima, S/n , Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 64200-202, em um novo prédio, moderno composto de três anexos com os seguintes espaços e equipamentos:

- 20 salas de aula climatizadas com duas centrais de ar de 18.000 BTU (cada);
- Espaço para 04 (quatro) laboratórios (Engenharia Agrônômica/Biologia e Enfermagem);
- 1 Sala de Professores;
- Uma sala de brinquedoteca;
- Um almoxarifado;
- Sala de Coordenadores;
- Biblioteca e Sala de estudos;
- Auditório com capacidade para aproximadamente 200 pessoas;
- Um Laboratório de Informática equipados com 35 máquinas;
- Laboratório de Biologia, com equipamentos básicos para a prática de microbiologia e de outras disciplinas básicas.
- Laboratório de Enfermagem, que possui equipamentos básicos para as aulas práticas de enfermagem e de anatomia. Vale ressaltar, que o laboratório de



enfermagem está em fase de licitação de materiais e manequins de acordo com a Aprovação do Termo de Referência pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (convênio 879720/2018) em 05 de outubro de 2021.

- Laboratório de Engenharia Agronômica;
- 965 carteiras estudantis novas;
- Conjunto de mobiliários novos para professores (um por sala);
- Fichários e armários de aço;
- Quadros acrílicos novos;
- Cantina e Praça de alimentação;
- Sala de Ginástica e de Educação Física;
- Vestuário (masculino e feminino);
- Quadra Poliesportiva;
- Banheiro (masculino/ feminino e acessibilidade);
- Amplo estacionamento;
- Guarita de segurança;
- Sala de Direção;
- Secretaria;
- Núcleo de apoio;
- Poço tubular com capacidade para 20.000 L/h;

12.1.1 Secretaria Acadêmica/ Diretório de Assuntos Acadêmicos (DAA)

A Secretaria Acadêmica em Parnaíba (PI) é desempenhada pelo Departamento de Ensino, órgão responsável pela matrícula e movimentação discente, pela documentação, pelos registros e controles acadêmicos.

Parágrafo único. O Departamento de Ensino é dirigido pelo Secretário Acadêmico, designado pelo Diretor Geral.

Compete ao Secretário Acadêmico:

- I. Responsabilizar-se pela guarda e conservação de documentos, diários de classe e outros meios de registro e arquivo de dados;
- II. Orientar e acompanhar a execução do atendimento, do protocolo e dos registros acadêmicos;



- III. III. Autorizar e controlar o fornecimento de cópias de documentos aos interessados;
- IV. e IV. Expedir, por autorização do Diretor Geral, certidões e declarações relativas à vida acadêmica dos discentes.

12.1.2 Biblioteca

O *Campus* de Parnaíba dispõe de uma biblioteca, tendo como responsável o servidor Alan dos Santos Machado que atua nos turnos vespertino e noturno. Instalada em um amplo espaço climatizado, para acervo bibliográfico, salas de estudo e área de leitura. Possui computadores, para registro de acervo e 01 impressora. O acervo total da biblioteca consta com 3.316 títulos e 5.553 exemplares distribuídos conforme o quadro abaixo:

Quadro 03: Lista de livros do acervo da biblioteca do *Campus Alexandre Alves Oliveira* de acordo com a área de assuntos

NÚMERO CDD	ÁREA DO ASSUNTO	NÚMERO DE EXEMPLARES
0 – 99	Generalidades	249
100 - 199	Filosofia	105
200 - 299	Religião	25
300 - 399	Ciências Sociais	960
400 - 499	Filologia	365
500 - 599	Ciências Naturais	268
600 - 699	Tecnologias (Ciências Aplicadas)	764
700 - 799	Artes	117
800 - 899	Literatura	295
900 - 999	Geografia e História	65

O acervo da área de Enfermagem conta com 543 livros, 180 Trabalhos de Conclusão de Curso e encontra-se dentro da área das Ciências Aplicadas. Além dos livros de área específica, o acervo para o curso de Bacharelado em Enfermagem conta com livros de áreas afins da educação, filosofia, sociologia e ciências naturais.

Para as disciplinas que integram o curso são indicados livros da bibliografia básica e complementar para compor o acervo. Algum possível déficit é sanado pela



habilidade dos professores em buscarem complementações externas com adições de artigos científicos e uso de outros livros externos à biblioteca local.

O empréstimo de livros é feito em um livro de registros manualmente, para acadêmicos cadastrados que preenchem uma ficha de identificação com nome, foto, matrícula, nome do curso, endereço e assinatura. O prazo é de sete dias, renováveis por igual período mediante o preenchimento de um formulário contendo nome do livro, autor, data de entrega e devolução, assinatura do acadêmico e do funcionário responsável. Passado o período estipulado é cobrada uma multa de R \$1,00 por dia útil de atraso. Os livros são dispostos nas prateleiras, organizados por áreas afins, de forma acessível aos estudantes e professores.

Para garantir um acervo atualizado e condizente com a demanda de seus cursos, a UESPI se utiliza de três formas de aquisição de material bibliográfico: compra, permuta e doação. Uma verba específica no orçamento da UESPI, com previsão de 2% dos recursos semestrais, é destinada para aquisição de livros, obras de referência, softwares, materiais audiovisuais e assinatura permanente de periódicos dos cursos.

No que se refere às doações, a biblioteca investe em campanhas de incentivo de doação de material bibliográfico e audiovisual por professores, discentes, profissionais e instituições da comunidade.

13 PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O planejamento econômico e financeiro dos cursos da UESPI inclui a previsão das receitas e despesas dos diversos cursos credenciados na instituição, sendo realizado com base nas especificações indicadas nas planilhas de custos constantes do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), documento que estabelece os objetivos e as metas da UESPI pelo período de cinco anos, considerando a Missão, a Visão e os Valores da instituição.

Os recursos financeiros são previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Governo do Estado do Piauí e, cabe a Pró-reitoria de Planejamento e Finanças (PROPLAN) trabalhar incessantemente no sentido de viabilizar a revisão e principalmente a execução orçamentária e financeira da UESPI. Para isso, é



desenvolvida uma gestão junto ao Governo do Estado e demais órgãos administrativos e financeiros. Além disso, são realizadas captações de recursos junto aos órgãos do Governo Federal, especialmente no Ministério da Educação MEC.

As despesas de pessoal são estimadas com base nos salários de docentes e de técnicos administrativos da instituição. A remuneração dos professores é definida, conforme o Plano de Carreira Docente, com base na titulação e no regime de trabalho.

Os docentes também podem ser remunerados através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), implementado na UESPI a partir de 2010, fomentando a oferta de Cursos de Educação Superior para os professores em exercício na rede pública de Educação Básica no Estado do Piauí. Essa ação possibilita que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB.

A UESPI também oferta cursos na modalidade à distância, financiados com recursos do governo federal destinados a programas e projetos de ampliação e interiorização do ensino superior público no Brasil na modalidade à distância.

A Universidade Estadual do Piauí conta com convênios com o governo federal em alguns programas específicos como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST) com recursos destinados a promover apoios à permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes de forma a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de evasão. Esse programa oferece assistência à alimentação e transporte.

A Universidade Estadual do Piauí oferta o PIBID, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, que tem por objetivo estimular a carreira docente nos cursos de licenciatura, através da Pró Reitoria de Extensão,



Assuntos Estudantis e Comunitários PREX e parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

14 REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

A representação estudantil é valorizada na UESPI como forma de melhorar a dialogicidade entre a comunidade estudantil e a administração da IES. Poderão exercer a representação estudantil alunos regularmente matriculados na UESPI. Esse exercício se materializa nos Centros Acadêmicos (CA), que se constituem em espaços de discussão, análise e reivindicações. Esses espaços são incentivados e ofertados pela UESPI na forma de salas com a infraestrutura mínima necessária ao funcionamento do CA.

O exercício de qualquer função de representação estudantil ou dela decorrente não eximirá o aluno do cumprimento de seus deveres acadêmicos para integralização do curso.

15 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTOS DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos na UESPI é feito através da avaliação institucional, bem como por meio de questionários aplicados aos empregadores, quando estes opinam sobre o papel social dos Cursos, o perfil técnico político e ético do egresso.

A Instituição oferta cursos de pós-graduação e formação continuada e garante aos egressos situações diferenciadas de acesso e permanência, assim como garante o seu acesso à Biblioteca e à participação em palestras e eventos técnico-científicos.

Está sendo, ainda, articulado um Projeto de Extensão Permanente que cria o Fórum Anual de Egressos da UESPI denominado “Filhos da UESPI: onde estão? O que fazem?”.



16 AVALIAÇÃO

16.1 Avaliação de Aprendizagem

A avaliação de aprendizagem escolar está regulamentada pela resolução CEPEX N°. 012/2011 e pela Subseção VII do Regimento Geral da UESPI. É feita por disciplina e resguarda a autonomia docente.

A frequência às aulas e demais atividades escolares, é permitida apenas aos matriculados, naquele curso e disciplina, é obrigatória, sendo vedado, em qualquer circunstância, o abono de faltas, exceto nos casos previstos em lei.

Independentemente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% das aulas e demais atividades programadas para cada disciplina.

A verificação da presença com conseqüente registro da frequência é obrigatória, de responsabilidade do professor, e deve ser realizada no início de cada aula.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos no conjunto de avaliações de cada disciplina. Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de provas escritas, testes e demais trabalhos, bem como julgar-lhes os resultados. As provas escritas visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e, de acordo com o Art. 66 do Regimento da IES deverão:

- ser em número de duas para as disciplinas com carga horária inferior a 60H;
- ser, nas disciplinas com carga horária igual ou superior a 60H, em número de 3 avaliações.

O exame final realizado após o período letivo regular, isto é, após o cumprimento dos dias letivos semestrais estabelecidos pela legislação em vigor, visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina e deverá abranger todo o assunto ministrado pelo professor da disciplina ao longo do período letivo. A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez).



Ressalvado o disposto na lei, atribui-se nota 0 (zero) ao aluno que deixar de submeter-se à verificação prevista, na data fixada, bem como ao que nela utilizar-se de meio fraudulento detectado, seja quando da realização da ação irregular, seja através da sua comprovação a posterior.

Ao aluno que deixar de comparecer à verificação regular na data fixada, pode ser concedida oportunidade de realizar uma Segunda Chamada da avaliação, através de solicitação do interessado, estritamente de acordo com normatização interna, e válida a partir do início das aulas imediatamente subsequente à sua edição.

É permitida a revisão de provas, desde que solicitada pelo interessado, de acordo com os prazos e a forma estabelecida em normatização específica, elaborada pelo CEPEX.

O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, seja a média final de curso mínima exigida, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento, estabelecidas neste Regimento.

É promovido ao período letivo seguinte o aluno que não for reprovado em menos de três disciplinas do período letivo cursado, tendo especial atenção aos pré-requisitos estabelecidos neste PPC. O aluno promovido em regime de dependência, ou seja, aquele que for reprovado em pelo menos uma e no máximo duas disciplinas de um período letivo, deverá matricular-se obrigatoriamente nas disciplinas em que foi reprovado, e também, obrigatoriamente, nas disciplinas do período para o qual foi promovido, condicionando-se a matrícula à:

- Compatibilidade de horários, aplicando-se a todas as disciplinas as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidos nos artigos anteriores e;
- Desde que as referidas disciplinas não se constituam pré-requisitos para aquelas ofertadas no bloco seguinte.

Para fins de aprovação na disciplina, observa-se-á o disposto nos Artigos 1º e 2º da Resolução CEPEX Nº 012/2011 que definem o registro das avaliações em escala de 0 (zero) a 10 (dez), com os seguintes resultados:

- De 0 a 3,9 – aluno reprovado;
- De 4 a 6,9 – aluno de exame final;
- De a 7,0 a 10,0 - aluno aprovado por média.



A UESPI adotará formas alternativas de avaliação que favoreçam o desenvolvimento inter e multidisciplinar. A UESPI, ainda, verificará a cada semestre o rendimento do aluno durante o processo, ou seja, no transcorrer do semestre ou no momento em que o assunto está sendo lecionado não de forma isolada, mas conjunta, ou seja, as avaliações abrangem o conjunto de conhecimentos que está sendo e/ou foi ministrado.

16.2 Avaliação Institucional

A Comissão Própria de Avaliação - CPA da Universidade Estadual do Piauí-UESPI está instituída de acordo com o inciso I, parágrafo 2º do art. 7º da Portaria MEC nº 2.051/2004, validada institucionalmente pela Portaria UESPI Nº 0243/2020 sendo composta pelos seguintes membros:

Em 2020, a UESPI instituiu as CPAs Setoriais, a de Parnaíba, via Portaria nº 0404, de 11 de dezembro de 2020 é composta pelos seguintes membros:

1. Representantes docentes: Prof. Francisco das Chagas Rocha – Coordenador, Profa Solange Aparecida de Campos, Profa. Fabrícia Teles, Profa. Aurinete Daienn Borges do Val, Profa Maria da Conceição Sampaio Alves e Prof. Bruno Barcellos Annuziata.

A UESPI optou pela avaliação institucional anual, processo que permite a tomada de decisão no ajuste de ações visando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Avaliação Institucional está incorporada ao cotidiano da Instituição, de maneira a criar uma cultura de avaliação. Todos os que fazem a UESPI colaboram ativamente com as atividades de avaliação, de maneira a tornar o processo participativo, coletivo, autônomo, livre de ameaças, crítico e transformador dos sujeitos envolvidos e da Instituição.

Dessa forma, todos participam do processo de Avaliação Institucional, dando sua opinião sobre aspectos positivos, negativos, problemas e apontando soluções, de modo a promover um crescente compromisso dos sujeitos envolvidos com o Projeto Institucional da UESPI.



Seus objetivos voltam-se basicamente para:

- promover a permanente melhoria das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão no âmbito da UESPI.
- aperfeiçoar o projeto político-pedagógico da UESPI.
- propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas da pesquisa, ensino, extensão e da gestão.
- fazer um diagnóstico permanente das atividades curriculares e extracurriculares, a fim de verificar de que maneira elas atendem as necessidades do mercado de trabalho.
- propor mudanças do projeto pedagógico ouvindo os alunos, professores e funcionários técnico-administrativos e estimulando-os a participarem ativamente do processo.

16.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem é avaliado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI) nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, conforme instrumentos e indicadores do CEE. As avaliações implicam em ajustes do PPC com o intuito de melhorar sua aplicabilidade.

No âmbito da UESPI, o PPC é avaliado e atualizado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), desde a sua elaboração até a execução do ciclo completo de formação do profissional, tanto com a análise dos indicadores - avaliação de disciplina, professores, recursos, metodologias, estrutura física, dentre outros – quanto ao produto – desempenho, alcance do perfil pretendido – incluindo também a participação nos processos de auto-avaliação institucional, conforme diretrizes da IES.

16.4 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso

A Coordenação do Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI se articula com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para promover as ações decorrentes da autoavaliação institucional, baseadas no relatório anual da CPA. Além



disso, os relatórios gerados pelas Comissões de verificação *in loco* (avaliação externa) são contemplados com uma análise geral para a criação de ações de saneamento das deficiências apontadas. O desempenho dos alunos no ENADE é balizador de uma série de ações que envolvem:

- Oficinas com coordenadores e NDE dos cursos para atender solicitações de ajustes realizadas pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI).
- Capacitação discente para a compreensão do ENADE realizada pela PREG junto aos cursos que farão ENADE;
- Oficina de capacitação docente para a elaboração de itens no padrão BNI/ENADE realizada pela PREG uma vez por ano.

Dessa forma, as ações desenvolvidas como resultado dos processos de avaliação, estão incorporadas ao cotidiano do curso (CPC, ENADE, Avaliação externa e autoavaliação) de uma forma integrada e articulada com a Coordenação de curso, Diretoria e CPA.

16.5 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

O Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESPI entende as TICs como uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a UESPI disponibiliza a utilização de Projetores Multimídias para o desenvolvimento de aulas teórico-práticas, computadores com acesso a internet (laboratório de informática e biblioteca), dentre outros.

A UESPI possui, ainda, um Ambiente Virtual de Aprendizagem, baseado no MOODLE, formatado para o desenvolvimento de atividades didáticas dos seus cursos reconhecidos (Portaria 4.059/2004). Para os cursos que ainda não possui portaria de reconhecimento, as atividades de ensino-aprendizagem nesse ambiente, serão implementadas apenas após o reconhecimento do curso.

A operacionalização das TICs no âmbito dos cursos é feita no site da UESPI via Núcleo de Educação a Distância – NEAD e a partir de demandas oriundas das coordenações de curso. O NEAD realiza oficinas periódicas de capacitação docente e discente para as TICs na forma de dois projetos permanentes de Extensão.



16.5.1 Adesão à oferta de carga horária na modalidade de Ensino À Distância - EAD em cursos de graduação presenciais

Dado o contexto social, político e econômico atual e as possibilidades que a modalidade oferece para a democratização do acesso ao ensino superior e à formação continuada, a EAD passa a ser vista e especialmente valorizada como dinâmica pedagógica, trazendo mudanças, articuladas ao contexto social e tecnológico inovador, nos seus aspectos formativos e na relação professor-aluno, o que a caracteriza com especificidades, tornando-a uma modalidade educacional.

Considerando a EAD, antes de tudo, educação, admitimos que ela também se define como processo de formação humana cujas finalidades podem ser resumidas no preparo do aluno para o exercício da cidadania, com toda a complexidade que isso implica. Ela representa a possibilidade de propor estruturas e formas alternativas de aprendizagem, que poderão ter grande impacto na educação em geral, é inovadora e criativa, inter-relaciona a educação formal sequencial e a permanente, viabiliza o aprender como uma função central elementar da vida humana, contribui para igualar as chances educacionais e para superar privilégios educacionais.

O marco legal da EAD no Brasil remonta à Lei de Diretrizes e Bases das Educação – LDB (Lei 9.394/1996) que em seu art. 80 define que:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.



A Portaria MEC Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino à Distância - EAD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES.

Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EAD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

A UESPI, por meio da Resolução CEPEX Nº. 023/2022 estabeleceu que caberá a cada Núcleo Docente Estruturante – NDE e a cada Colegiado de curso, à partir do diálogo com os docentes do curso, propor a possibilidade de oferta de conteúdos à distância em seus cursos presenciais e ajustar o Projeto Pedagógico de Curso, conforme normativa vigente.

No entanto, o PPC do curso de Bacharelado em Enfermagem permanecerá com o ensino do curso na modalidade 100% presencial e portanto, não adotará a metodologia de educação à distância.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
Rua João Cabral, 2231 Norte - Bairro Pirajá, Teresina/PI, CEP 64002-150
Telefone: - <https://www.uespi.br>

RESOLUÇÃO CEPEX 065/2022
2022

TERESINA(PI), 10 DE NOVEMBRO DE

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o processo nº 00089.019408/2022-46;

Considerando o memo/despacho q solicitou a retificação

RESOLVE

Art. 1º - RETIFICAR A RESOLUÇÃO CEPEX 052/2022, que aprovou o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENFERMAGEM** a ser ofertado no *Campus* "Profº Alexandre Alves de Oliveira" - Parnaíba-PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

ONDE SE LÊ: (5548121)

LEIA-SE: (5672329)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO ALBERTO DE SOUSA - Matr.0268431-4**, **Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, em 28/12/2022, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6292939** e o código CRC **AE2BC06B**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00089.019408/2022-46

SEI nº 6292939

RESOLUÇÕES**RESOLUÇÃO CEPEX 064/2022 TERESINA(PI), 26 DE DEZEMBRO DE 2022**

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o processo nº 00089.017023/2022-44;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

2Considerando deliberação do CEPEX, na 229ª Reunião Extraordinária, em 22/11/2022,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO** (6159710), a ser ofertado no *Campus* "Profº Antônio Geovanne Alves de Sousa" - Piri-piri-PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX

REF.1690

RESOLUÇÃO CEPEX 065/2022 TERESINA(PI), 10 DE NOVEMBRO DE 2022

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o processo nº 00089.019408/2022-46;

Considerando o memo/despacho q solicitou a retificação

R E S O L V E

Art. 1º - **RETIFICAR A RESOLUÇÃO CEPEX 052/2022**, que aprovou o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENFERMAGEM** a ser ofertado no *Campus* "Profº Alexandre Alves de Oliveira" - Parnaíba-PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

ONDE SE LÊ: (5548121)

LEIA-SE: (5672329)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX

REF.1719

TERMOS DE FOMENTO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01 AO FOMENTO Nº 05/2022**

Nome do Contratante: Fundação dos Esportes do Piauí – FUNDESPI.

CNPJ da Contratante: 05.793.590/0001-70

Nome da Contratada: FEDERAÇÃO DE HANDEBOL DO ESTADO DO PIAUÍ

CNPJ da Contratada: 06.727.218/0001-29

Objeto do Contrato: PROJETO HANDEBOL MAIS FORTE.

Processo Administrativo: 00337.000445/2022-10

Resumo do Objeto do Aditivo: O objeto do presente termo aditivo é a alteração do prazo de vigência do termo de fomento nº 08/2022, cujo objeto é a realização PROJETO HANDEBOL MAIS FORTE. O prazo de vigência será ampliado de 01/01/2023 até 28/02/2022.

Data da Assinatura do Termo Aditivo: 28 de dezembro de 2022.

Signatários do Contrato: Pela Contratante: Clemliton Luiz Queiroz Granja
Pela Contratada: Jardel Glaydson de Rezende Sousa

CLEMILTON LUIZ QUEIROZ GRANJA

Presidente da FUNDESPI

REF.1588

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01 AO FOMENTO Nº 08/2022

Nome do Contratante: Fundação dos Esportes do Piauí – FUNDESPI.

CNPJ da Contratante: 05.793.590/0001-70

Nome da Contratada: FEDERACAO DE TENIS DE MESA DO PIAUI

CNPJ da Contratada: 15.087.580/0001-73

Objeto do Contrato: PROJETO TÊNIS DE MESA PARA TODOS.

Processo Administrativo: 00337.000574/2022-08

Resumo do Objeto do Aditivo: O objeto do presente termo aditivo é a alteração do prazo de vigência do termo de fomento nº 08/2022, cujo objeto é a realização DO PROJETO TÊNIS DE MESA PARA TODOS. O prazo de vigência será ampliado de 01/01/2023 até 28/02/2022.

Data da Assinatura do Termo Aditivo: 28 de dezembro de 2022.

Signatários do Contrato: Pela Contratante: Clemliton Luiz Queiroz Granja
Pela Contratada: Jadelson Ribeiro dos Santos

CLEMILTON LUIZ QUEIROZ GRANJA

Presidente da FUNDESPI

REF.1589

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01 AO FOMENTO Nº 06/2022

Nome do Contratante: Fundação dos Esportes do Piauí – FUNDESPI.

CNPJ da Contratante: 05.793.590/0001-70

Nome da Contratada: FEDERAÇÃO PIAUIENSE DE VOLEIBOL-PI

CNPJ da Contratada: 06.710.867/0001-17

Objeto do Contrato: I CIRCUITO INDOOR DE VOLEIBOL DE QUADRA.

Processo Administrativo: 00337.000543/2022-49

Resumo do Objeto do Aditivo: O objeto do presente termo aditivo é a alteração do prazo de vigência do termo de fomento nº 08/2022, cujo objeto é a realização I CIRCUITO INDOOR DE VOLEIBOL DE QUADRA. O prazo de vigência será ampliado de 01/01/2023 até 28/02/2022.

Data da Assinatura do Termo Aditivo: 28 de dezembro de 2022.

Signatários do Contrato: Pela Contratante: Clemliton Luiz Queiroz Granja
Pela Contratada: Tatiana Vieira Rodrigues

CLEMILTON LUIZ QUEIROZ GRANJA

Presidente da FUNDESPI